

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO  
LINHA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO – BRASIL –  
PARAGUAI – URUGUAI: A CONCEPÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA REGIÃO  
OESTE DO PARANÁ: 1975 a 1983**

**LIDIANE MACIEL MUFATTO**

CASCVEL, PR  
2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO  
LINHA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO – BRASIL –  
PARAGUAI – URUGUAI: A CONCEPÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA REGIÃO  
OESTE DO PARANÁ: 1975 a 1985**

**LIDIANE MACIEL MUFATTO**

Dissertação apresentada para defesa ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:  
Prof. Dr. João Carlos da Silva

CASCADEL, PR  
2016

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M918p

Mufatto, Lidiane Maciel

O projeto especial multinacional de Educação – Brasil – Paraguai – Uruguai: a concepção da Escola Pública na Região Oeste do Paraná: 1975 a 1983. / Lidiane Maciel Mufatto.— Cascavel, 2016.  
177 f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos da Silva  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
Campus de Cascavel, 2016  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

1. Projeto MEC/OEA. 2. Educação Pública. 3. Região Oeste do Paraná. I. Silva, João Carlos da. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 379.8162  
CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9ª/985

**LIDIANE MAGIEL MUFATTO**

Projeto Especial Multinacional de Educação - Brasil - Paraguai - Uruguai: a concepção da escola pública na região Oeste do Paraná: 1975 à 1983

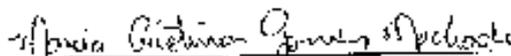
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, estado e educação, linha de pesquisa História da educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



---

Orientador(a) João Carlos da Silva

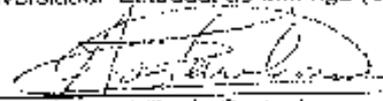
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



---

Maria Cristina Gomes Machado

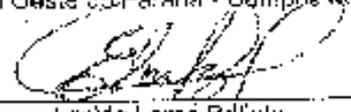
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



---

André Paulo Castanha

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



---

Lairdo Lemé Batista

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 17 de maio de 2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:  
O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO – BRASIL –  
PARAGUAI – URUGUAI: A CONCEPÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA REGIÃO  
OESTE DO PARANÁ: 1975 à 1983**

Autor: Lidiane Maciel Mufatto

Orientador(a): Prof. Dr. João Carlos da Silva

Este exemplar corresponde à versão para defesa da  
Dissertação de Mestrado por Lidiane Maciel Mufatto, aluna do  
Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do  
título de Mestre em Educação.

Data:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(Orientador)

Comissão julgadora:

\_\_\_\_\_  
Dr. André Paulo Castanha

\_\_\_\_\_  
Dr. Eraldo Leme Batista

\_\_\_\_\_  
Dra. Maria Cristina Gomes Machado

## DEDICATÓRIA

*Ao meu companheiro, por sempre estar ao meu lado, meu maior incentivador nestes estudos – Felipe Schulz Sefrin.  
Pela família que me acompanha.  
À todos aqueles que acreditam em uma educação pública.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador Professor Doutor João Carlos da Silva, por toda a atenção e sua dedicação nas orientações. Pela responsável contribuição com o seu conhecimento acumulado, que mesmo possibilitando liberdade, nas indicações de leituras direcionou o trabalho; o compromisso posto pela educação pública, que tornaram possível a realização deste trabalho, obrigada!

Aos professores membros da banca de qualificação e defesa, ao orientador e aos professores André Paulo Castanha, Eraldo Leme Batista e a professora Maria Cristina Gome Machado, pelas contribuições enriquecedoras.

Aos integrantes do HISTEDOPR – Grupo de Pesquisa e Estudos em História, Educação e Sociedade – GT da região Oeste do Paraná, que em minha caminhada acadêmica contribuíram muito para a formação de quem sou hoje, despertando meu olhar em relação às pesquisas e a todos os membros que além de colegas se tornaram meus amigos.

À Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela sua contribuição material para a realização da pesquisa.

Aos meus companheiros da linha de pesquisa em História da Educação, Helloysa, Karine, Juliane, Thon, Dulce, Giovani, Rosangela e Anderson.

Ao Professor José Kuiava, pela sua disposição em conceder os documentos para os estudos e toda a sua paciência em relatar detalhes referentes às ações do Projeto que vivenciei.

Agradeço ao Felipe Schulz Sefrin, meu companheiro, amigo e cúmplice, pelo seu amor e cuidado comigo, pelo incentivo incansável em continuar estudando, pela compreensão de toda a minha ausência nos momentos em que precisei me isolar para a construção deste trabalho, meu muito obrigada!

À todos os meus amigos e familiares que acreditaram em mim, sempre me apoiando, compreendendo o meu afastamento e minhas angústias no percurso da pesquisa.

MUFATTO, Lidiane M. **O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO – BRASIL – PARAGUAI - URUGUAI E A CONCEPÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: 1975 a 1983.** 000 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Estado do Paraná. Orientador Prof. Dr. João Carlos da Silva. Cascavel, Paraná, 2016.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de análise o Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai - OEA (1975-1983). Discute o contexto em que o documento foi elaborado, os fatores que determinaram sua presença no Oeste Paranaense bem como a concepção de educação que estava sendo encaminhada. Levaremos em conta as forças hegemônicas e contra hegemônicas que atuavam na dinâmica de sua execução bem como as demandas pela escolarização da sociedade local e regional. Analisa as relações entre Estado, sociedade e educação, considerando os investimentos na área para o avanço do mercado. A metodologia que envolvemos neste trabalho, compreende a importância do contexto histórico de sua elaboração a partir de referencial bibliográfico e fontes primárias e secundárias contemplando os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos. Temos como objetivo examinar a gênese e implantação do Projeto MEC/. Visa, sobretudo, discutir a concepção de escola pública presente nos documentos em confronto com as demandas sociais da região Oeste do Paraná com o contexto histórico que envolve o projeto de nível nacional e internacional. Como um de nossos elementos de conclusão compreendemos a concepção de educação pública na região Oeste do Paraná fica evidente no decorrer da conduta do Projeto MEC/OEA, com a realização de estudos e análises dos antecedentes da região, sua atuação foi simultaneamente com as relações políticas, sociais e educacionais. Como um dos fatores que as ações do Projeto incidiram como contribuição é a origem da UNIOESTE, que é caracterizada como uma universidade multicampi. Justamente devido à estas atividades, com a implantação de cursos de ensino superior em que tanto foi focado pelo Projeto na formação de recursos humanos, a região foi mobilizada pelo seu desenvolvimento. Com a organização e os planejamentos das suas atividades procurou atingir com seus investimentos educacionais em praticamente toda a região.

**Palavras-chave:** Projeto MEC/OEA, Educação Pública, Região Oeste do Paraná.

MUFATTO, Lidiane M. **MULTINATIONAL PROJECT OF EDUCATION BRAZIL, PARAGUAY AND URUGUAY AND THE CONCEPTION OF PUBLIC SCHOOL IN WESTERN REGION OF PARANÁ STATE: from 1975 to 1983.** 000 f. Dissertation (Master's degree in Education). Western Paraná State University. Advisor: Professor PhD. João Carlos da Silva. Cascavel, Paraná, 2016.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the Project Multinational Education Brazil-Paraguay-Uruguay - OAS (1975-1983). It discusses the context in which the document was prepared, the factors that determined its presence in western of Parana state and the conception of education in that time. We will take into account the hegemonic forces and against hegemonic who worked in the dynamics of your execution and the demands for schooling of local and regional society. It also analyzes the relationship between state, society and education, considering investments in the area to advance the market. The methodology involved in this work, understands the importance of the historical context of its production from bibliographical references and primary and secondary sources covering the social, cultural, economic and political elements. We aim to examine the genesis and implementation of the MEC Project. The research intend to mainly discuss the design of public school in this exposed documents with the social demands of western Paraná state region with the historical context surrounding the national and international level of the project. As one of our conclusion elements, we understand that the concept of public education in western Paraná is evident in the course of conduct of the MEC/OAS Project, carrying out studies and analyzes of the history of the region, its performance was simultaneously with the political relations, social and educational. As one of the factors that the Project focused, an action as a contribution is the origin of the Western Parana State University (UNIOESTE), which is characterized as a multicampi university. Precisely because of these activities, with the implementation of higher education courses in both was focused by the Project on training of human resources, the region has been mobilized for its development. With the organization and planning of their activities sought to achieve with its educational investment in virtually the entire region.

**Keywords: MEC/OAS Project, Public Education, Western Paraná State region.**

## LISTA DE DOCUMENTOS E TABELAS

<b>DOCUMENTO 01</b> – Índice do Documento Guia 1975.....	92
<b>DOCUMENTO 02</b> – Índice do Relatório das atividades no Brasil 1975/1977... 96 e 97	
<b>TABELA 01-</b> População por nível educacional.....	71 e 72
<b>TABELA 02</b> – Município de Foz do Iguaçu – Grau e área do curso de pessoas com mais de 10 anos segundo grupos e subgrupos operacional – 1976.....	72 e 73
<b>TABELA 03</b> – Projeção da contribuição dos países (em U\$).....	77
<b>TABELA 04</b> – A organização nas áreas de atuação .....	88
<b>TABELA 05</b> – Estrutura de projetos prioritários e complementares.....	90
<b>TABELA 06</b> – A projeção dos recursos previstos (em US\$).....	103

**LISTA DE FOTOS, ORGANOGRAMA E MAPA**

<b>FOTO 01</b> – Condição dos documentos.....	56
<b>FOTO 02</b> – Abertura das caixas.....	57
<b>FOTO 03</b> – Identificação dos documentos.....	58
<b>FOTO 04</b> – Separação dos documentos.....	59
<b>FOTO 05</b> – Documentos Catalogados.....	60
<b>FOTO 06</b> – Separação dos documentos.....	61
<b>FOTO 07</b> – Seminário em Toledo – Projeto MEC/OEA – 1979.....	64
<b>FOTO 08</b> – Cidade de Cascavel em 1970.....	66
<b>FOTO 09</b> – Cidade de Cascavel em 1972.....	67
<b>FOTO 10</b> – Cidade de Cascavel em 1980.....	67
<b>FOTO 11</b> – Reunião com secretários de educação dos municípios da região Oeste do Paraná – 1979.....	69
<b>FOTO 12</b> - Sede do município de Foz do Iguaçu – 1978.....	74
<b>MAPA 01</b> – Região Oeste do Paraná.....	65
<b>ORGANOGRAMA 01</b> – Projeto MEC/OEA 1975-1983.....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AI** – Atos Institucionais

**AMOP** – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

**ASSOESTE** – Associação Educacional do Oeste do Paraná

**CEN** – Centro Educacional de Niterói

**CIC** – Conselho Interamericano Cultural

**CIECC** – Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e a Cultura

**CINTERFOR** – Centro Interamericano para o Desenvolvimento de Conhecimento para a Formação Profissional

**EUA** – Estados Unidos da América

**FACIBEL** – Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão

**FACIMAR** – Faculdade de Ciências e Letras de Marechal Cândido Rondon

**FACISA** – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Foz do Iguaçu

**FACITOL** – Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato de Toledo

**FECIVEL** – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FUNBRAE** – Fundação Brasileira de Educação

**FUNET** – Fundação Educacional de Toledo

**HISTEDOPR** – Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná

**MEC** – Ministério de Educação

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**PIBIC** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**PREDE** – Programa Regional de Desenvolvimento Educativo

**UNIOESTE** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**USAID** – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
-------------------------	-----------

### CAPÍTULO I

<b>O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO: RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 O trabalho na sociedade capitalista .....	21
1.2 Educação e capital humano .....	27
1.3 Educação e reprodução social .....	30
1.4 A escola pública no contexto do desenvolvimentismo .....	33
1.5 O cenário da Guerra Fria .....	38
1.6 A crise do Estado do bem estar social .....	40
1.6.1 O Regime Militar e o Milagre Econômico .....	41
1.7 A escola e o nacional-desenvolvimentismo .....	44
1.7.1 Os acordos MEC/USAID e as reformas na educação .....	47
1.8 A presença da pedagogia tecnicista .....	51

### CAPÍTULO II

<b>CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO MEC/OEA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ .....</b>	<b>54</b>
2.1 A Importância da pesquisa documental .....	54
2.2 Os documentos do Projeto MEC/OEA .....	56
2.3 A Gênese do Projeto .....	63
2.3.1 Caracterização do projeto .....	76
2.4 A Gestão do Projeto .....	77

### CAPÍTULO III

<b>O PROJETO ESPECIAL MEC/OEA E A CONCEPÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA .....</b>	<b>81</b>
3.1 O Projeto Especial 19 .....	81
3.1.1 O Projeto 19 no Brasil (1975 e 1976) .....	83
3.1.2 O Plano de operações para o período de 1976/77 .....	84
3.1.3 O Plano de operações de 1977-1978 .....	87
3.2 O documento Guia 1975 .....	92

3.3 Relatório das Atividades no Brasil 1975/1977 .....	96
3.4 O Projeto em ação 102	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>115</b>
<b>FONTES CONSULTADAS .....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de análise o Projeto MEC/OEA - Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai (1975- 1983). Será analisado o contexto em que o documento foi elaborado, os fatores que determinaram sua presença no Oeste Paranaense e a concepção de educação que estava sendo encaminhada. Levaremos em conta as forças hegemônicas e contra hegemônicas que atuavam na dinâmica de sua execução bem como as demandas pela escolarização da sociedade local e regional.

O percurso como aluna de pedagogia nos possibilitou compreender a sociedade, no sentido de superar o senso comum que permanecia em nosso entendimento. Na medida em que foram encaminhadas as leituras nas disciplinas, o interesse pelo estudo na área da história da educação foi avançando e se aprofundando.

Com a nossa inserção no grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná - HISTEDOPR, fomos desenvolvidos estudos mais sistematizados sobre a história da educação regional. Durante este percurso participamos dos encontros de estudos que o grupo realizava e as videoconferências estruturadas em cursos semestrais.

Essa trajetória possibilitou a percepção de que muitas das disciplinas que pertencem à grade curricular do curso de pedagogia, além de enriquecer o aprendizado do aluno, fazem um intermédio aos estudos extras. Os estudos realizados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, também acrescentou no decorrer do curso, proporcionando um olhar mais criterioso aos conteúdos trabalhados em sala, refletindo sobre o papel do pedagogo e questões de vida particular que se articulam em relação à nossa existência no mundo.

Em 2011, iniciamos um projeto preliminar sobre a história da educação intitulada de '*História da Escola Pública: pesquisa em arquivos escolares e não escolares (1950-1980)*'. Nesta etapa realizamos a catalogação e busca de bibliografias da época nas próprias instituições, podendo também constatar a existência de arquivos documentais nas escolas e como eles se encontravam organizados.

Ao realizarmos esta pesquisa, localizamos fontes primárias relacionadas ao Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai – Projeto MEC/OEA - (1975-1980), em arquivos na Associação dos municípios do Oeste do Paraná - AMOP, onde estavam armazenados os documentos no almoxarifado e logo encontramos caixas empilhadas junto aos materiais diversos.

Com a proposta que tínhamos, nos proporcionaram uma sala no andar superior onde poderíamos levar todas as caixas para verificar estes documentos, tanto em seus aspectos de deterioração quanto ao conteúdo registrado. Fizemos então o trabalho de retirada daquele local que considerávamos inadequado e inapropriado por conter umidade e que acelerava a degradação dos documentos, colocando-os em condições mais apropriadas para estudos, organização e a identificação dos mesmos.

Foram identificados documentos do Projeto MEC/OEA e da Associação Educacional do Oeste do Paraná - ASSOESTE, sendo transferidos para a biblioteca central do Campus de Cascavel da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, mediante termo de responsabilidade com a AMOP.

Com a transferência para o Arquivo Central na UNIOESTE, foi possível a realização da separação final do material, traçando um caminho dos assuntos gerais com a clareza de que havia muitas informações. Com a implantação e organização de arquivos tínhamos a possibilidade em agilizar a catalogação da documentação.

Dando a continuidade aos estudos, um novo projeto foi elaborado intitulado de '*História da Educação: arquivos, fontes e memória educacional na região oeste (1970–1980)*', com a sua execução no período de 2012 a 2013. Iniciamos com a fundamentação teórica, partindo de leituras e estudos de textos. Com a identificação das fontes diversas do Projeto MEC/OEA que envolvem a estrutura educacional da época, saúde, saneamento e transportes, fizemos uma separação grosseira para posteriormente classificar, catalogar e arquivar.

Foi a partir desta trajetória que houve a construção sobre o tema e a identificação para proceder ao trabalho de pesquisa no Mestrado sobre a região Oeste do Paraná, que nos permitiu analisar e relacionar o seu desenvolvimento social e educacional.

Localizamos documentos que registram os cursos promovidos para a produção de recursos humanos, atividades escolares e material didático,

atendimento odontológico e pediátrico, até mesmo registros da administração financeira como aquisição de equipamentos. Os documentos levantados ainda comportam informações educacionais e estudos que podem ser desenvolvidos, no sentido do conhecimento histórico da região e de como se desencadeou a educação.

Na sociedade capitalista, constituída por classes sociais antagônicas, podemos concluir que o conhecimento, a ciência e a educação são frutos deste contexto, sendo situados historicamente e socialmente.

Para compreender o perfil de educação pública atual, é necessário que tenhamos o conhecimento do contexto político e social, e todos os outros aspectos que podem influenciar no desenvolvimento da sociedade. O Projeto MEC/OEA foi uma destas ações pedagógicas nas escolas da região Oeste e na formação de professores.

Na perspectiva da teoria do capital humano, a educação é posicionada como um “remédio” para a sociedade, no sentido de amenizar os problemas sociais. A educação, ainda que de qualidade duvidosa, é viável para o capital na perspectiva de preparar as habilidades para melhorar o atendimento às necessidades da produção.

Frigotto afirma que:

A teoria do capital humano, fundada nos supostos neoclássicos – apologia da sociedade burguesa – para manter-se terá de ser circular; ou seja, em vez de ser a teoria instrumento de elevação do senso comum à consciência crítica, será uma forma de preservar aquilo que é mistificador deste senso comum (FRIGOTTO, 1984, p.53-54).

O trabalho no interior da sociedade capitalista vem demonstrando que é a base da produção do capital, quanto mais se produz e se acumula trabalho, mais se dividem as funções, causando desunião e afastamento.

Ao pesquisar e analisar a história da educação na região Oeste do Paraná é fundamental que tenhamos a formação de conhecimentos concretos á esta produção, elementos indispensáveis para esta construção. Os arquivos e fontes documentais são os sustentáculos para o processo de elaboração da pesquisa teórico-metodológica.

Com a preservação das fontes primárias, possibilitamos a produção da

história da educação e avançar a compreensão da mesma, na medida em que elas se relacionam com o todo, não devendo apenas dar continuidade na produção histórica em si, mas aprofundar e enriquecer a compreensão, acerca das transformações na sociedade em nível local e regional.

Os registros documentais e históricos são essenciais para o estudo e análises da educação, posto que as fontes conduzem a percepção de sua organização formal e informal, a legislação, suas mudanças, dificuldades administrativas e demais atividades que regem uma escola.

A instituição escolar não carrega somente a questão do ensino em sua singularidade, mas toda a realidade que a cerca. Por isso, busca-se compreender a importância do Projeto MEC/OEA no processo de concepção da Escola Pública. Nesta perspectiva, atentamo-nos à política educacional como um elemento que integra e integrou as políticas sociais, contribuindo ao desenvolvimento econômico.

No sentido de conhecer os estudos acumulados, realizamos o levantamento do estado da arte acerca do tema. Localizamos o trabalho de José Kuiava (2012), que em sua tese de doutorado intitulada '*Formação continuada de professores em terras de fronteiras – Oeste do Paraná – 1973-1992*', trata sobre a formação de professores no período em que o Projeto MEC/OEA foi implantado. Abordando as atividades da época quando atuou como secretário executivo do Projeto e suas experiências de vida.

Destacamos ainda a dissertação de Mestrado da Maria Valdeny Ferreira Gomes (2012), intitulada de '*A Expansão da Escola Pública Primária na Região Oeste do Paraná (1970-1980)*', que utiliza alguns documentos do Projeto como fontes para discutir sobre a expansão da escola primária no Oeste do Paraná em seu terceiro capítulo.

O livro '*Retratando a educação especial em Porto Alegre*' publicado em 2000, de Isabel Pitta e Marlene Canarim Danesi, menciona o Projeto como um dos elementos que contribuiu para o desenvolvimento da educação especial na região do Rio Grande do Sul.

A Monografia de Especialização em história da educação brasileira da UNIOESTE de Paulo Renato Vergutz (2006), tem como objetivo a história da ASSOESTE denominado '*Um pouco da história da ASSOESTE*', abordando brevemente sobre o Projeto MEC/OEA. Neste breve levantamento, verificamos que

ainda não há trabalho que aborde o Projeto MEC/OEA como objeto principal de pesquisa.

A metodologia que envolvemos neste trabalho, compreende em conhecermos como que o Projeto MEC/OEA está situado em relação à escola pública da região Oeste do Paraná. Por considerar a importância do contexto histórico de sua elaboração, buscou-se realizar uma sistemática investigação bibliográfica em fontes primárias e secundárias contemplando os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Tivemos como objetivo examinar o processo de gênese e implantação do Projeto MEC/OEA - Projeto Especial Multinacional de Educação: Brasil – Paraguai – Uruguai, com ênfase na compreensão da concepção de escola pública presente nos documentos.

Partimos de algumas indagações: o que foi e como se constituiu o Projeto MEC/OEA? Qual a importância do mesmo para a constituição da escola pública na Região Oeste? Quais as intenções expressadas nos documentos? Qual a concepção de educação que permeia o projeto?

Com este trabalho pretendemos contribuir com as pesquisas e discussões sobre a constituição da Escola Pública na região Oeste do Paraná, compreendendo como se deu o seu processo de construção e implementação.

Estruturamos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo trazemos questões referentes às relações entre Estado, sociedade e educação, considerando os investimentos na educação para o avanço do mercado. Tratamos da teoria do capital humano no período marcado pelo nacionalismo-desenvolvimentista, sobretudo, na ditadura civil-militar (1964-1985), cenário em que o Projeto foi elaborado e implementado. Buscamos aporte teórico em alguns autores como: Frigotto (1984), Alves (2001) e Marx (2010) entendendo que as apreensões das análises em cada um destes autores, puderam contribuir para o entendimento acerca da educação pública.

No segundo capítulo, fizemos alguns apontamentos acerca da importância da pesquisa documental em arquivos na construção e elaboração desta pesquisa. Em seguida, caracterizamos o Projeto MEC/OEA - Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil – Paraguai – Uruguai conforme seu acervo documental. Procuramos realizar a gênese e sua trajetória histórica para a sua implementação.

Ainda sobre esta questão, abordamos como encontramos os documentos e o caminho que foi percorrido para a execução desta pesquisa.

Por fim, no terceiro capítulo discutimos a presença do projeto MEC/OEA e sua concepção de educação, em confronto com as demandas sociais da região Oeste do Paraná com o contexto histórico que envolve o Projeto de nível nacional e internacional.

Neste sentido é que relacionamos com as questões econômicas, sociais e políticas do período, privilegiando alguns documentos em destaque: Relatório das Atividades 1975/77, Documento Guia nº 1 1975, Plan de Operaciones 1976/1977, o Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel – Foz do Iguaçu e Toledo Volume I (1978) e V Reunião da Comissão de Coordenação – Projeto 19 (1978). Escolhemos estes documentos, por terem em sua organização elementos acerca da criação do Projeto juntamente com as suas ações no Brasil. Esperamos ao final deste trabalho ter contribuído com os estudos sobre a história da educação no Oeste Paranaense.

## CAPÍTULO I

### O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO: RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Neste capítulo, discutiremos as relações entre Estado, sociedade e educação, para então, compreender a constituição histórica da educação pública na região Oeste do Paraná, a partir da construção do Projeto MEC/OEA<sup>1</sup> - Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai e Uruguai.

Buscamos referências em alguns autores a partir de Althusser (1998), Alves (2001) e Marx (2010). Entendemos que a apreensão dos mesmos poderá contribuir para o entendimento acerca da educação pública. Ao estudarmos o Projeto MEC/OEA, julgamos ser importante analisar o seu contexto histórico, em nível nacional ou internacional, envolvendo o seu campo de atuação no oeste do Paraná.

Percebemos que para compreender o processo de implementação do referido Projeto, faz-se necessário considerarmos os elementos econômicos, políticos, sociais e educacionais. Por este viés é que direcionamos nossas discussões, com os elementos que caracterizam o perfil de sociedade que vivemos. Os homens na condição de ser social expressam necessidades, inclusive no campo educacional. A educação, como resultado da formação histórica da sociedade, consiste em disseminar os conhecimentos necessários para o homem tornar-se um indivíduo que participe e viva em sociedade, no sentido de humanizá-lo.

#### 1.1 O trabalho na sociedade capitalista

No interior da sociedade capitalista, seus conteúdos estão voltados para o interesse da burguesia. Estes priorizam, em sua maioria, atingir a quantidade e não a qualidade dos conhecimentos. O conhecimento geral e os conceitos básicos trazidos pela educação são resultados do tempo, posicionados social e historicamente.

---

<sup>1</sup>MEC/OEA: Ministério da Educação/Organização dos Estados Americanos. O Projeto MEC/OEA iniciou-se no Uruguai, na cidade de Punta Del Este, onde chefes dos Estados Americanos se reuniram no dia 14 de abril de 1967 para realizar uma declaração, sendo esta com o reconhecimento da anterioridade da educação na política de desenvolvimento das Nações Latino-Americanas.

A sociedade capitalista está organizada em duas classes principais: a burguesia e o proletariado. Para que ocorra o controle da luta de classes, temos a mediação do Estado que regula este embate. O Estado descende a partir das desigualdades de classes, estabelecendo regras e leis a serem instituídas. Althusser sobre isso discute que:

O Estado é, antes de tudo, o que os clássicos do marxismo chamaram de *o aparelho de Estado*. Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a polícia e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos acontecimentos”; e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração (ALTHUSSER, 1998, p.62).

As instâncias de poder visam estabelecer a funcionalidade de harmonia entre as classes, normatizando os poderes a partir do uso da força e das leis. O papel do Estado, mesmo que para regular os interesses de uma determinada classe, apresenta-se como o resultado da ação dos homens construída por questões econômicas, especialmente, pela propriedade privada.

Aos interesses burgueses, o Estado age com políticas de gerenciamento de forma intencional e conservadora, estabelecendo leis que designam limites à classe proletária, visando manter os interesses hegemônicos. Quando o Estado não realiza efetivamente sua obrigação, com os devidos investimentos na escola pública, favorece a privatização do ensino. O Estado com a repressão garante a reprodução das relações capitalistas, apresenta sua funcionalidade na divisão do trabalho.

A escola pública, na lógica capitalista, responde às necessidades da classe trabalhadora em benefício do crescimento econômico, conservando os interesses do capital e mantendo a exclusão social. Conforme Marx, “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos, ele tem de lutar pela aquisição do trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (2010, p.25).

Para melhorar a eficiência na realização do trabalho, procura-se fazer com que o trabalhador fique cada vez mais apto para tal função. Portanto, ele acaba tornando-se um especialista em sua tarefa, mas ao mesmo tempo se torna um

trabalhador fragmentado<sup>2</sup>. Se desqualificando, não conhecerá todo o processo da realização de produção, ignorando a ideia de que ele possa desenvolver a produção por completo.

A escola, grosso modo, acaba reproduzindo a lógica capitalista, reforçando o individualismo e a competitividade. Podemos ressaltar a presença da função ideológica da educação, onde sua atuação está diretamente ligada ao sistema capitalista, mas podendo ser para uma possível instrumentalização da transformação social.

Os investimentos educacionais, seguindo os preceitos da ordem vigente atendem às intencionalidades do mercado com o discurso de que é em benefício do desenvolvimento do país. Neste sentido, para que estas ações se efetivem, é preciso que se interfira no processo educacional, para atingir o maior número de pessoas, submetendo assim a educação às necessidades da produção.

Ao discutir sobre esses aspectos no contexto da educação brasileira, Maria Luisa Santos Ribeiro considera que:

A chamada insuficiência de recursos financeiros para satisfazer as necessidades relativas ao atendimento adequado da população em idade escolar e daquela que em idade escolar não foi atendida *não decorre fundamentalmente da amplitude de tais necessidades e sim de uma estrutura econômica construída para produzir a concentração de tais recursos em mãos de minorias internas e, acima de tudo, externas á sociedade brasileira (burguesia monopolista) (RIBEIRO, 2003, p.200-201) (grifos da autora).*

No período da ditadura civil-militar (1964-1985) grupos privados estavam cada vez mais se expandindo e obtendo maior acúmulo de capital, tornando a escola e a universidade em aparelhos de hegemonia do regime, adequando o sistema de ensino aos interesses da produção industrial. Esta lógica possibilitava o controle político-ideológico, vendo a educação como um campo do desenvolvimento econômico:

---

<sup>2</sup> Como um instrumento político para consolidar o processo de exploração da força de trabalho assalariada, houve a concentração de poder e de riqueza. Marx afirma sobre isso: *Com respeito a relação entre trabalhador e capitalista, há ainda que observar que a elevação do salário é mais do que compensada, para o capitalista, pela redução da quantidade de tempo de trabalho, e que a elevação do salário e o aumento do juro do capital atuam sobre o preço das mercadorias como juro simples e composto (2010, p.28).*

A reprodução da força de trabalho evidencia, como condição *sinequa non*, não somente a reprodução de sua “qualificação” mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante, ou da “prática” desta ideologia, devendo ficar claro que não basta dizer: “não somente mas também”, pois a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica (ALTHUSSER, 1998, p.59).

O ideário liberal defendia que o capital humano<sup>3</sup> favorece o desenvolvimento da sociedade, destacando que a classe trabalhadora necessita de conhecimentos específicos, mediante cursos profissionalizantes. Quando nos referimos à ideologia<sup>4</sup> relacionamos ao desenvolvimentismo, período de investimento industrial. Neste cenário, ao enfatizar o ideário nacionalismo, o Estado teria que realizar a tarefa de promover o desenvolvimento no país.

No tocante, Maria Lucia Spedo Hilsdorf salienta que:

Começava o período do governo militar, com seu regime **centralizado e coercitivo** e sua política de **desenvolvimentismo associado**, isto é, a etapa da economia embasada na indústria e dependente do capital estrangeiro. Essa orientação pode ser sintetizada na seguinte frase de um governante da época: “O povo vai mal, mas a economia brasileira vai bem”, indicando que em decorrência da política dos militares e empresários em favor do monopólio econômico, ocorreria o desenvolvimento do país (o chamado “milagre econômico”), mas com base no crescimento das taxas de **concentração** da renda e na **contenção** dos movimentos sociais que haviam marcado a década anterior (HILSDORF, 2007, p.122) (grifos da autora).

Neste contexto, a escola como expressão da contradição teve que se adequar às necessidades econômicas que estavam se delineando. Podemos afirmar que a escola acabava assumindo uma função contraditória, ora agente transmissora do conhecimento científico, reproduzindo a ordem vigente.

De acordo com essas premissas, a escola em última instância está articulada aos interesses hegemônicos, da classe que detém o poder econômico, na medida em que é apresentada à classe trabalhadora como uma das suas opções de sobrevivência na sociedade.

<sup>3</sup>Segundo SCHULTZ: a característica distintiva de capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas (1973, p.53).

<sup>4</sup> Entendemos por Ideologia como uma ferramenta de poder que atua como um convencimento, em que aparenta ser a única correta sem utilizar a força física e conseqüentemente alienando a consciência de trabalhadores.

Na perspectiva da teoria do capital humano, o Estado ao realizar investimentos educacionais, visa à qualidade do trabalhador na sua produção. Ao investir no homem, este deve servir ao desenvolvimento econômico.

Hilsdorf ressalta que:

Basicamente essa teoria propõe que o processo de educação escolar seja considerado como um investimento que redunde em maior produtividade e, conseqüentemente, em melhores condições de vida para os trabalhadores e a sociedade em geral. As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representam o “capital humano” de que cada trabalhador se apropria: a teoria propõe que basta investir **nesse** capital para que o desenvolvimento pessoal e social aconteça (HILSDORF, 2007, p.123).

Ainda que aconteçam os investimentos educacionais que possam aprimorar as habilidades e os conhecimentos julgados necessários para tal desenvolvimento, ter acesso a estes conteúdos não significa necessariamente o acesso à cultura.

Vimos, que a produção capitalista, para que tenha sua devida continuidade, as condições escolares devem formar as possibilidades ao trabalhador para dar andamento na venda da sua força de trabalho e dos seus filhos.

Segundo Marx (2010), a união entre os trabalhadores não é de interesse da sociedade capitalista, podendo desorganizar a ordem estabelecida. Por este entendimento que se observa a divisão de trabalho e a subordinação do trabalhador ao capital.

Quando o trabalhador vende sua força de trabalho para a sua sobrevivência e para sustentar sua família, ele acaba se tornando uma mercadoria como outra qualquer. Como ele tem apenas o seu trabalho para oferecer, se sujeita às condições que o empregador coloca e ao mesmo tempo o seu salário é inferior ao que lhe cabe.

Colocando então o trabalho como uma mercadoria, onde se capacita em alguma função, ele se desgasta e não desenvolve uma melhor especialização, abrindo uma vaga para um novo trabalhador.

Marx, sobre isso, traz a compreensão dos economistas liberais ‘explicando’ que:

A economia nacional considera o trabalho abstratamente como uma coisa; o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que a isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores; [...] (MARX, 2010, p.35).

A alienação aparece como consequência deste processo, pois, na medida em que a concorrência por emprego é grande, o trabalhador se submete às exigências que lhe estabelecem para continuar vendendo sua força de trabalho. Com relação ao trabalho e às necessidades sociais, podemos discutir a função da escola na vida. A criança, antes uma 'criança trabalhadora' na fábrica, no final do século XIX conquistou o seu espaço escolar:

*A força de trabalho, ao ser produzida historicamente, implicou não só a expropriação do trabalhador dos meios de produção, mas também, a expropriação de seu saber associado a uma atividade artesanal e, mais tarde, manufatureira. A expropriação desse saber se realizou sob forma de especialização profissional. Com a emergência da fábrica moderna, quando o trabalhador não mais dispunha de meios de produção e habilidades especiais para realizar uma atividade qualquer, tornou-se força de trabalho (ALVES, 2001, p.154).*

A educação voltada à especialização do homem para o trabalho limita-se em conhecimentos específicos para as condições devidas na fábrica. Dessa forma, o trabalhador não pode ser excluído da escola, ainda que seja para adquirir um conteúdo superficial na medida em que lhe é exigido condições mínimas para a realização de seu trabalho específico e simplificado.

Alves diz que:

*A relação entre escola e trabalho só se realiza pela mediação da formação científica do educando, uma conquista que a própria educação burguesa havia assegurado quando impôs a presença das ciências modernas no currículo escolar. É nessa perspectiva que se pode afirmar que a escola pública cultivou, desde os seus primórdios, o conceito de trabalho como princípio educativo (ALVES, 2001, p.165).*

Discutindo essa questão recorreremos mais uma vez a teoria do capital humano que explica as aptidões humanas como um meio de sobrevivência do capital. Quando nos referimos ao trabalho, logo relacionamos este com o modo de produção capitalista.

## 1.2 Educação e capital humano

Ao nos referirmos sobre a educação, relacionamos nossas análises com a teoria do capital humano. Desta maneira, para que o capital se conserve, a educação tem a função de aprimorar os conhecimentos do trabalhador rumo ao desenvolvimento econômico. A educação na sociedade capitalista é posta a um campo de conflitos que dão possibilidades para a burguesia permanecer como classe dominante.

Para a burguesia o que interessa é a mercadoria como um elemento do processo produtivo para a valorização do capital. Assim, o valor de uso fornecido pelo trabalho resultará em seu valor de troca.

Segundo Arapiraca:

Diante disso, fica também contestada como falaciosa a própria noção de capital-humano. Por este conceito, pretende-se, por extensão, incluir as habilidades humanas como uma forma de existência do capital, do ponto de vista de que todo indivíduo é capitalista “pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” (ARAPIRACA, 1979, p.3).

Na definição de Marx, em que o capital além de ser explicado pelo modo de produção onde as relações postas com o trabalho assalariado produzem o lucro e a apropriação sobre o trabalho, também são colocadas na perspectiva de poder.

Marx, então define que:

O capital é, portanto, o *poder de governo* (Regierungsgewalt) sobre o trabalho e seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O *poder de comprar* (KaufendeGewalt) do seu capital, a que nada pode se opor, é seu poder (MARX, 2010, p.40) (grifos do autor).

A formação do capital é a consequência do trabalho acumulado. Logo, se deduz que a mercadoria sempre será o resultado do trabalho de outrem confiscado. Por este viés, a compreensão de capital é assimilada para o entendimento do resultado da reprodução capitalista.

O trabalho humano tem sua importância para o capital pelo fato de produzir riqueza, no sentido de que a natureza proporciona a matéria prima e o homem a transforma em mercadoria:

Sustenta ainda a *teoria* que um indivíduo em relação a outro, na medida em que o seu nível de educação cresce, cresce também sua renda, no pressuposto de que é pela educação e pelo treinamento que a produtividade do indivíduo aumenta, tudo dentro do suposto neoclássico da teoria econômica de que os fatores de produção são remunerados de acordo com a sua produtividade marginal (ARAPIRACA, 1979, p.33).

O homem, mediante a educação, desenvolve suas habilidades e se instrui, conseqüentemente, sua produtividade torna-se mais eficiente. Para o capital, esses investimentos refletem no crescimento econômico, sendo o tamanho da força de trabalho. O crescimento em investimentos no capital humano é um importante elemento para favorecer o desenvolvimento econômico. É por esta teoria que ocorre uma forma de retorno para o capital, refletida para a sociedade como uma melhoria social.

Theodore W. Schultz, sobre isso traz:

Nem todos os investimentos no capital humano se destinam apenas aos futuros rendimentos. Alguma parte se destina ao futuro bem-estar, em que não são capturadas no fluxo de rendimentos do indivíduo em quem se fazem os investimentos. Os benefícios que não se evidenciam nos rendimentos são difíceis de serem identificados e medidos (SCHULTZ, 1973, p.77).

Nem sempre são refletidos os resultados das práticas educacionais nos lucros de capitais, dado que em alguns casos se procura cada vez mais o saber e que aquele que lhe é ofertado não lhe é suficiente para que futuramente se reflita em bens financeiros de consumo. Destacamos que no olhar da teoria do capital humano a educação é posicionada como um remédio para a sociedade, visada como um mecanismo para resolver os problemas sociais.

O Estado consegue conduzir os interesses dos proletários, mas atendendo às necessidades da classe burguesa para o melhor desempenho na produção. O trabalho no interior da sociedade capitalista vem demonstrando que é a base da produção do capital, quanto mais se produz e se acumula trabalho, mais se dividem

as funções, causando desunião e afastando-os. É com a divisão de funções que se garante a ordem capitalista, mostrando a posição da educação na reprodução dos interesses<sup>5</sup> da burguesia.

Para manter a base do capitalismo, urge a propriedade privada que vai assegurá-la, como a nascente de acumulação de capital e a utilização da mão de obra. Tais aspectos estão diretamente relacionados com o funcionamento da educação. Schultz esclarece:

Embora a Educação seja em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfação às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo (SCHULTZ, 1973, p.79).

Essa afirmação mostra que para o proletariado, o saber fornecido é o tipo ideal para a sua sobrevivência, mas fica claro que seus fundamentos, estrutura e funcionamento são voltados à manutenção da ordem vigente. Em suma, a educação como desenvolvimento econômico, na ideologia do desenvolvimentismo passa despercebida. O proletariado recebe o ensino como um direito digno e social, mas para o Estado este é realizado de forma mínima e com pouco esforço ao atendimento das políticas sociais.

É neste prisma que entrelaçamos os objetivos dos projetos das agências multilaterais, entre eles, o Projeto MEC/OEA. A Organização dos Estados Americanos - OEA estabelece e delinea um modelo educacional para ser efetuado nestes países, como meio de atingir um espaço educacional que dará condições para facilitar a expansão.

Historicamente, a educação, a rigor, esteve vinculada às necessidades política e econômica, submetida para se adaptar ao sistema produtivo.

Neste sentido, Mészáros diz que:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente

---

<sup>5</sup> Marx (2010) afirma que na organização das relações sociais sempre existiu uma divisão de interesses, ou seja, uma classe sempre teve a intencionalidade de explorar a outra. Nesse sentido, também vale retomar a questão sobre o interesse da propriedade privada.

transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

Entre os anos de 1964 e 1985, período denominado nacional-desenvolvimentista, foi fortemente marcado para promover o crescimento dos demais âmbitos da sociedade, gerando um processo inverso à função da escola pública, pondo o ensino perante as vontades do mercado.

### **1.3 Educação e reprodução social**

No âmbito educacional, segundo o ideário liberal, se estabelece a tarefa em reduzir a pobreza, decorrente da ideologia desenvolvimentista, responsabilizando a aquisição do saber no sucesso ou no fracasso da classe proletária.

Frigotto assim destaca o papel da teoria do desenvolvimentismo:

As teorias de desenvolvimento ou desenvolvimentismo, neste caso, vêm a desempenhar uma dupla mediação produtiva para os interesses do capital monopolista. Primeiramente evadem os reais fundamentos do processo de acumulação, concentração e centralização, e da crise do capital – situando a crise não no modo da organização da produção capitalista, no conflito capital-trabalho, mas em aspectos circunstanciais; e, em segundo lugar, viabilizam e legitimam as medidas de recomposição, porém não de superação, das crises do sistema capitalista em sua fase imperialista atual (FRIGOTTO, 1984, p.120).

As políticas sociais ficaram marcadas pelo caráter descentralizador e pelo ideário liberal, ao atribuir o desenvolvimento educacional para a qualificação profissional. Por esta compreensão, o golpe militar de 1964 declarava que suas ações serviriam para combater a corrupção, mas que a rigor expressava a disputa ideológica sustentada pelo Estado.

De acordo com Arapiraca:

Teoricamente, o sentido de ajuda é cooperação aos esforços de países periféricos ou subdesenvolvidos para desenvolverem seus recursos, melhorarem suas condições sociais e preservarem a qualidade da vida. No entanto, para atender a essas questões, somente as agências de contribuição e objetivos multilaterais conseguem se aproximar, em tese, dessa finalidade. Dizemos em tese, tendo em vista o fato de muitas dessas agências terem seus

controles e objetivos determinados a partir de modelos civilizatórios de potências econômicas dominantes (ARAPIRACA, 1979, p.100).

As atividades do Projeto MEC/OEA estavam sendo implementadas neste cenário em virtude de propostas de atuação com alguma intencionalidade de domínio das instâncias de poder. Neste período, devemos pontuar um conflito internacional, no período de 1945-1989, entre os Estados Unidos e a União Soviética, denominado de Guerra Fria.

Em torno dos dois grandes blocos, existiam métodos políticos e sociais que se divergiam: os Estados Unidos marcados pelo capitalismo e a União Soviética em defesa do socialismo. Ambos lutavam pelo domínio mundial e pela hegemonia geopolítica. As ações educacionais visavam combater de maneira geral o analfabetismo e a exclusão social, reafirmando os investimentos para a qualificação profissional em busca do progresso industrial do país.

Sobre isso, Frigotto afirma:

A questão das desigualdades sociais, dos antagonismos de classes, o conflito capital-trabalho serem superados, por um processo meritocrático. Mascara-se, como vimos, o caráter orgânico da acumulação, concentração e centralização do capital e a própria luta de classes, na medida em quase nivela, sob a categoria de capital, a capacidade de trabalho dos indivíduos “potenciada” com educação ou treinamento, ao capital físico, ou seja a força de trabalho se apresenta como uma mercadoria – um capital do mesmo valor que o capital físico (FRIGOTTO, 1984, p.126).

O sistema educacional evidencia a alienação do trabalhador, com a presença marcada da divisão do trabalho como geradora da ordem econômica. A atuação do capital humano em resultados do desenvolvimento dos recursos humanos mostrou-se essencialmente importante para o sistema social no domínio político e econômico.

As habilidades humanas apresentavam-se necessárias para o progresso, exigindo esforço dos proletários em adquirir estas mínimas instruções que se tornam fundamentais para a lógica do desenvolvimento econômico. Frigotto reafirma que:

O conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da educação, vai encontrar campo próprio para o seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica ao

nível macro-econômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país (FRIGOTTO, 1984, p.39).

Como elemento importante para o capital, a educação apresenta desta maneira a sua capacidade em melhorar e conduzir a economia social. Para que aconteça efetivamente, é necessário que se alcance o maior número possível da classe do proletariado em receber as instruções escolares na idade estabelecida como correta e adequada. A ideia da busca ao conhecimento como uma tarefa individual, enfatizando a desigualdade social, distanciando automaticamente um trabalhador do outro. Nesta dinâmica, a estratégia neoliberal, reforça a educação para disciplinar o trabalhador para a produção, de acordo com as demandas do capitalismo.

Conforme vimos até então, discutimos questões que englobam a escola pública e suas relações na sociedade. É relevante entender neste cenário, que as questões econômicas estão articuladas ao funcionamento do serviço público do país. Como consequência disso, temos as políticas sociais e educacionais para auxiliarem na administração do Estado.

Neste sentido, Deitos diz que:

A formulação e a implementação de políticas sociais e educacionais advindas do Estado tomam a forma e a expressão das relações e das forças sociais em disputa. As políticas sociais e educacionais não são benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classe e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social. A riqueza socialmente produzida é a questão determinante desse processo como condição social elementar e, portanto, a sua produção e repartição é que estão em questão numa sociedade de classes (DEITOS, 2010, p.210).

A política educacional é vista como um elemento que integra as políticas sociais. Assim, a educação não se coloca apenas na sua singularidade, ela carrega consigo os acontecimentos e mudanças histórico-sociais que precisam ser compreendidas na sua totalidade. Tais afirmações vão ao encontro com os organismos multilaterais que consideramos ter um papel significativo no processo dessas mudanças.

Na década de 1970, em plena ditadura civil-militar, a industrialização gerou um processo inverso à função da escola pública, colocando o ensino às necessidades do mercado. Pontuando as questões econômicas nacionais e internacionais que se integram nas propostas de educação brasileira, privilegiamos a organização política, social e educacional no período demarcado pelo projeto MEC/OEA.

As políticas sociais fazem parte desta riqueza socialmente produzida, pois, além de repartirem as riquezas, elas dão condições para o processo de trabalho, como as creches para mães serem inseridas no mercado de trabalho:

As políticas sociais compreendem um conjunto de necessidades sociais e políticas estabelecidas socialmente numa determinada sociedade, como resultado e expressão da forma social de reprodução das condições materiais da existência. Como produto e parte da repartição da riqueza socialmente produzida, a política social corresponde ao embate das forças sociais. O Estado como característico de uma instituição social e político-militar estratégica da sociedade de classes aparece como *mediador-chave* do processo de repartição sócia da riqueza na forma de políticas sociais implementadas (DEITOS, 2010, p.211).

Alvez (2001) caracteriza as ações do Estado como uma forma de mostrar seus investimentos para a sociedade, no discurso de destinar benefícios para a educação. Na lógica capitalista, a economia do tempo é imprescindível para com o andamento dos resultados. A ideia de que *tempo é dinheiro*, tão necessária aos objetivos da burguesia, exigia que os operários aprendessem uma nova forma de viver. Estava em jogo a necessidade de fazer um bom uso do tempo, mediante sua racionalização.

#### **1.4 A escola pública no contexto do desenvolvimentismo**

Partimos da discussão que o capitalismo é um modo de produção, cujo funcionamento está entrelaçado à dinâmica das políticas sociais. No Brasil, a ditadura civil-militar (1964-1985) e em nível internacional a Guerra Fria (1945-1989), foram momentos que os Estados Unidos marcaram suas influências, interesses territoriais e hegemônicos nos países em desenvolvimento.

Neste quadro, Xavier comenta que:

Nas diferentes formas de dominação capitalista que desenvolveu, no seu processo contínuo de integração ao capitalismo internacional, a formação social brasileira se manteve aristocrática, extremamente concentradora da riqueza, do prestígio social e do poder. A institucionalização do poder no país realizou-se, conseqüentemente, com a exclusão permanente da grande maioria da população. Essa privatização do poder, agravada pela dispersão populacional e econômica interna, inviabilizou a integração nacional, requisito básico das transformações revolucionárias e do desenvolvimento econômico (XAVIER, 1990, p.52).

O discurso sobre a Segurança Nacional, difundida durante o regime civil-militar estava entrelaçado aos interesses norte-americanos ao demarcarem territórios e fiscalizarem as fronteiras, como ação de controle geopolítico. Para isso, se transfigurou a ideologia do nacionalismo, retratada pelo sentimento do patriotismo.

Entre EUA e RUSSIA havia sistemas político e social diferentes: a União Soviética representava o socialismo e os Estados Unidos expressava os interesses do mundo capitalista. As estratégias para a hegemonia de uma das potências era essencial para aumentar a rivalidade entre ambas, marcado pelas disputas indiretas entre as duas potências rivais em busca de maior poderio político e, principalmente, militar, em diferentes partes do mundo.

Segundo Germano, estes fatos marcaram a história brasileira:

Com efeito, em todo o período 1937-1964, as Forças Armadas clamariam por um Estado forte e ditatorial. Em nome do anticomunismo, combateram o 'subversivismo esporádico das massas populares' (Gramsci) e, após a Segunda Guerra Mundial, aliaram-se 'á mais poderosa nação americana', convertida em defensora da civilização ocidental e cristã. Em 1948, portanto, no contexto da chamada Guerra Fria, foi criada a Escola Superior de Guerra, (ESG), que daria cunho definitivo à Ideologia da Segurança Nacional, cujas bases conceptuais visavam justificar o controle das Forças Armadas sobre o Estado (GERMANO, 1994, p.47).

Em 31 de março de 1964, foi instituído um regime ditatorial, com repercussões na vida política do país:

O Estado Militar é assim encarado em sua historicidade, enquanto expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos

econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças Armadas e que conta com o decidido apoio dos setores tecnocráticos. Por outro lado, esse bloco não pode ser visto simplesmente de forma estática e monolítica, é preciso reconhecer a existência de facções divergentes, porém não contraditórias, no seu interior (GERMANO, 1994, p.21).

O período autoritário eliminou os direitos constitucionais e tinha basicamente como estratégias efetivas a opressão. A autoridade militar acima do Estado estabeleceu um tipo de poder, com procedimentos e exercícios que alcançavam os espaços econômicos, sociais e políticos, com fortes impactos no campo educacional.

A partir de uma abordagem histórica nos anos de 1970, temos a crise econômica que decorre pelo elevado sintoma do desemprego e miséria. A expansão do capital, não media esforços, não lhe interessando as consequências que isto iria gerar. Em direção a esta lógica, o Estado atuava mesmo em momentos de crise, ele desempenhava o papel em atender a sociedade e ao mesmo tempo, estava ao encontro dos interesses capitalistas com os projetos políticos implementados.

A educação era uma das ferramentas que acompanhava estas mudanças e marca historicamente a nova formação da atuação do capital. Vemos pelo próprio Projeto MEC/OEA, com a justificativa de atuação escolar emergencial em combater a evasão escolar, repetência e abandono foram implementados na região oeste do Paraná, na mesma época em que ocorria a ditadura civil-militar.

Com o discurso que iria apoiar e promover o desenvolvimento da educação, percebemos que esta atuação deveria ocorrer conforme o órgão financiador determinava. Como atividade o Projeto MEC/OEA visava proporcionar a capacitação em recursos humanos em vista da melhoria social.

Como região de fronteira, o oeste do Paraná recebeu o financiamento e a atuação do projeto, na medida em que havia um grande intento do governo militar em fazer parte de melhorias na educação e na qualificação para futura mão de obra. Os planos de ensino eram partes que integravam o funcionamento político, isso não garantia que tudo que foi proposto seria realmente efetivado de acordo com o que foi apresentado.

Em relação ao convênio MEC/OEA, a tarefa de uma educação pública, gratuita e para todos, podemos relacionar sua atuação no Brasil como um comportamento de certo impacto para uma nova forma de regulação no ensino. Nesta linha de pensamento, vemos a importância em percebermos as intersecções

globais e locais, com as intencionalidades internacionais colocadas para as práticas escolares.

Dessas acepções, Shiroma ao discutir os programas educacionais ressalta que:

A compreensão da dinâmica da implantação das reformas educacionais demanda um referencial analítico que considere a rede tomada numa perspectiva de totalidade, caso contrário, pode induzir a análises pouco explicativas se ficar limitada à identificação dos componentes das redes egocentradas ou de uma perspectiva de análise da rede como sistema fechado, que pouco ajuda a compreender as relações, as determinações, os processos contraditórios envolvidos na produção de políticas educacionais (SHIROMA, 2011, p.19).

No processo de produção social e de riqueza, entendemos onde a política educacional integra as políticas sociais que são administradas pelo Estado para contribuírem diretamente ao setor econômico do país.

Em relação às políticas sociais, Faleiros argumenta que:

A análise da política social implica, assim, metodologicamente a consideração do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o *obrigam* a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo. É necessário considerar também as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma atuação do Estado (FALEIROS, 2000, p.59).

No período em que o país estava sob o comando militar, os interesses do império norte-americano eram hegemônicos.

Mézsáros, assim:

O início da crise estrutural do capital ocorrida na década de 1970 produziu mudanças importantes na postura do imperialismo. Foi o necessário para adotar uma atitude cada vez mais agressiva e aventureira, apesar da retórica da conciliação, e mais tarde o absurdo propagandístico de uma “nova ordem mundial”, com sua promessa sempre adiada de um “dividendo de paz”. Ao contrário de muitas afirmações, seria errado atribuir essas mudanças à implosão do sistema soviético, embora a Guerra Fria e a presumida ameaça soviética tenha sido usada com muito sucesso no passado para justificar a expansão descontrolada do que o general Eisenhower, no final de seu mandato, chamou de “complexo industrial-militar” (MÉSZÁROS, 2003, p.59).

Em meio a este contexto, ocorreram ajustes estruturais que estabeleceram novos caminhos para as relações econômicas, políticas e sociais. Fica claro que o capital, colocando a crise como um problema para o processo de acumulação, é posto como uma condição ideológica para que o Estado assegurasse seu crescimento.

Nestas relações que o Brasil se mostrou dependente ao realizar empréstimos do Banco Mundial. Este poder econômico na verdade constatava seu endividamento em relação ao controle americano.

Neste sentido, Deitos assevera que:

O Estado é apresentado pelo Banco Mundial não como uma entidade descartável ou inútil. Não há nenhum retorno linear e mecânico aos desdobramentos institucionais do Estado antes do processo de desenvolvimento do capital monopolista. A questão apresentada não é um dilema sobre se o Estado é ou não estratégico ao desenvolvimento, manutenção e reprodução do capital. Essa questão foi superada e está inteiramente resolvida pelos liberais que detêm a liderança política e econômica mundial, ao entenderem que o Estado é central para o processo do controle social, político e econômico (DEITOS, 2010, p.211).

Ao tomarmos estas questões associamos com o Projeto MEC/OEA, que em sua proposta de contribuir ao sistema educativo regional, simultaneamente refletia os interesses nacionais e internacionais. Cabe lembrar que é a produtividade e o controle das forças que geram o desemprego. A falta de trabalho é colocada como o tempo disponível, gerando um período necessário como potencialização do homem perante a produção de ciência e tecnologia.

A política social acontece em respostas às manifestações da classe trabalhadora, como uma estratégia para satisfazer suas reivindicações. Em função disso, presenciamos o discurso liberal, apresentado quando o Estado coloca para o povo serviços e projetos de atendimento à saúde, educação e direitos sociais.

No âmbito educacional é que se estabelece a tarefa em reduzir a pobreza e aparentemente as desigualdades sociais, decorrente da ideologia desenvolvimentista, responsabilizando a aquisição do saber no sucesso ou no fracasso da classe proletária.

Na lógica capitalista, o Estado atua em seus momentos de crise para estabelecer a harmonia na sociedade, desempenhando o papel em atender às necessidades. O Projeto MEC/OEA em seu conteúdo mostra a sua importância na história da educação na região Oeste do Paraná, em relação à concepção da escola pública da região. Seus objetivos estavam voltados aos investimentos na formação de profissionais para o crescimento da qualidade de ensino e na melhoria das condições sociais da comunidade, no sentido do aluno estar mais disposto para o seu aprendizado.

Quando abordamos o período do regime civil-militar, percebemos os interesses americanos consolidados no Brasil para a atuação de acordo com as exigências capitalistas. A ideologia do nacional-desenvolvimentismo ficou marcada pelos grandes investimentos educacionais<sup>6</sup>, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país.

Para os interesses burgueses, o Estado liberal age com políticas gerenciando de forma intencional e conservadora, estabelecendo leis que aparentemente favorecem a classe proletária, mas o seu propósito é manter os interesses da classe burguesa.

É relevante entender o contexto da organização política, social e educacional, para compreender as interferências econômicas e sociais. Discutiremos aspectos acerca dos investimentos em educação como condição posta para o avanço do mercado. Ao abordar as questões sobre a educação na perspectiva histórica, é indispensável considerar sobre as relações entre os homens mediante o trabalho. Pois, ao realizarmos este parâmetro com os acontecimentos nacionais e internacionais, nos possibilitamos em compreender melhor em como se relacionava as atividades do Projeto em relação ao contexto social da região Oeste do Paraná.

### **1.5 O cenário da Guerra Fria**

No período de 1945 a 1989, o mundo estava passando por transformações e disputas por ideologias sociais e econômicas. No final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Os Estados Unidos se posicionavam como o país mais rico, disputando

---

<sup>6</sup> Temos como um dos investimentos educacionais o próprio projeto MEC/OEA. Que segundo os documentos eram enviados dólares para a ajuda e execução do Projeto.

este posto com outros países que também se colocavam entre os países com o poder militar e econômico como a União Soviética.

Estas duas grandes potências apresentavam formas de governo diferentes. Dessa forma, se declarava a oposição ideológica entre os dois grandes blocos, um defendendo os interesses capitalistas com o discurso da democracia e o outro com a luta para um Estado socialista.

Em meio a esta tensão, a educação era posta como mecanismo preponderante na disputa do domínio geopolítico. Cambi explica que:

É a Guerra Fria que lhe impõe esse vínculo ideológico, pelas suas divisões em concepções do mundo contrapostas, pela lógica do alinhamento (que atravessa toda a cultura), pelo papel de confirmação/difusão de um determinado modelo de cultura (e de homem, de sociedade etc.) que é atribuído de modo explícito à filosofia (CAMBI, 1999, p.600).

Para tal competência, as diferenças apresentadas pelos dois países que disputavam o domínio territorial pelas suas ideologias, a educação foi manifestada para governabilidade política, econômica e cultural, especialmente junto aos países considerados periféricos.

O confronto entre os dois projetos sociais acarretou influências diretas na política brasileira, considerado como país em desenvolvimento, cujos interesses econômicos se mantiveram alinhados do lado americano. Percebemos claramente pelo controle territorial, na região Oeste do Paraná a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional<sup>7</sup>, que mesmo em meio à crise econômica, estava em construção como a maior usina hidrelétrica do mundo.

Posteriormente ao posicionamento do Brasil, se promoveu o aumento das relações econômicas com os Estados Unidos. No governo de João Goulart (1961-1964), o país impulsionou a reforma agrária e iniciou relações com os países que se posicionavam socialistas.

Mediante estes elementos, vemos a necessidade de fazer considerações sobre o Estado do bem estar social, delineando historicamente sobre a configuração do caráter público e das ações assistencialistas do Estado capitalista.

---

<sup>7</sup> Suas obras iniciaram em 1973 após estudos da localização para a construção. Com a chegada das máquinas em 1974, oficialmente sua idealização estava em andamento.

## 1.6 A crise do Estado do bem estar social

A crise acontece no período em que o país estava passando por um momento de expansão e modernização industrial. Dado os fatores que a incorpora, o capital passava por uma reestruturação tendo em vista seu mecanismo de acumulação.

No sentido mais amplo, em um momento de tensão econômica fica posto que a ordem capitalista acarretasse distintamente uma significativa desigualdade social. Essas diferenças ocasionaram conflitos ameaçadores para a estabilidade política, emergindo o Estado de bem estar social. A luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, em um período de transformações políticas, sociais, econômicas e ideológicas tiveram um forte impacto estrutural.

Diante da complexidade em relacionar os fatores que acarretaram a crise do Estado do bem estar social, procuramos levantar as principais razões que a promoveram. A dificuldade em administrar os gastos públicos com os investimentos, foi que determinariam o aumento da economia do capital. Brum esclarece:

O aumento dos gastos sociais provocou a redução dos investimentos que seriam destinados à expansão e modernização das empresas, justamente num momento em que o mundo vivencia a mais extraordinária revolução tecnológica de toda a História, com o acréscimo da necessidade imperiosa de competir em escala mundial (BRUM, 1999, p.49).

Mesmo com este quadro, o Brasil, a rigor, não atingiu o Estado de bem estar social em relação aos países mais desenvolvidos economicamente. Antunes afirma que:

Pode-se dizer que junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser *efetiva, duradoura e definitivamente* controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (ANTUNES, 1999, p. 38).

A articulação para o desenvolvimento capitalista estava relacionada diretamente com o equilíbrio na relação entre as classes sociais. A crise

apresentava o comprometimento com o bem estar social, mas ao mesmo tempo tramitava para garantir que a classe proletária permanecesse com a venda da sua força de trabalho.

### **1.6.1 O Regime Militar e o Milagre Econômico**

A ditadura civil-militar, instituída pelo golpe como um movimento armado, favoreceu as forças liberais com a aproximação das relações com Os Estados Unidos e, por consequência, o fortalecimento do capital internacional. Ao determinar a segurança para a sociedade ao mesmo tempo estava posta como a proteção para o próprio Estado, restabelecendo sua atração para os investimentos internacionais e a sua garantia na acumulação de capital. Brum entende que:

O desenvolvimento era concebido basicamente como crescimento econômico. Contemplava também a incorporação de avanços tecnológicos. O desenvolvimento econômico (simples crescimento) não se orientava prioritariamente ao atendimento das necessidades fundamentais da maioria da população, nem a uma rápida melhoria de seus padrões de vida (BRUM, 1999, p.302).

Observamos que o autor aborda sobre a presença dos interesses da classe burguesa, que continuava como privilégio. A burguesia nacional cada vez mais crescia economicamente expandindo seus negócios, mediante o fortalecimento do Estado.

Uma nova forma de governo estava sendo instituída, em meio a decretos denominados de Atos Institucionais – AI<sup>8</sup>, que eram estabelecidos conforme as necessidades. Neste sentido, as alterações estabelecidas por estes Atos é que determinavam a configuração de um governo.

Em meio a esta conjuntura, a educação apresentou algumas adequações como mostra Cunha e Góes:

Vitorioso o golpe militar de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação, aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de

---

<sup>8</sup> As forças estabelecidas no período se configuraram sob os Atos Institucionais, mas alguns deles pela sua característica repressiva do momento se destacaram como o AI-5. Quando o país estava sendo governado pelo presidente Costa e Silva, violando a própria Constituição e marcando um dos momentos mais duros para o país.

ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino deveriam ser transferidas às escolas particulares que, então, se encarregariam da escolarização das crianças e dos jovens. Só onde a iniciativa particular não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda (CUNHA; GÓES, 1991, p.42).

Diante deste tensionamento ficava claro o papel do Estado, ao retirar a responsabilidade do governo na garantia da sua efetivação. Ao analisarmos as questões de política educacional deste período e compreendendo os mecanismos e o funcionamento do Estado, o Brasil estava passando por mudança. Germano, ressalta que:

É evidente que o golpe de 64 teve um caráter burguês. As articulações levadas a cabo pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o apoio dos liberais da UND (União Democrática Nacional) confirmam não somente a decisiva participação das classes dominantes do país, mas ainda a colaboração fundamental das multinacionais e do próprio Governo dos Estados Unidos. Coube, entretanto, às Forças Armadas a intervenção executiva do golpe (GERMANO, 1994, p.48).

A política educacional não respondia somente às necessidades postas pela sociedade, mas atendia também às necessidades que buscavam a mão de obra para as indústrias. O controle do capital ficou mais simples que o esperado, colocando a educação pública sob o comando da educação privada. Com verbas públicas, o privado é que determinava como desenvolver e administrar com essas ações.

Ainda neste contexto, vemos a educação promovida e estabelecida como defesa para o capital, no sentido de fomentar o incentivo à educação profissional, sem apresentar suas intencionalidades.

Cunha e Góes esclarecem:

Por iniciativa do general-ministro da Educação Ney Braga, o Congresso Nacional aprovou, em 1975, uma lei (nº 6.297) que concedia incentivos fiscais às empresas que tivessem projetos de formação profissional. Para fins do imposto de renda, as empresas poderiam deduzir o *dobro* das despesas com projetos que objetivassem “a preparação imediata para o trabalho de indivíduos, menores ou maiores, através da aprendizagem metódica da qualificação profissional e do aperfeiçoamento e especialização técnica em todos os níveis” (CUNHA; GÓES, 1991, p. 48).

Os projetos de formação profissional estavam voltados mais para formar mão de obra em qualificação superior para as empresas e aumentar no seu gerenciamento as suas produções, do que em promover uma educação pública.

Conseqüentemente, elevavam-se os lucros, mas o aumento na procura pelo ensino superior se intensificava e a iniciativa privada novamente entrava em ação, se organizando e multiplicando em faculdades particulares para atender a demanda pela profissionalização.

Ao levar em consideração este aspecto, o 'Milagre econômico' ao promover um crescimento significativo e acelerado economicamente que, segundo este ideário levaria o país a ser grande potência econômica e tecnológica. O chamado milagre econômico internacionalizou a economia brasileira, fortalecendo o mercado consumidor interno a partir de alguns slogans: 'Ninguém segura este país', 'Pra frente Brasil' ou então 'Brasil: ame-o ou deixe-o'.

Brum destaca:

A ação dos governos militares, no plano econômico, seguia quatro diretrizes básicas, complementares e integradas: criar e assegurar condições para um crescimento acelerado; consolidar o sistema capitalista no país; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional; e, como coroamento, transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de país subdesenvolvido e projetando-o como integrante do chamado Primeiro Mundo (BRUM, 1999, p.322).

O Brasil vivia um elevado crescimento, com sua infraestrutura significativa, crescimento de empregos e um desenvolvimento industrial expressivo com o aumento e a consolidação de empresas estatais, cujas conseqüências eram negativas, levando o país à crise. Conforme Brum:

Já ao término da década de 1970 a economia brasileira apresentava claros sinais de fraqueza, para manter o ritmo de expansão. Entre outros: exacerbada concentração econômica e de renda, acentuado desequilíbrio no balanço de pagamentos, elevada dívida externa, crescimento dependente de ingresso de capital externo, inflação elevada e em ascensão e conflitos trabalhista (BRUM, 1999, p.388).

O desenvolvimento do país foi possível devido aos empréstimos, concebendo a dependência aos americanos e ao Fundo Monetário Internacional – FMI, comprometendo uma relevante parte econômica da estimativa para a redução dos

juros da dívida. Mesmo com a economia apresentando crescimento significativo, a renda não foi distribuída proporcionalmente, acentuando as desigualdades sociais.

### **1.7 A escola e o nacional-desenvolvimentismo**

Para compreendermos a escola pública e o seu funcionamento, vemos a necessidade de incluí-la como um dos pilares da sociedade. Alves (2001) traz em debate o desenvolvimento da escola com o modo de produção capitalista. Em sua proporção já universal, faz-se em diferentes localidades um mesmo movimento de transmissão educacional, independentemente das singularidades e suas especificidades regionais.

Evidenciamos as funções do ensino como a aquisição de conhecimento que é dada pelo Estado como um investimento de base, mantenedor da estrutura social.

Alves, ainda destaca que:

De forma análoga ao que ocorre com o funcionalismo público em geral e com o serviço público de saúde, todas as evidências apontam no sentido de que a escola, na perspectiva do capital, não necessita cumprir as suas proclamadas funções específicas. Retrógrada, por manter uma organização didática anacrônica, e descomprometida com o conhecimento, pelo aviltamento de seus conteúdos curriculares, sua expansão é necessária, do ponto de vista material, pois permite a alocação de trabalhadores expulsos das atividades produtivas junto às camadas intermediárias da sociedade, executoras de atividades improdutivas (ALVES, 2001, p.197).

Ponderando esta questão, Saviani (2011) traz em discussão a ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista em seu processo de industrialização, no sentido de garantir tranquilidade com uma aparente política democrática.

Neste embate político-educacional, a partir de uma ideologia que buscava crescer economicamente, a formação educacional era prioridade. O enfraquecimento da frequência escolar aos que estavam em idade de ensino e elevados números de evasão escolar e repetência, eram apontados pelo projeto como problemas centrais. Dessa forma, foram feitos acordos com Os Estados Unidos, com foco na formação educacional para reforçar a demanda de mão de obra nas indústrias.

Conforme Romanelli (1983), até meados dos anos 1970, houve o crescimento da urbanização, um aumento demográfico e o acréscimo da renda per capita que geraram a redução da taxa de analfabetismo no país.

Entre 1900 e 1970, porém, as diferenças são bem sensíveis: a população cresceu quatro vezes, a densidade demográfica aumentou quase cinco vezes, a população urbana cresceu mais de cinco vezes e o índice de analfabetismo dobrou. Se se leva em conta que a população da faixa etária de 15 anos e mais triplicou ao mesmo tempo que dobrou seu índice de alfabetização, pode-se concluir que houve um esforço da sociedade brasileira para diminuir o número de seus analfabetos (ROMANELLI, 1983, p.62-63).

Podemos analisar que o processo de urbanização é um elemento que demonstra de certa forma o aumento populacional, na concentração da área urbana acarretando a maior demanda pela escolarização. Este processo vê que a disposição regional da população não acontece de forma igual para as regiões, ocorrendo o acúmulo intensificado apenas em certos lugares.

Romanelli sobre isso explica que:

No caso brasileiro, o que se verificou, na verdade foi o fato de a escola manter-se em atraso, em relação ao desenvolvimento. A ruptura do equilíbrio, em que se encontrava a sociedade dual, provocou o rompimento da estabilidade do sistema dual de ensino. Esse rompimento foi gerado por uma expansão escolar que consistiu, antes de tudo, numa expansão feita em função das pressões da demanda efetiva em crescimento. Nessa expansão, todavia, o Estado teve uma participação meramente passiva, tentando, quando muito, soluções de emergência diante das crises provocadas pela pressão social (ROMANELLI, 1983, p.70).

Reafirmamos que a política educacional neste momento estava caracterizada pela repressão e o autoritarismo, privando a classe trabalhadora de suas necessidades. Preservando os interesses do capital e sustentando a exclusão social, cujo foco era a industrialização.

Destacamos nesta análise que:

Conforme podemos observar, tratou-se antes de tudo, de introduzir mecanismos de coordenação das políticas e programas sociais que, ao nível do discurso, foram identificados, sempre, pelo Estado, como ajuda destinada ao “carentes”. A seguir, foram implantados inúmeros

programas de impacto político que envolviam, em certa medida, a propalada “participação comunitária” (GERMANO, 1994, p.229).

Dessa forma, ficam evidenciados a presença e o papel das políticas sociais com os programas sociais e econômicos como elementos primordiais na manutenção do capital internacional. A educação se insere nestas políticas com participação para o cenário demarcado no contexto geográfico de lutas entre as potências pelo domínio territorial das fronteiras em várias partes do globo.

Estes desdobramentos, associados à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (1973-1982), localizada em um território de fronteiras, evidenciava assim a região Oeste como uma área de interesses estratégicos dos Estados Unidos. Ainda que o Estado conduzisse a educação e fomentasse sua qualidade com financiamento internacional, a tendência era acabar seguindo os moldes dos interesses do órgão financiador.

De acordo com Nogueira:

Nessa conjuntura internacional, amplamente favorável para empréstimos externos, não foi difícil ao regime militar continuar ampliando sua estratégia empreendedora na área social, e particularmente na educação escolar. As boas relações econômicas, mas nem sempre pedagógicas, entre o MEC e a USAID, haviam resultado em muitos projetos para a educação escolar. Com isso, a decisão do BIRD de assumir de forma mais sistemática, os empréstimos para o Setor Social e para a educação escolar, convergiu naturalmente em direção à “confiável” política externa brasileira, mantida com os países centrais do mundo capitalista (NOGUEIRA, 1999, p.112).

Diante destas constatações, a carência do mercado de trabalho se intensificava na necessidade de maior treinamento para que atendessem ao mercado capitalista. Foi por este aspecto que a educação ganhou destaque em seus investimentos, apresentando a possibilidade da formação dos novos de trabalhadores.

O processo de decomposição da forma de trabalho forneceu uma maneira conservadora da compreensão acerca da especialização do trabalho.

Alves destaca:

Definitivamente, no mundo contemporâneo a especialização profissional não representa uma limitação para o trabalhador. A única limitação que pesa contra ele, de fato, deriva da forma pela qual a

especialização profissional é explorada, sob a égide do capital, no sentido de desvalorizar e embrutecer a força de trabalho. Se destruída fosse a dominação do capital, a simplificação do trabalho se revelaria não como um instrumento de exploração mas com um ganho para o trabalhador ao liberá-lo das forma mais desgastantes do trabalho (ALVES, 2001, p.158-159).

Não temos como negar a associação entre a educação e o trabalho, pois como está historicamente estabelecido e construído o modelo educacional, os projetos econômicos estão diretamente ligados às condições dadas de ensino para o desempenho do trabalhador.

Vejamos o que Saviani diz sobre esta questão:

A visão crítico-reprodutivista desempenhou, pois, um papel importante da década de 1970. Suas análises constituíram-se em armas teóricas utilizadas para fustigar a política educacional do regime militar, que era uma política de ajustamento da escola utilizada como instrumento de controle da sociedade visando a perpetuar as relações de dominação vigente. Aquelas teorias foram assimiladas com essa finalidade de caráter prático-político (SAVIANI, 2011, p. 397).

Sob a manutenção da ideologia nacional-desenvolvimentista, as políticas sociais se colocavam em embate com as políticas econômicas. Identificamos então, as particularidades que se desenrolavam pela dependência e dominação do Brasil pelos Estados Unidos.

Consideramos que as ações, mediante as políticas e programas se caracterizavam como antissociais, por estarem como serviços prestados em favor da classe burguesa e não do proletariado. A educação garantida pelo Estado para os trabalhadores se especializarem e terem a garantia de trabalho se voltava essencialmente na formação de recursos humanos.

### **1.7.1 Os acordos MEC/USAID e as reformas na educação**

No período em que ocorreu o golpe civil-militar se sucedeu um estreitamento nas relações exteriores. Em meio às mudanças políticas e sociais, para atingir as metas do Estado militar, a educação também passou por grandes reformas.

No plano educacional, o ensino ficou mais limitado buscando técnicas para o controle do sistema educacional:

Novos mecanismos foram desencadeados: a repressão abateu sobre os intelectuais comprometidos com as reformas, e o Estado foi buscar meios de criar novos quadros. Não precisou procurar muito. À mão estava a sua fonte de poder: Aliança para o Progresso. A USAID, agência confiável, desincumbiu-se da missão (CUNHA; GÓES, 1991, p.32).

A USAID deu início a reforma da educação, de forma sigilosa nas gestões de Suplicy de Lacerda<sup>9</sup>, Raymundo Moniz de Aragão<sup>10</sup> e Tarso Dutra<sup>11</sup>. Por entre linhas, a interferência americana no âmbito educacional se deu mediante apoio técnico financeiro. Nesta perspectiva, o ensino é visto como instrumento de desenvolvimento.

Este período foi demarcado por mudanças na vida da sociedade e no âmbito econômico, com a expansão industrial de maneira acelerada. Cunha e Góes assim destacam a relação no Brasil com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID:

Os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com o acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (CUNHA; GÓES, 1991, p.33).

Com a expansão educacional juntamente com a demanda social, foram elaborados novos mecanismos para que ocorresse o crescimento econômico.

Firmados os acordos entre o MEC e a USAID, posicionava-se o problema educacional para uma reestruturação que atendesse os interesses da classe

---

<sup>9</sup> Flávio Suplicy de Lacerda foi ministro no período de: 15/04/64 a 08/03/65 e 22/04/65 a 10/01/66. Durante o seu cargo de ministro, passou pela intensa campanha de oposição por parte dos estudantes insatisfeitos com as medidas expressas na Lei nº 4.464. Esta lei ficou conhecida como a Lei Suplicy, que proibiu naquele momento qualquer atividade política por parte dos estudantes.

<sup>10</sup> Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão foi ministro nos períodos de: 30/06/66 a 04/10/66, 18/10/66 a 20/10/66 e 11/11/66 a 14/03/67.

<sup>11</sup> Tarso de Moraes Dutra foi ministro nos períodos de: 15/03/67 a 05/12/67 e 13/12/67 a 03/11/69.

dominante. As reformas educacionais foram as principais bases para fundamentar os representantes da política educacional denominada de Comissão Meira Matos<sup>12</sup>.

Romanelli esclarece que:

Além do Relatório Meira Matos que tanta influência iria ter na política educacional adotada a seguir, surgiu na época outro documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária que, além de relatório, apresentou o anteprojeto, depois transformado na Lei nº 5.540. Resultado dessas comissões de estudos foram as medidas práticas imediatamente tomadas, tais como as relativas aos aumento da matrícula do ensino superior (Decreto-Lei 405, 31 de dezembro de 1968, e 574, de 8 de maio de 1969) e à contenção do protesto estudantil (Decreto-Lei 477, de 11 de fevereiro de 1969) (ROMANELLI, 1983, p.197).

As reações estudantis, não aceitavam se submeter às novas regras. Conforme Cunha e Góes:

A repressão foi a primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe de 1964. Repressão a tudo e a todos considerados suspeitos de práticas ou mesmo idéias subversivas. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração “comunista” era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão (CUNHA; GÓES, 1991, p.36).

Com estas medidas, foi se estabelecendo uma nova política educacional, postas pela Lei nº 5.540/68<sup>13</sup>, a Reforma Universitária alinhada aos interesses da produção industrial do país.

Estudantes e professores em meio à crise como uma estratégia, logo foram contidos pelo Decreto-Lei nº 477<sup>14</sup>, de 11 de fevereiro de 1969 que reprimia qualquer tipo de manifestação. Em 1971, a Lei nº 5.692<sup>15</sup> que reformava os ensinos de 1º e

---

<sup>12</sup> Meira Mattos foi membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Quando presidente da Comissão, fez propostas de intervenção na universidade e em problemas estudantis como meio de segurança e para os princípios democráticos.

<sup>13</sup> Conforme o art. 15: em cada universidade sob forma de autarquia especial ou estabelecimento isolado de ensino superior, mantido pela União, haverá um Conselho de Curadores, ao qual caberá a fiscalização econômico-financeira. *Parágrafo único*: Farão parte do Conselho de Curadores, na proporção de um terço deste, elementos estranhos ao corpo docente e ao discente da universidade ou estabelecimento isolado, entre os quais representantes da indústria, devendo o respectivo estatuto ou regimento dispor sobre sua escolha, mandato e atribuições na esfera de sua competência.

<sup>14</sup> Determinar punir qualquer atitude disciplinar não condizente praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências como infrações.

<sup>15</sup> Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, colocando outras providências.

de 2º grau, garantia novas estratégias em todas as etapas educacionais, em busca do progresso e a segurança rumo ao milagre econômico.

A ajuda financeira internacional para a educação brasileira vieram de encontro à implementação do Projeto MEC/OEA. Ao receber ajuda financeira da Organização dos Estados Americanos - OEA, que tendo em frente aos embates políticos, trazia condições financeiras sustentáveis para promover formação educacional para o desenvolvimento social.

Com a Lei nº 5.692/71, que tinha em vista a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, condicionava o desenvolvimento para a formação de mão de obra para o mundo da produção. Estava posto pelo grande número de indústrias adentrando ao país, para suprimir a oferta de trabalho que exigia formação profissional.

O fenômeno da valorização tecnológica ficava condicionado à instrução profissional. Nesta lógica, favoreceria a importação de metodologias de ensino, que priorizavam o ensino em sua singularidade, mas deixando de lado toda a sua contextualização, acerca da realidade brasileira.

Sobre isso Romanelli, destaca que:

Quanto ao desenvolvimento e à expansão do ensino, parece-se que a ajuda internacional só interfere quando o contexto interno apresenta certas condições básicas, como a expansão da demanda social de educação, que nem sempre encontra, no sistema vigente, elasticidade de oferta de oportunidades educacionais. Mas não é apenas isso que condiciona a interferência da ajuda. A estrutura social e política de dominação pode utilizar-se da seletividade do ensino como instrumento de manutenção do *status quo*. Também o tipo de modelo econômico pode lucrar com a permanência de mão-de-obra de baixo nível para cuja manutenção contribui a falta de uma escolarização mais extensa (ROMANELLI, 1983, p.203).

A ajuda externa aparecia em um primeiro momento com a estratégia em resolver o problema da demanda quantitativa de formação profissional. Por conseguinte, as reformas educacionais em ação visava garantir as estratégias de governabilidade e esteticamente o melhoramento no processo educacional.

O apoio financeiro internacional, ao assumir seus compromissos de custeio educacional, também colocava suas exigências em relação às reformulações do ensino. Fica claro, que os interesses não estavam pautados somente em cooperar

com o país para o seu desenvolvimento, mas também a troca de favores como demanda da produtividade do sistema escolar para o mercado de trabalho.

### **1.8 A presença da pedagogia tecnicista**

Em meio ao processo educacional, frente ao apoio internacional e suas respectivas reformas, temos presente a pedagogia tecnicista, mediante uma teoria e prática, que se atenuou aos impactos socioeconômicos que o Brasil estava percorrendo.

A importância dada para este ensino fez-se em virtude de, formar homens habilitados para o trabalho, frente às mudanças na sociedade. Debateremos a pedagogia tecnicista por ser também outro fator dentre os anteriores que abordamos que estava marcando o período de 1960-1979. Nesse período, o papel da educação estava posto a equilibrar as transformações sociais, disciplinando trabalhadores para incorporarem o sistema de produção. Nessa concepção, o trabalhador garantia sua importância junto ao sistema de ensino.

No Brasil, ela ficou estabelecida por responder aos interesses do capital internacional, no momento em que o país passava por um amplo processo de industrialização e, por isso, havia a necessidade da formação de mão de obra que atendesse às multinacionais que estavam se consolidando.

A educação tinha a finalidade de formar mão de obra fundamentada no princípio da neutralidade científica. Esvaziado de pensamento crítico, o ensino era objetivado na formação de recursos humanos, conforme vimos pelas reformas de ensino.

O ideário pedagógico focava um ensino mecânico e objetivo. Saviani explica que:

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de

especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2011, p.382).

Tal ideário almejava um crescimento quantitativo na formação dos sistemas de ensino, as reformas que observamos com a Lei nº 5.540/68, acerca do ensino superior e a Lei nº 5.692/71 que se refere ao ensino de primeiro e segundo graus, as ofertas educacionais estavam localizadas em sua maioria nas regiões urbanas.

Neste sentido, um dos elementos que se destaca no plano das reformas e a educação voltada na pedagogia tecnicista eram de uma formação profissionalizante centrada em aprender a fazer.

Com os reflexos causados pelas reformas em torno das Leis 5.540/68 e 5.692/71, a demanda pelo ensino cresceu, ocorrendo à expansão educacional sob o olhar de investimento para o desenvolvimento pessoal e social. Ao sistema capitalista com a viabilidade que a educação fosse a ferramenta que atendesse às necessidades econômicas e sociais.

Esta pedagogia passava às escolas, o ideário de um sistema mecânico de ensino, deixando as particularidades da educação e ignorando as mediações entre o ensino e o processo de aprendizagem, não levando em conta a realidade social do aluno.

Assim, relacionamos as ações do projeto MEC/OEA com as ações para atingir o maior número de população possível para a educação. O Mobral foi um movimento brasileiro que tinha como objetivo a alfabetização para aqueles que não estavam ou não frequentaram a escola.

Neste mesmo momento o trabalho era reorganizado e fragmentado, assim, a pedagogia tecnicista atuava com novos mecanismos que garantiam a sua organização. Logo, a mão de obra passava a ser mecanizada, em consequência ao empobrecimento e a divisão do ensino, confirmando que o trabalhador fosse alienado em seu próprio trabalho.

Após o golpe civil-militar em 1964, ficou mais notória a proposta da pedagogia tecnicista e a sua introdução no país. Período em que o Estado impulsionou para a reorganização nos modos de produção e a sociedade necessitava se adaptar para a sua sobrevivência.

Entre 1970-1980, o combate ao analfabetismo no Brasil era fortemente marcado, evidenciando as intencionalidades dos militares. O governo brasileiro

estava instruindo a sua força de trabalho para as demandas do processo de industrialização que o país estava difundindo.

## CAPÍTULO II

### CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO MEC/OEA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Neste capítulo, a partir das reflexões elaboradas no capítulo anterior, iremos discutir o projeto MEC/OEA – Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai, implementado entre 1975-1983 na região Oeste do Paraná. Pontuaremos neste contexto, a importância das fontes na pesquisa em história da educação.

Ao considerar que o projeto MEC/OEA contemplou três países membros, não podemos nos prender somente na questão regional. É necessário que tenhamos o entendimento das contradições estabelecidas historicamente. Por isso, ponderamos também, que embora o projeto seja de nível multinacional, vamos nos concentrar nas suas atividades no Brasil, realizando sua caracterização, gênese e trajetória histórica. Diante das discussões realizadas no capítulo anterior, não podemos nos desatentar nos acontecimentos históricos que estavam presentes na mesma época que o Projeto.

Constatamos que a pesquisa se integra de fontes primárias, uma vez que verificamos que não há trabalhos que abordem como objetivo principal o Projeto MEC/OEA. Ainda sobre esta questão, abordamos em como encontramos os documentos e o caminho percorrido para a execução desta pesquisa.

#### 2.1 A Importância da pesquisa documental

As fontes como elementos referentes para a pesquisa são instrumentos fundamentais para um pesquisador. O trabalho com as fontes é uma tarefa desafiadora, pois ao entrar em contato com elas é preciso que as entenda no seu contexto e que as considere na época em que foram produzidas.

Descrever a conjuntura que se observa, é um cuidado essencial que o pesquisador deve ter com sua produção:

O estudo das instituições escolares por meio da documentação que registra suas histórias nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes, a coleta,

seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho (MIGUEL, 2007, p.31).

Ao pesquisar, no desdobramento dos estudos e análises com a documentação temos a possibilidade em desempenhar um estudo em história da educação, localizando registros históricos que podem ser inesgotáveis. Muitas vezes, os documentos não se encontram nos arquivos guardados adequadamente, com devida catalogação e identificação.

Referimo-nos aos arquivos escolares que em grande parte estão em locais impróprios, como banheiros desativados, sem qualquer cuidado. As fontes guardam dados que podem ser desvendados ao serem analisados, pois em cada momento, novos elementos podem ser revelados:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.2).

Ao realizar uma pesquisa, antes de iniciá-la é preciso que se faça o levantamento e a localização das fontes, por isso, reforçamos a questão da importância dos documentos para os estudos. É preciso que se tenha paciência na busca em arquivos, pelo fato de que na maioria das vezes não são de fácil acesso. Não podemos também desconsiderar outros fatores da pesquisa:

[...] para compreender melhor o que as fontes comunicam, se faz necessário que elas mesmas sejam consideradas dentro de sua história e em um contexto mais amplo, pois a compreensão da história das instituições escolares guarda uma profunda inter-relação com a história do contexto no qual tais instituições se situam (MIGUEL, 2007, p.38).

Os estudos sobre a memória da história da educação levantam condições que auxiliam na reflexão sobre a atuação importante do homem na sociedade, expressando os conhecimentos, conceitos, ideias e valores em relação ao seu desenvolvimento educacional. Outra forma importante de compreender o contexto

produzido é que o historiador perceba as contradições sociais que podem estar presentes.

Castanha sobre isso diz que:

Com a legislação também acontece o processo de tese, antítese e síntese. Se o homem e a sociedade são um constante devir, como afirmou Gramsci, o mesmo acontece com as leis, pois, a legislação foi e é o mecanismo instituído pela sociedade para mediar esse constante vir a ser do homem e suas relações sociais. (CASTANHA, 2011, p. 09)

O pesquisador não deve apenas se atentar às leis e ficar restrito a elas, mas buscar outras fontes que podem contribuir para melhor interpretação do processo. Articular as fontes documentais com as questões que a sociedade traz em seu passado, pode ser um dos métodos fundamentais para uma busca histórica, sem deixar de lado as fontes e documentos que podem ser encontrados nas escolas ou em outros locais.

O contato do pesquisador com as suas fontes exige um olhar crítico e a maior proximidade possível com a contextualização dos registros que se têm selecionado. É preciso que o investigador seja cuidadoso, avaliando as possibilidades do documento e entender as suas particularidades, mesmo que não possa alcançar todos os registros do período analisado.

## **2.2 Os documentos do Projeto MEC/OEA**

Ao caracterizarmos o projeto MEC/OEA, é importante situarmos como se encontram os documentos, considerando o processo de localização, catalogação e armazenamento dos mesmos. Os documentos levantados e identificados comportam dados educacionais e sociais no sentido do conhecimento histórico da região e de como desencadeou o ensino.

No ano de 2011, em nossa pesquisa preliminar denominada 'História da escola pública: pesquisa em arquivos escolares e não escolares (1950-1980)', tínhamos como objetivo levantarmos as fontes encontradas e realizar a organização de arquivos escolares sobre a história das instituições escolares em Cascavel, momento em que localizamos os documentos.

Inicialmente, encontramos os mesmos na Associação dos municípios do Oeste do Paraná – AMOP, em caixas empilhadas no almoxarifado, em meio aos produtos de limpeza. A foto a seguir mostra as condições em que se encontravam os documentos:

### FOTO 01: CONDIÇÃO DOS DOCUMENTOS



(Fonte: Arquivo Particular)

Com a proposta que tínhamos de pesquisa, proporcionaram-nos uma sala no andar superior onde pudemos levar as caixas para verificar estes documentos, tanto em seus aspectos de conservação quanto ao conteúdo registrado. Fizemos o trabalho, retirando-os da umidade que acelerava a degradação dos documentos, colocando-os em condições apropriadas para estudos, organização e identificação dos mesmos.

Também tivemos contato com o Professor José Kuiava<sup>16</sup>, que foi um dos secretários executivos do Projeto MEC/OEA, quem nos auxiliou na separação e

---

<sup>16</sup> Foi secretario executivo do Projeto MEC/OEA, especialista do projeto em Foz do Iguaçu. Atualmente é professor aposentado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Neste momento da identificação dos documentos, ele estava interessado pelos mesmos para utilizá-los para a produção da sua tese de Doutorado intitulada: Formação Continuada de Professores em Terras de Fronteiras – Oeste do Paraná – 1973-1992.

identificação de muitos destes documentos, pois conhecia grande parte dos materiais. Assim, recebemos por meio destes encontros relatos de como ocorreu o Projeto e como ele se organizava na região Oeste do Paraná, informações importantes para o processo da pesquisa.

Segue foto referente á abertura das caixas para a identificação dos documentos:

#### FOTO 02: ABERTURA DAS CAIXAS



(Fonte: Arquivo Particular)

Localizamos fontes como a estrutura educacional da época, nível e estrutura de saúde, saneamento e transportes, relatados em documentos chamados de diagnósticos. Ao observar as transformações, vemos que a região passou por uma importante mudança no âmbito social e econômico entre os anos de 1975 a 1983, características importantes na sua constituição histórica. Novas necessidades educacionais surgiam em razão do desenvolvimento da região. As análises

realizadas nos diagnósticos descreviam a situação regional, justificando a implantação do Projeto MEC/OEA.

O contato com os documentos proporcionou condições para a elaboração das análises teórico-metodológicas, levando às necessidades do conhecimento produzido socialmente, acerca da história das instituições escolares. Iniciamos com a separação grosseira do material, para então partirmos para uma mais refinada.

Na sequência, a foto com a identificação dos documentos e separação em assuntos gerais:

### FOTO 03: IDENTIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS



(Fonte: Arquivo Particular)

Os relatórios apontavam futuros estudos, onde seriam discutidas as propostas e ações do Projeto MEC/OEA, seus problemas e desafios, acerca da realidade educacional da região. Diante da possibilidade de destinar o material para um único

acervo de documentos, ficou definido que seriam transferidos para o arquivo central da biblioteca do Campus da UNIOESTE de Cascavel, mediante um termo de responsabilidade em parceria entre a AMOP e a UNIOESTE.

Com a devida autorização, realizamos em fevereiro de 2012 a transferência da massa documental para o arquivo central da biblioteca da UNIOESTE. Assim, desenvolvemos uma segunda pesquisa intitulada 'História da educação: arquivos, fontes e memória educacional na região oeste (1970-1980)'. Foi dada a continuidade da separação mais detalhada do material. Para tanto, fizemos um quadro dos assuntos para a guarda adequada dos documentos, facilitando o acesso dos interessados.

Segue foto onde prosseguimos com a separação do material no Arquivo Central da UNIOESTE:

#### **FOTO 04: SEPARAÇÃO DOS DOCUMENTOS**



(Fonte: Arquivo Particular)

A quantidade de documentos e a responsabilidade de identificá-los corretamente, com suas próprias características, trouxe a possibilidade de reflexão sobre a história da educação com um olhar mais amplo. Com a organização de

arquivos, facilitamos a catalogação da documentação, contribuindo para a realização de pesquisas futuras.

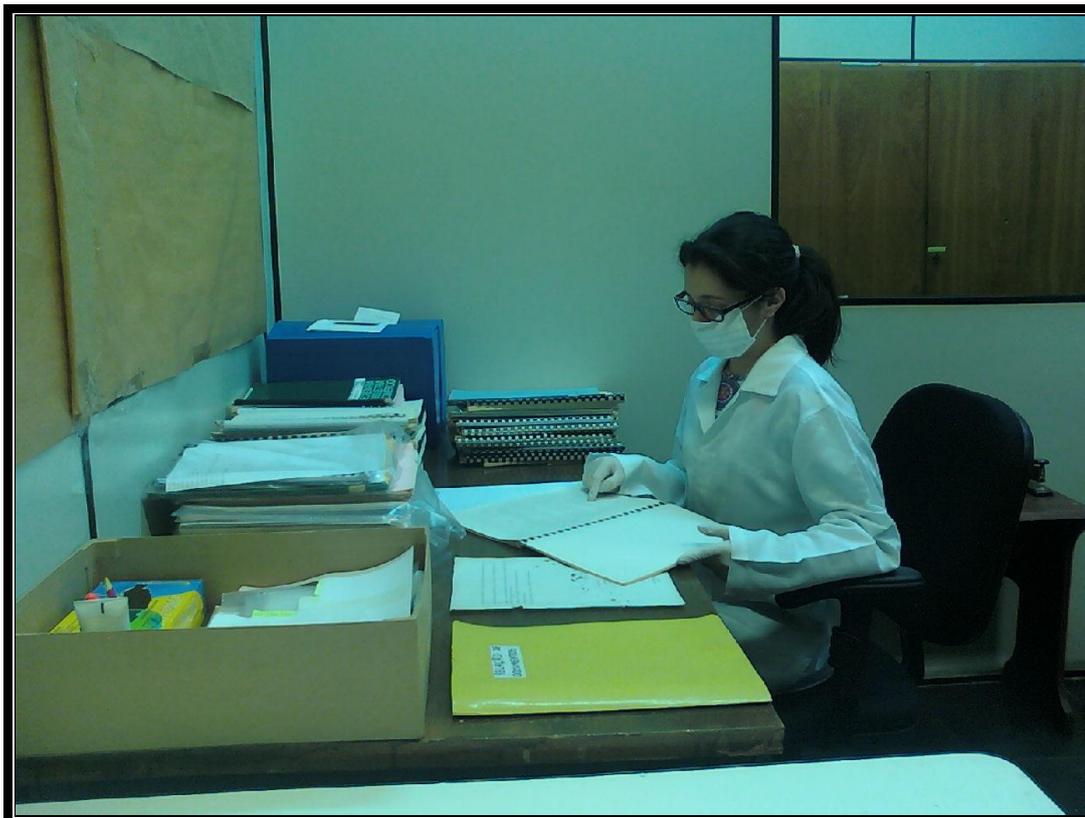
A foto a seguir mostra parte dos documentos organizados e catalogados nas pastas de arquivos:

#### **FOTO 05: DOCUMENTOS CATALOGADOS**



(Fonte: Arquivo Particular)

Já a foto 06, apresenta a continuidade do processo de separação da documentação no Arquivo Central da UNIOESTE:

**FOTO 06: SEPARAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

(Fonte: Arquivo Particular)

Atualmente, os documentos estão localizados em uma sala no prédio da reitoria da UNIOESTE, pela necessidade de mantê-los seguros. Devido á quantidade significativa de chuva na região, alguns dos documentos umedeceram e algumas fotos foram perdidas<sup>17</sup> e outras, no entanto, foram recuperadas.

Os documentos que catalogamos estão no Anexo 07, totalizaram no montante de trinta e cinco pastas contendo 267 documentos. Separamos as pastas em assuntos gerais e com as datas em ordem cronológica, nomeados por: Tabelas, Controle de Alunos, Documentos Diversos, Bibliotecas, Cursos e Projetos, Cursos de Especialização, Planos, Diagnósticos, Projeto Memória, Relatórios, Seminários, Documento Guia, Material Didático, Financeiro e documentos da Fundação Getúlio Vargas.

Comportando documentos do ano de 1971, que se referem aos documentos preparatórios até 1989, intitulados de 'Palestra – João W. Geraldi'. Percebemos

---

<sup>17</sup> Devido á umidade, elas se danificaram.

então tamanha amplitude na relação dos documentos do Projeto MEC/OEA que estão arquivados.

### **2.3 A Gênese do Projeto**

O Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai - Projeto MEC/OEA, foi elaborado em conjunto com a Organização dos Estados Americanos - OEA, com a finalidade de promover melhorias educacionais aos países membros. A V Reunião da Comissão de Coordenação – Projeto 19 (1978) aborda os antecedentes do Projeto, tendo seu início oficializado no Uruguai, na cidade de Punta Del Este, em que chefes dos Estados Americanos se reuniram no dia 14 de abril de 1967, para realizar uma declaração, com o reconhecimento da prioridade da educação na política de desenvolvimento das Nações Latino-Americanas.

Ainda, segundo o documento, em fevereiro de 1968 foi institucionalizado durante a V Reunião do Conselho Interamericano Cultural – CIC, na cidade de Maracay na Venezuela, o Programa Regional de Desenvolvimento Educativo - PREDE, que visava impulsionar os esforços para melhorias na qualidade educacional, favorecer pesquisas na área de educação e desenvolver a integração latino-americana por meio da educação (BRASIL, 1978).

Estes objetivos foram reforçados na IV Reunião do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura – CIECC, que aconteceu em Mar del Plata na Argentina, em dezembro de 1972, momento em que se consolidaram as propostas e a criação dos Projetos Especiais. Com a Resolução CIECC/172/72 denominada de ‘Resolução Mar del Plata<sup>18</sup>’, nasceu o Projeto MEC/OEA, com o seu desenvolvimento proposto em conjunto com as Repúblicas Federativas do Brasil, Paraguai e Uruguai.

Como um Projeto Multinacional, suas atividades gerais estavam estabelecidas em relação aos três países membros. Eram estipulados os objetivos e de acordo com a realidade de cada região que seriam implementadas as atividades,

---

<sup>18</sup> A Secretaria Geral da OEA promoveu entendimentos entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil, o Ministério da Educação do Paraguai e o Ministério de Educação do Uruguai, com o propósito de organizar um Projeto Especial Multinacional dentro do Programa Regional de Desenvolvimento Educacional (BRASIL, 1974, p.02).

realizavam-se os ajustes e planejamentos para que fossem adaptados conforme as necessidades locais.

De acordo com o documento citado, seus objetivos eram:

Objetivo Geral: Fortalecer a educação para o desenvolvimento nas regiões determinadas pelo Projeto, através de atividades nacionais e multinacionais nos campos dos recursos humanos e institucionais para produzir efeitos multiplicadores da ação educativa e melhorar a qualidade de vida.

Objetivos Específicos:

- a) Desenvolver recursos institucionais e materiais mediante a assistência técnica e financeira e de outras ações de apoio para a:
- Elaboração e implantação de planos educacionais;
  - Realização de pesquisas educativas para a busca de inovações metodológicas que melhorem o processo ensino-aprendizagem;
  - Desenvolvimento de novas metodologias educativas que permitam a renovação bibliográfica, a produção de protótipos didáticos e de outros materiais auxiliares do ensino;
  - Racionalização da administração para o incremento da produtividade dos serviços educativos;
  - Implantação de novas instalações e equipamentos para melhorar as condições ambientais das unidades escolares;
- b) Desenvolver recursos humanos mediante cursos, seminários, missões de estudo e outras ações dirigidas à:
- Atualização e aperfeiçoamento de docentes e técnicos para o melhoramento do ensino em todos os níveis e áreas;
  - Atualização e aperfeiçoamento de pessoal técnico e de gestão para a racionalização do processo administrativo;
  - Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais para melhorar as condições de emprego e aumentar a produção e produtividade da região. (BRASIL, 1978, p.03-04).

As áreas especificadas pelo documento para a atuação do projeto se dividiam de acordo com as regiões escolhidas de cada país, no Brasil as atividades estavam previstas em quatro localidades: no Estado do Rio Grande do Sul na região de fronteira com o Uruguai; no Estado do Paraná, na região Oeste em fronteira com o Paraguai e no Distrito Federal e área de contraste a ser definida no Nordeste do país. No Paraguai se delimitaram as ações nas regiões Leste, Nordeste e região Centro-Oeste. No Uruguai, a proposta era para todo o território nacional.

Em relação ao objetivo geral, buscava-se o fortalecimento da educação tendo em vista o desenvolvimento regional, por meio de ações nacionais e multinacionais, enfatizando os recursos humanos e as instituições como ferramentas para a produção com repercussão multiplicadora educacional e para a melhoria na qualidade de vida regional.

Destacamos a foto que se refere ao Seminário realizado em Toledo com o coordenador das relações do MEC/OEA Armando Hildebrand:

**FOTO 07: SEMINÁRIO EM TOLEDO – PROJETO MEC/OEA – 1979**



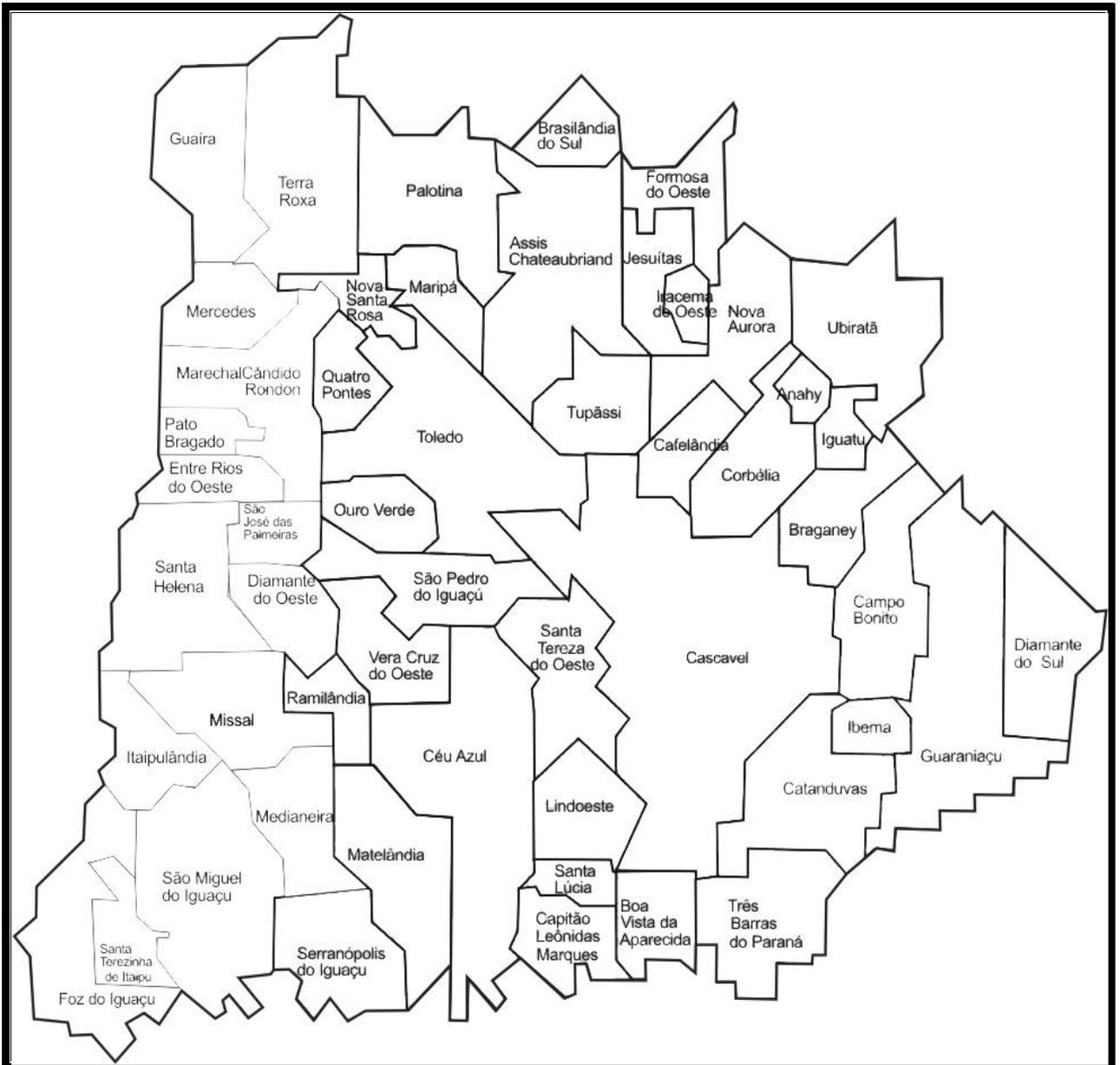
(Fonte: Arquivo de documentos do Projeto MEC/OEA – UNIOESTE)

Como podemos perceber na foto, em pé está o coordenador Armando Hildebrand e o terceiro homem na mesa da esquerda para a direita é o prefeito do município de Toledo Duílio Genari. Este seminário aconteceu mediante aos levantamentos, com profissionais da educação para a verificação e encaminhamentos das atividades do Projeto.

Como afirmamos no início deste capítulo, iremos focar nossa análise na região Oeste do Paraná. Assim, nesta região, as ações do Projeto incidiram sobre os 19 municípios da 21<sup>o</sup> microrregião do extremo Oeste, sendo eles: Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Nova Aurora, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa e Toledo.

Segue mapa da região Oeste do Paraná:

### MAPA 01: REGIÃO OESTE DO PARANÁ



Fonte: (<http://www.amop.org.br/img/mapaRegional.png> - modificado pela autora).

O documento apresenta dados climáticos, do solo, econômicos e educacionais referente ao perfil regional da época. Em razão das dimensões técnicas geradoras, a economia do desenvolvimento agroindustrial regional demarcava o crescimento financeiro, caracterizado como pólo de atividades industriais. Os solos estão considerados pelo Projeto como os mais férteis do Estado, a partir do cultivo da soja e do trigo.

A foto a seguir, se refere á cidade de Cascavel nos anos de 1970, como podemos perceber já as suas dimensões formadas como uma cidade polo do oeste paranaense, o documento afirma que era o município de passagem de muitas pessoas para a construção da Hidrelétrica de Itaipu:

**FOTO 08: CIDADE DE CASCAVEL EM 1970**



(Fonte: Arquivo virtual do HISTEDOPR - <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr>)

**FOTO 09: CIDADE DE CASCAVEL EM 1972**



(Fonte: Arquivo virtual do HISTEDOPR - <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr>)

A foto a seguir retrata a cidade de Cascavel em 1980, com relação ao crescimento da cidade, podemos observar o aumento das construções de edifícios:

**FOTO 10: CIDADE DE CASCAVEL EM 1980**



(Fonte: Arquivo virtual do HISTEDOPR - <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr>)

A região de Cascavel, em específico, se encontrava em uma localização favorável, como o centro das atividades, conforme afirma o próprio documento:

Cascavel é o polo de atração da Microrregião; oferece as melhores condições de trabalho para a população que emigra até esse lugar, que desponta como polo industrial, baseado principalmente na agro-indústria existente (BRASIL, 1978, p.12).

Destaca ainda nas questões regionais, o município de Foz do Iguaçu que estava geograficamente localizada em um espaço de grande fluxo populacional, como polo de atração. Cascavel e Toledo se destacavam por sustentarem parte da população de migrantes que se estabeleceram por conta da obra da Hidrelétrica de Itaipu Binacional.

O documento da V Reunião da Comissão de Coordenação do Projeto 19<sup>19</sup>, assim, destaca sobre as finalidades de uma ação educacional como instrumento de fixação de pessoas e rede de proteção contra o desemprego:

Neste contexto, os programas educacionais oferecem Foz do Iguaçu como ponto de mira dos educadores, já que é esse lugar onde convergem os maiores fluxos populacionais, devendo-se, portanto, montar-se ali uma base de atenção para toda a população em idade escolar. Demais, deve-se pensar, desde já, em programas de treinamento para a mão-de-obra que será liberada das atividades da Hidrelétrica, pois, se não se ocupa em outras atividades, aumentará a massa dos desempregados e subempregados da cidade (BRASIL, 1978, p.12).

Em Cascavel e Toledo, a configuração educacional que estava posta, não estava tão evidenciada como no município de Foz do Iguaçu. Mas por estarem localizadas em pontos de fluxo de pessoas concentradas pela construção da hidrelétrica, as atividades do Projeto também se concentravam nelas.

O mesmo documento em sua justificativa afirma que as atividades que eram desenvolvidas pelo Projeto 19 foram a razão que possibilitou o planejamento de novas perspectivas e a explicação das necessidades da atuação. À proporção que as atividades eram encaminhadas, novos problemas surgiam, o que justificava a aplicação para as análises de cada etapa. Identificamos como aconteciam estes planejamentos na foto a seguir, que se refere á uma reunião com os secretários da

---

<sup>19</sup> Aprofundaremos mais sobre o Projeto 19 no próximo capítulo.

educação dos municípios, com a presença do secretário executivo José Kuiava, a segunda pessoa da esquerda para a direita:

**FOTO 11: REUNIÃO COM SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ – 1979**



(Fonte: Arquivo de documentos do Projeto MEC/OEA – UNIOESTE)

A implementação do Projeto se deu entre 1975 a 1983, com a proposta de coordenar juntamente com os governos dos três países membros, a ampliação da infraestrutura educacional.

Suas atividades foram organizadas em duas etapas; a primeira ocorreu de 1975 a 1978 denominando de Projeto 19 e a segunda etapa entre 1979 a 1983, intitulada de Projeto 39, que serão objetos de análise neste trabalho. Em 1976, o ensino municipal, especificamente, as quatro primeiras séries foram consideradas estratégicas para solucionar os problemas encontrados como evasão e repetência.

Conforme os registros documentais, a meta do Projeto era apoiar e promover o desenvolvimento da educação, produzindo material didático considerado mais adequado às características da região. Visava ainda, ministrando cursos de

especialização, capacitar professores para o melhor aprendizado da criança, promovendo também o atendimento pediátrico e odontológico quando necessário.

Para que as atividades fossem elaboradas, conforme as necessidades que se apresentavam, foram promovidos estudos e planejamento educacional de acordo com a documentação denominada de 'Diagnóstico e Prognóstico Educacional' dos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – Estado do Paraná - Brasil volume I e II.

Neste documento, o discurso era justificado, em especial, por utilizar a estrutura educacional já existente:

No que concerne à metodologia de trabalho, o Projeto, nos três países, se desenvolveu de forma descentralizada, valendo-se da infra – estrutura das Universidades, Escolas e Associações, e utilizando os recursos existentes ou potenciais das regiões onde atua, através de atividades de pesquisa, planejamento, cursos – programas, experimentação, assistência a órgãos, programas educativos, seminários, reuniões técnicas, missões de estudo, produção de protótipos de material didático promovendo a geração, multiplicação e intercâmbio de experiências educativas (BRASIL, 1983, p.08).

De acordo com o Documento de Consulta<sup>20</sup> MEC/OEA (1973), com a Resolução de Mar del Plata, foi elaborado o plano geral de atuação do projeto entre os dias 17 e 20 de setembro de 1973. Nesta reunião determinaram os objetivos, divididos em diferentes áreas específicas como: educação especial, educação tecnológica e inovações educacionais.

Uma das justificativas na escolha da região Oeste do Paraná para implementar o Projeto MEC/OEA, se deve em razão dos impactos que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional produziu. As obras ocasionaram significativos impactos estruturais na economia e no campo social dos municípios ao redor.

Foi com este aspecto que o Projeto se inseriu para atuar no sentido de minimizar estes impactos, destinando recursos financeiros para a prática de atividades que auxiliassem na ação educacional.

Ainda conforme o documento “Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel – Foz do Iguaçu e Toledo Volume I (1978)”, por volta de

---

<sup>20</sup> Nomenclatura dada ao documento de criação ao Projeto 19. MEC/OEA. 1973. Documento de Consulta: Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil/Paraguai/Uruguai 19.

1940, a região se destacava no setor de indústrias madeireiras, quando teve um período econômico significativo.

Nos anos de 1970, a extração da madeira apontou sinais de esgotamento, dando lugar à agricultura que se destacou como outra atividade econômica (BRASIL, 1978). Destaca-se ainda, que na cidade de Cascavel, o nível de escolaridade atingido pela população, conforme o alcance de nível de qualificação da população ocupada na tabela apresentada apontou que 65.82% da população possuíam o curso primário e os que possuíam o curso médio no primeiro ciclo era de apenas 3.28%.

Conforme o nível de escolaridade aumenta, o número de pessoas que detém este conhecimento diminui, portanto não se atinge o maior número da população se a escolaridade for mais elevada. Segue tabela do índice de escolaridade da cidade de Cascavel sistematizado pelo Diagnóstico:

**TABELA 01: POPULAÇÃO POR NÍVEL EDUCACIONAL.**

NÍVEIS EDUCACIONAIS		CASCAVEL					
		Total	Elementar	Médio 1º Ciclo	Médio 2º Ciclo	Superior	N/Def. ou Esp.
ATIVIDADES							
PEA	Ocupações Administrativas	9.431	5.723	614	280	120	2.094
		20,51	60,68	6,51	4,33	1,27	20,20
	Ocupações Técnicas, Científicas e Afins	1.804	457	138	561	472	176
		3,92	25,33	7,65	31,1	26,16	9,76
	Ocupações Agropecuárias Prod. Extrat. Veg. e Animal	10.993	6.627	46	36	2	4.282
		23,91	60,91	0,42	0,33	0,02	38,95
	Ocupações da Produção e Extração Mineral	16	11	0	1	0	4
		0,03	68,75	-	6,25	-	25
	Ocupações do Comércio e Atividades Auxiliares	3.611	2.519	244	195	10	643
		7,85	69,76	6,70	5,4	0,28	17,81
	Ocupações da Indústria Transf. e Constr. Civil	6.502	5.042	125	63	4	1.268
		14,14	77,55	1,95	0,97	0,56	19,5
	Ocupações dos Transportes e Comunicações	2.245	1.836	57	36	3	313
		4,88	81,78	2,54	1,6	0,13	13,94
	Ocupações da Prestação de Serviços	3.399	2.519	52	16	0	812
		7,39	74,11	1,53	0,47	-	23,89

NPEA	Ocupação da Defesa Nacional	344	219	17	27	8	73
		0,75	63,66	4,94	7,85	2,33	21,22
	Ocupações Mal Definidas ou Não Declaradas	7.635	5.312	213	192	17	1.901
		16,61	69,57	2,79	2,51	0,22	24,9
	Ocupações Domésticas Não Remuneradas	131	83	4	4	0	37
		0,28	63,36	3,05	3,05	0	28,24
Outras Condições Inativas		233	128	2	3	3	87
		0,48	57,4	0,9	13,45	1,35	39,01
TOTAL PEA		45.980	30.265	1.506	2.007	636	11.566
		-	65,82	3,28	4,36	1,38	25,15

(Fonte: Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel - Foz do Iguaçu e Toledo - Estado do Paraná Brasil, 1978, p. 190).

Novas realidades foram despertadas na região, com uma acentuada mecanização agrícola que assinalava a substituição da mão de obra rural, incentivando a migração para a cidade. Com o êxodo rural, muitas pessoas foram morar nas periferias urbanas, resultando na formação de novos bairros, mas que não tinham infraestrutura dos serviços básicos de saúde e de educação.

Com este crescimento acelerado, os acontecimentos se associaram com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, influenciando no aumento populacional dos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Segue tabela da cidade de Foz do Iguaçu, referente ao nível educacional realizado pelo Diagnóstico:

**TABELA 02: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - GRAU E ÁREA DO CURSO DAS PESSOAS COM MAIS DE 10 ANOS SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAL – 1976.**

NÍVEIS EDUCACIONAIS	FOZ DO IGUAÇU					
	Total	Primário	Médio 1º Ciclo	Médio 2ºCiclo	Superior	N/DEF ou ESP.
OCUPAÇÕES						
Ocupações Administrativas	4.983	2.918 58,56	186 3,73	299 6	42 0,84	1.538 30,86
Ocupações Técnicas, Científicas e Afins	857	234 27,3	57 6,65	233 27,19	207 24,15	126 14,7
Ocupações da Agropecuária Prod. Ext. Veg. E	906	576 63,58	3 0,33	4 0,44	0	323 35,65
Ocupações da Produção Extração Mineral	17	11 64,71	1 5,88	1 5,88	2 11,76	2 11,76
Ocupações do Comércio Atividades Auxiliares	735	485 65,99	53 7,21	27 3,67	1 0,14	166 22,59

Ocupações da Indústria Transf, e Constr. Civil	3.233	2.527 78,16	51 1,58	33 1,02	0	622 19,24
Ocupações dos Transportes e Comunicações	994	816 82,09	25 2,52	20 2,01	1 0,1	132 13,28
Ocupações da Prestação Serviços	1.372	983 71,65	8 0,58	6 0,44	0	375 27,33
Ocupações da Defesa Nacional	272	156 57,35	17 6,25	26 9,56	7 2,57	66 24,26
Ocupações Mal Definidas ou Não Declaradas	4.990	3.427 68,68	170 3,41	171 3,43	23 0,46	1.199 24,03
Ocupações Domésticas Não Remuneradas	101	60 59,41	2 1,98	7 6,93	0 0	32 31,68
Outras Condições Inativas	122	57 46,72	3 2,46	8 6,56	3 24,59	51 41,8
Total Pop. Economic. Ativa	<b>18.359</b>	<b>12.133</b> 66,09	571 3,11	820 4,47	286 1,56	<b>4.549</b> 24,78
Total Pop. Não Economic. Ativa	223	117 52,47	5 2,24	15 6,73	3 1,35	83 37,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>18.582</b>	<b>12.250</b>	<b>576</b>	<b>835</b>	<b>289</b>	<b>4.632</b>

(Fonte: Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel - Foz do Iguaçu e Toledo - Estado do Paraná Brasil, 1978, p.192).

O documento denominado de 'Comunicação da Experiência de Alfabetização no Oeste do Paraná – Modelo Erasmo Pilotto' faz um destaque em relação ao fato da migração na região:

O fluxo migratório para a região tem como origem os Estados vizinhos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do próprio Estado do Paraná e em menos escala os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse fato se explica por ser o extremo Oeste, do ponto de vista econômico, extensão e transposição das praticas agrícolas de ocupação recente, que absorve a população rural de outras regiões, do Paraná e dos Estados do Sul (BRASIL-MEC/OEA, 1982, p.06).

Diante do processo de urbanização do município de Cascavel e cidades vizinhas, como meio de subsidiar as ações do projeto MEC/OEA, foram mediadas com o embasamento do diagnóstico socioeconômico para a elaboração de um novo plano educacional. Nos três municípios da região: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, tinham sedes para os levantamentos e estudos nos quais eram construídas e elaboradas as atividades.

Segue foto da sede do Projeto no município de Foz do Iguaçu em 1978:

**FOTO 12: SEDE DO PROJETO MEC/OE - FOZ DO IGUAÇU – 1978.**



(Fonte: Arquivo de documentos do Projeto MEC/OEA – UNIOESTE)

Foram dadas prioridades em pontos considerados emergenciais entre eles: a defasagem (aluno, série, idade); a evasão escolar; problemas de saúde e alimentação e a falta de preparo adequado nos recursos humanos da educação, conforme diz o próprio documento:

A intervenção na área da alfabetização na região do Paraná tem sua origem em problemas levantados pelo diagnóstico Sócio - Econômico – Educacional em três municípios piloto da região, sendo Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. O programa iniciou com o treinamento de Professores Alfabetizadores de zona rural, não habilitados e de classes multisseriadas, em 1976 no município de Toledo, onde os índices de reprovação na 1ª série eram superiores a 50% (BRASIL, 1982, p.01).

As novas ações a serem implementadas tinham a intenção de aumentar os resultados escolares, apresentando melhor eficiência da educação nos três países envolvidos. As interferências educacionais ocorreram baseadas na realidade socioeconômica de cada um dos países membros, mostrando uma atuação do

Projeto para o desenvolvimento e atendimento escolar. Foram realizadas atividades para a educação especial e formação para os professores em cursos específicos.

O projeto tinha a previsão de término para dezembro de 1982, na justificativa de que neste período suas atividades iriam melhorar a qualidade da educação. Todavia, diante das demandas sociais e educacionais da região, havia um consenso entre as lideranças de que as ações desencadeadas pelo Projeto não poderiam ser suspensas. Diante desta realidade em agosto de 1980, foi criada a ASSOESTE<sup>21</sup> (Associação Educacional do Oeste do Paraná) para dar a continuidade ao trabalho do Projeto MEC/OEA.

### **2.3.1 Caracterização do projeto**

O Projeto Especial Multinacional de Educação foi implantado no Brasil em 1975, com a proposta de cooperar com os governos dos três países membros – Brasil – Paraguai – Uruguai – na melhoria da qualidade da educação ofertada.

O Projeto tinha como asserção a diminuição dos problemas educacionais, fazendo uso da infraestrutura educacional já existente na região, destinando recursos financeiros para a prática de atividades que completassem com a ação educacional. Em suas atividades, tinha-se o objetivo de combater a defasagem (aluno, série, idade), grande evasão escolar, problemas de saúde e alimentação e a falta de preparo adequado nos recursos humanos da educação.

O Projeto Especial Multinacional de Educação estruturou-se tendo como base 6 subprojetos: Subprojeto 01 – Coordenação administrativa interna e orientação técnica do projeto, Subprojeto 02 – Estudos e pesquisas, Subprojeto 03 – Habilitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação, Subprojeto 04 – Capacitação e aperfeiçoamento profissional, Subprojeto 05 – Assistência a Instituições e Programas Educacionais, e Subprojeto 06 – Publicações. O Projeto teve duas etapas de execução, sendo a primeira de 1975 a 1978 – constituindo o Projeto 19 e a segunda etapa de 1979 a 1983, com o Projeto 39.

---

<sup>21</sup> ASSOESTE: Associação Educacional do Oeste do Paraná - Fundada em 1980 pelos municípios da região, para dar continuidade ao trabalho do Projeto MEC/OEA. Ampliou a organização e aprimorou suas metodologias, dando assim, suporte educacional aos municípios da microrregião do Oeste do Paraná.

Tinha como meta apoiar e promover o desenvolvimento da educação, proporcionar um material didático mais adequado com as características da sociedade regional e fornecer treinamento para os professores.

Ainda que sua atuação ocorresse em pontos regionais, o foco era em atividades que gerassem o alcance multinacional, nos três países, incentivando o desenvolvimento dos mesmos em atividades pautadas, conforme a realidade socioeconômica.

## **2.4 A Gestão do Projeto**

O Projeto contava com uma equipe de Comissão Coordenadora e também por um Comitê Executivo. Suas atividades eram dirigidas por um representante do Departamento de Assuntos Educativos da OEA, assim estabelecidos: o Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura no Brasil, o Diretor Geral do Ministério de Educação e Cultura no Paraguai pelo Ministro da Educação e Cultura no Uruguai. Desta forma, cada um dos países contava com um escritório administrativo.

Esta Comissão tinha como meta reunir uma ou duas vezes por ano. Com as seguintes finalidades:

- Formular a política de execução do Projeto nos três países, dentro das normas de PREDE e das orientações definidas pelo CIECC e a CEPCIECC;
- Preparar planos anuais de operações para a aprovação do Sub-Secretário Executivo para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- Acompanhar a realização das atividades do Projeto e promover a avaliação dos resultados;
- Propôr medidas para melhorar o processo de execução do Projeto (BRASIL, 1978, p.37).

Com a assessoria do Projeto especial 19 e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, foram elaborados os planos municipais embasados nos resultados que obtiveram com a realização do diagnóstico e prognóstico. Estes resultados eram disponibilizados para os municípios da 21ª Microrregião Oeste e fornecidos também às lideranças do Paraguai e o Uruguai utilizarem como modelo para o planejamento de suas atividades.

Nas suas atividades, estavam previstas que cada etapa aconteceria na extensão de quatro anos e que a cada dois anos, seriam realizadas reuniões.

Em relação ao financiamento do Projeto, os recursos eram programados conforme a tabela a seguir:

**TABELA 03: PROJEÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS PAÍSES (EM U\$).**

<b>PAÍSES</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>TOTAL</b>
<b>BRASIL</b>	287.195	304.400	322.665	342.025	1256.285
<b>PARAGUAI</b>	6.028	6.639	7.234	7.837	27.730
<b>URUGUAI</b>	13.301	14.099	14.945	15.841	58.186
<b>TOTAIS</b>	306.524	325.130	344.844	365.703	1.342.201

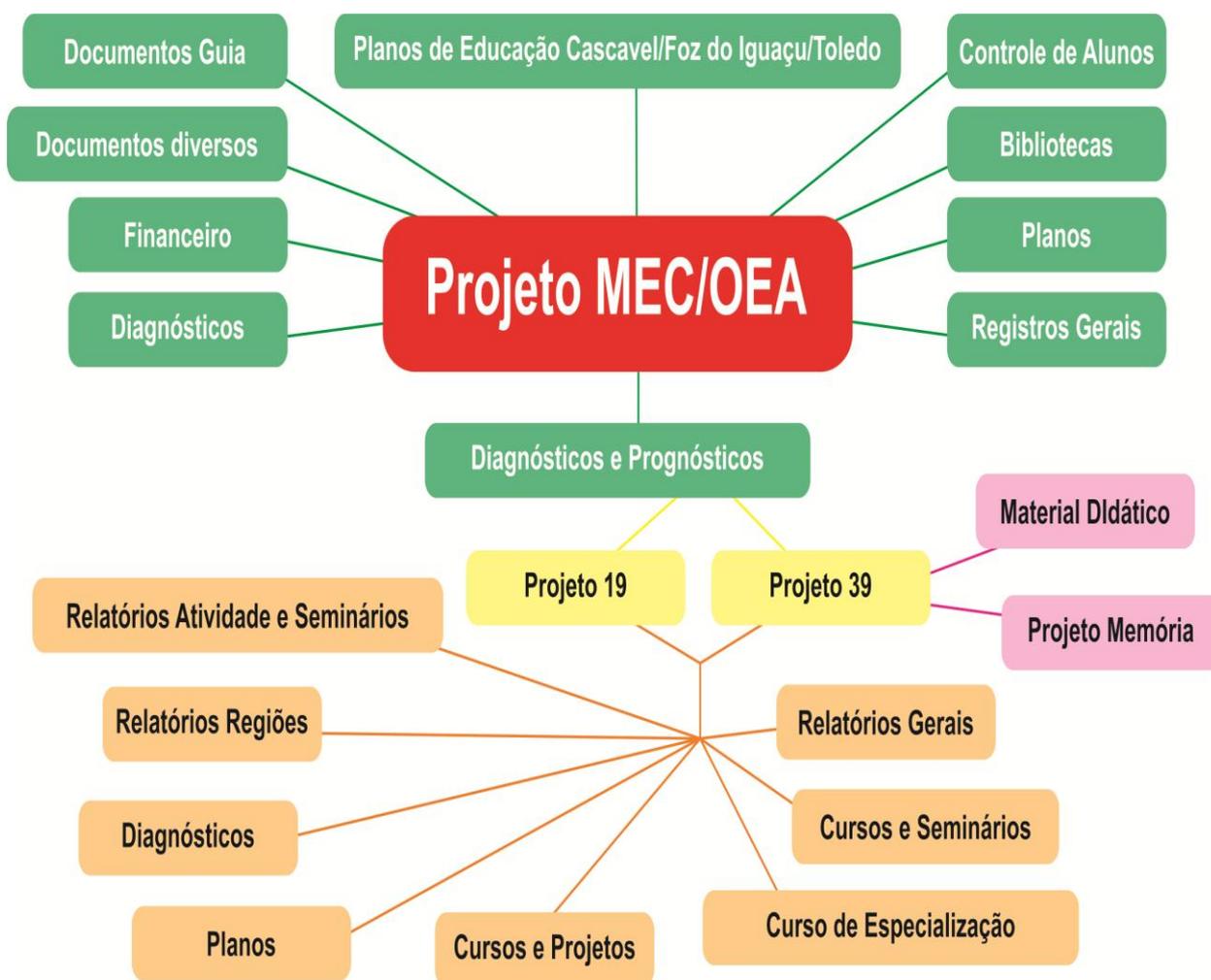
(Fonte: BRASIL, V Reunião da Comissão de Coordenação – P.19 (1978) p.42)

Percebemos na tabela, como foi o planejamento financeiro para a atuação do Projeto de maneira geral nos três países, com uma perspectiva de atividades entre 1979 a 1982. Segundo a tabela, o Brasil foi o país que mais recebeu recursos para a execução das atividades do Projeto, destinados às viagens, aquisição de equipamentos, documentos administrativos e demais necessidades de custeio.

Com a participação dos três países, a contribuição do Projeto foi feita conforme a Resolução de Mar del Plata para o Programa Regional de Desenvolvimento Educativo, o financiamento era realizado de acordo com o número populacional atingido de cada região.

Para que tenhamos uma visão acerca da estrutura e ações do Projeto, segue um organograma:

### ORGANOGRAMA 01: PROJETO MEC/OEA 1975-1983



(Fonte: Elaborado pela autora)

Com este organograma, visualizamos como estavam organizadas as atividades do Projeto de forma mais ampla no Brasil. Alguns documentos comportam o Projeto em sua totalidade, já outros estão voltados para as atividades que se dividiram nos Projeto 19 e Projeto 39<sup>22</sup>.

O resultado da construção do documento chamado de 'Diagnósticos e Prognósticos' foi o que baseou a elaboração das atividades dos projetos seguintes. Entendemos que suas ações se estenderam em duas etapas, a primeira parte o Projeto 19, realizando cursos, a capacitação e relatórios em geral, mas quando se

<sup>22</sup> Discutiremos esses projetos no capítulo a seguir.

estendeu a proposta e prosseguiu o Projeto 39, que se destacou com a produção de material didático e o Projeto memória.

Todas as atividades aconteciam em suas individualidades, mas ao mesmo tempo estavam interligadas com os objetivos gerais do Projeto MEC/OEA. Algumas como percebemos estão localizadas em específico na divisão de subprojetos, no entanto, muitos dos resultados em diagnósticos, registros, relatórios e planos foram a base para a organização das atividades.

## CAPÍTULO III

### O PROJETO ESPECIAL MEC/OEA E A CONCEPÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Neste capítulo, na análise da documentação, discutimos a presença do Projeto MEC/OEA, em confronto com as demandas sociais da região Oeste do Paraná. Foram levadas em conta, as forças hegemônicas e contra hegemônicas que agiram na dinâmica da implementação do Projeto.

Os documentos expressam ações político-ideológicas que estavam acontecendo na época. Assim, faremos uma leitura crítica na busca de interpretar para além do que está registrado nos documentos, a partir das discussões realizadas nos capítulos anteriores, que juntamente com o contexto histórico que envolve o Projeto de nível nacional e internacional.

Neste sentido, é que relacionamos com as questões econômicas, sociais e políticas do período, privilegiando alguns documentos em destaque: Relatório das Atividades 1975/77, Documento Guia nº 1 1975, *Plan de Operaciones* 1976/1977, o Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel – Foz do Iguaçu e Toledo Volume I (1978) e V Reunião da Comissão de Coordenação – Projeto 19 (1978).

Destacaremos estes documentos, por serem fundantes do Projeto MEC/OEA ao definirem as intenções, organização e suas ações no Brasil, ao revelarem os elementos necessários para compreender a concepção de educação presente no referido projeto.

#### 3.1 O Projeto Especial 19

Conforme os projetos eram aprovados pela OEA em Washington, independente de onde ele iria ser realizado, cada projeto levava um número de identificação, por isso o Projeto MEC/OEA recebeu sua aprovação de implementação com os recursos financeiros denominando Projeto Especial 19 direcionado à região Oeste do Paraná.

Este Projeto, inicialmente tinha seu período de atividades programadas para quatro anos, porém, pela análise da OEA juntamente com a coordenação do MEC

no Brasil que constataram que os resultados estavam sendo satisfatórios, assim o estenderam por mais quatro anos, sendo denominado então de Projeto Especial 39.

Conforme o documento *Plan de operaciones 1976/77*<sup>23</sup>, o Projeto Especial 19 tinha como objetivo geral apoiar e promover o desenvolvimento de uma educação técnica, formação profissional e de educação especial, cujo foco estava voltado para a utilização de novas metodologias.

O documento traz seus objetivos específicos:

- a) Para la educación técnica: realizar estudios e investigaciones destinados a perfeccionar y actualizar los métodos, materiales didácticos y las formas de educación técnica, especializar al personal en el nivel de postgrado y brindar asistencia.
- b) Para la innovación tecnológica: promover la realización de estudios y facilitar la especialización de alto nivel en este campo.
- c) Para la educación especial: brindar apoyo, asistencia, cooperación a la investigación y la especialización del personal (BRASIL, 1976, p.01).

Estas atividades tinham como fundamento a reforma dos sistemas educacionais dos três países. O Projeto considerava como prioridade a educação para o trabalho, no ensino médio e na capacitação de pessoal na educação especial, com a finalidade em formar para o trabalho produtivo.

Neste sentido, o documento ao abordar a sua intencionalidade na formação educacional para o trabalho expressa a influência da teoria do capital humano, predominante naquele contexto. A educação teria o objetivo em atuar no desenvolvimento econômico e social, promovendo um ensino voltado para o mercado de trabalho.

Segundo o Projeto Especial 19, o que motivava diretamente suas ações, se originava da execução de atividades em áreas vizinhas: “[...] *programa de desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín, represas binacionales de Itaipú, Paso Centurión y Talavera* [...] ” que proporcionaram mudanças sociais e econômicas (BRASIL, 1976, p.01-02).

---

<sup>23</sup> O documento *Plan de Operaciones 1976-1977* foi elaborado na terceira reunião da comissão de coordenação do Projeto, em Montevidéu de 06 a 14 de outubro de 1976. Trazendo inicialmente o documento do projeto 19.

Como foi mencionado, o Projeto nasceu conforme a Resolução de Mar Del Plata, e elaborado em reuniões e consultas nas quais foram estabelecidos os objetivos específicos transformando em normas administrativas e financeiras.

Delimitando o período de execução para iniciar em 1974/1975, o documento afirma que:

Las primeras acciones concretas en los países comenzaron efectivamente a partir del mes de mayo de 1975 y se cumplieron en forma lenta. A la fecha de la presente reunión puede afirmarse que el proyecto se encuentra en actividad en los tres países y demuestra una vitalidad que autura un promisorio futuro para sus acciones (BRASIL, 1976, p.04).

A primeira reunião da comissão de coordenação aconteceu em Brasília<sup>24</sup>, e logo após uma complementar no Uruguai com a intenção de finalizar o primeiro plano de ações. A segunda ocorreu em Assunção, no Paraguai<sup>25</sup> com a avaliação dos meses anteriores de atuação do Projeto para realizarem os ajustes necessários. O documento ressaltava que os três países reafirmaram a vontade em continuar com Projeto na segunda reunião, estendendo o suporte e a participação dos mesmos.

### 3.1.1 O Projeto 19 no Brasil (1975 e 1976)

O documento que apresenta as atividades iniciais com o Projeto 19 traz as metas a serem realizadas no período de 02 de maio de 1975 até o dia 30 de setembro de 1976. Foram 13 metas da operação no Brasil, 12 metas no Paraguai e 13 metas no Uruguai; cada uma trazendo suas atividades da atuação como também para a sua própria organização.

O Plano no Brasil estava organizado a partir de 13 metas: Meta 01 - *Coordinación administrativa interna y orientación técnica del Proyecto*, Meta 02 - *Diagnóstico de la situación Socio-Educacional de la Sub-región*, Meta 03 - *Planeamiento de las acciones que serán ejecutadas a largo plazo en el Proyecto*, Meta 04 - *Asistencia a instituciones y programas educativos*, Meta 05 -

---

<sup>24</sup> Aconteceu no dia 12 e 13 de junho de 1975.

<sup>25</sup> Aconteceu no dia 18 e 19 de dezembro de 1975.

*Especialización de personal de nivel superior en el campo de educación, Meta 06 – Perfeccionamiento y capacitación de directores, profesores y personal auxiliar de la enseñanza, Meta 07 – Capacitación de personal nivel medio; Meta 08 – Capacitación de mano de obra especializada, Meta 09 – Publicaciones en el campo de la educación técnica, Meta 10 – Diagnóstico y planeamiento de acciones que serán ejecutadas en el área de educación especial, Meta 11 – Asistencia técnica a instituciones y programas de educación especial, Meta 12<sup>26</sup> e Meta 13 – Publicaciones en el campo de la educación especial.*

Estas metas estruturavam as atividades principais no Projeto, juntamente com a organização e formação de recursos humanos e planejamentos. Destacamos a Meta 08 que enfatizava a capacitação de mão de obra especializada. Os objetivos do projeto ficam claros ao serem apresentados como o foco de atuação. Identificamos inicialmente como a educação poderia ser vista e em como o projeto pretendia articular o ensino nas regiões que foram estabelecidas.

### **3.1.2 O Plano de operações para o período de 1976/77**

Este plano, segundo o documento, faz parte do terceiro período do Projeto especial 19. As atividades programadas, conforme a experiência que se teve nos anos anteriores, confirmavam os princípios gerais que o Projeto inicial tinha estabelecido.

Ainda conforme o documento, o que os coordenadores estimavam era como o Projeto chegaria nesta etapa, confirmando tudo que tinham pensado e planejado para obterem os resultados.

O documento destaca os efeitos de multinacionalidade:

El avance del proyecto ha mostrado la bondad de las proposiciones asentadas en los Planes anteriores sobre sus efectos de multinacionalidad. Se considera necesario reforzar las acciones conjuntas favoreciendo la cooperación activa en los diversos programas nacionales (BRASIL, 1976, p.17).

Com estas afirmações em relação ao que já tinham como resultados, afirmavam que ele estava refletindo resultados satisfatórios para os coordenadores

---

<sup>26</sup> O documento não especifica a Meta 12. Pula da Meta 11 para a 13 em suas especificações.

do projeto e órgão financiador. Neste momento verificamos que a atuação do Projeto estava acontecendo juntamente com outros programas nacionais, mas que o documento não os apresenta, apenas atuava em conjunto com outros projetos particulares de cada país.

Mesmo que o projeto estivesse sendo executado no Brasil, suas atividades tinham que ser aprovadas pela OEA, acarretando na elaboração de inúmeros relatórios enviados para a coordenação em Washington. Ainda que o projeto fosse executado em um determinado local, suas ações deveriam ser conforme os moldes que estavam no Projeto aprovado.

Durante este Plano de operações para os anos de 1976 e 1977, tiveram algumas modificações para os anos seguintes:

- a) Establecer una denominación uniforme para el proyecto y para las actividades involucradas.
- b) Reducir el número de “Metas” con la finalidad de concentrar las acciones y facilitar la ejecución del programa. Para ello la denominación utilizada en los planes de operación anteriores de “Metas”, se sustituye por la denominación “SUBPROYECTO” (BRASIL, 1976, p. 17-18).

Com estas modificações, o Projeto MEC/OEA passou a ter um novo modelo de estruturação para as suas atividades, condensando as metas anteriores para que segundo o documento aprimorasse melhor a organização da implantação do Projeto.

O Projeto Especial 19 estruturou-se em 7 subprojetos: o subprojeto 19.1 que destacava a coordenação que antes era a meta 1, o subprojeto 19.2 trouxe as investigações e os estudos que antes eram as metas 2 e 3, o subprojeto 19.3 destacou a assistência técnica que antes estava na meta 4, o subprojeto 19.4 ressaltou a capacitação e treinamento para recursos humanos que estavam nas metas 5 e 6, o subprojeto 19.5 era o de capacitação e mão de obra presentes anteriormente nas metas 7 e 8, o subprojeto 19.6 referia-se a assistência técnica para a educação especial que antes integrava as metas 10, 11 e 12 e o subprojeto 19.7 sobre as publicações que antes estavam nas metas 9 e 13.

Ao analisarmos este documento, percebemos que alguns destes subprojetos estavam voltados para que suas atividades se efetivassem em alguns dos países em específico e não iriam se efetivar todos nos três países. O subprojeto 19.2, por

exemplo, tem seus objetivos e atividades destacadas apenas para o Paraguai e Uruguai.

Os subprojetos se organizavam basicamente em objetivo, atividades, recursos financeiros, justificativa dos gastos financeiros, equipamentos, contratos e custos gerais. Vale destacar o subprojeto 19.4, que focava a capacitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação, seu objetivo geral estava em elevar o nível de conhecimento do quadro administrativo, professores, pessoal de apoio e os programas educacionais que estão localizados nas áreas que o Projeto estava sendo executado.

As atividades deste subprojeto 19.4 no Brasil eram:

Brasil: perfeccionamiento de profesores y técnicos del CETEPAR, de la Facultad de Educación de Cascavel, de la Fundación Educacional de Toledo, de la Fundación Educacional de Foz do Iguaçu, de la Asociación Santanense Pro Enseñanza Superior, de las Facultades Unidas de Bagé, de Facultad de Zootecnia de Uruguayana, de la Universidad Católica de Pelotas y de las Escuelas de 1er, y de 2º grado de la Subregión del Proyecto, mediante cursos programa y 10 misiones de estudios (BRASIL, 1976, p.29).

Fica evidente que um dos seus focos principais era na formação de recursos humanos, como um aparato de formação profissional para que no mercado de trabalho fosse atendido nas necessidades de cada região. Na região Oeste do Paraná a ênfase na capacitação de recursos humanos no ensino superior, para que posteriormente tivessem mais profissionais capacitados para atuar nas escolas e atendessem a demanda do êxodo rural.

Este objetivo nos remete a questões que discutimos no primeiro capítulo em relação à educação, entendida como uma ação voltada às atividades práticas. Na sociedade capitalista, sua aplicabilidade é feita com a intencionalidade de capacitação de mão de obra produtiva.

É perceptível que para a classe trabalhadora a aquisição de determinados conhecimentos educacionais, torna-se essencial para manter a sua sobrevivência. Outro documento que acreditamos ser pertinente destacar é subprojeto 19.7, que enfatiza a sua preocupação em publicações de materiais relacionados à educação. O documento assinala como cooperação com os países que participam do Projeto MEC/OEA é necessária a produção de materiais didáticos e paradidáticos voltados

aos estudos, investigações, livros, textos, manuais, documentos de trabalho e materiais de apoio.

Suas atividades estavam assim estabelecidas:

- Elaborar y publicar textos, manuales, informes y material de enseñanza en los tres países.
- Publicar, en el Brasil, el Diagnóstico Socio-económico-educativo realizado en los municipios de Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, en el Estado del Paraná, y distribuirlo a instituciones educacionales de los países participantes.
- Elaborar, reproducir y divulgar material sobre la reforma educativa del Uruguay (BRASIL, 1976, p.41).

Decorrendo destas atividades, destacamos que no Projeto MEC/OEA na região Oeste do Paraná, temos a produção de uma cartilha como um material didático intitulado de A Porta Mágica<sup>27</sup>, que se baseou no método do Erasmo Pilotto<sup>28</sup>. Como uma ferramenta para os profissionais da educação, esta cartilha foi utilizada no ensino de alfabetização nas escolas da região.

### **3.1.3 O Plano de operações de 1977-1978**

O documento de planejamento das ações do Projeto para o segundo semestre de 1977, foi realizado na “IVª Reunião de Coordenação do Projeto Especial 19”, nos dias 12 a 19 de dezembro em Brasília. O documento tinha a intencionalidade de elaborar um novo projeto com outros aspectos onde se basearam de acordo com a experiência obtida nas atividades realizadas até então (BRASIL, 1976).

Este novo planejamento, tinha em vista o ajustamento das atividades realizadas até o momento e com planos para o ano de 1978. Diante das prestações de contas com a OEA e conforme o planejamento financeiro para este período, no Brasil, o segundo semestre de 1977 foi dedicado especificamente para a região de fronteira com o Uruguai. Deixando o ano de 1978 com planos para as atividades a serem realizadas na região de fronteira com o Paraguai.

---

<sup>27</sup> Esta cartilha foi elaborada para os anos de alfabetização, junto á equipe do Projeto MEC/OEA no Brasil na região Oeste do Paraná. Tinha-se a cartilha do aluno e uma com o manual de apoio para o professor.

<sup>28</sup> Fez pedagogia, criou um método de ensino, foi professor e diretor de escola, atuando como um educador de referência ao Estado do Paraná..

Na apresentação dos subprojetos ressalta que:

Na região de influência da Itaipu, foram elaborados três Planos Municipais de Educação, compreendendo os municípios de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Estes Planos têm o caráter de projetos piloto, que servirão de modelo e cujos resultados poderão ser estendidos a todos os municípios do Estado e, eventualmente, a todo o país. Os recursos deste Plano de Operações aplicados no Estado do Paraná, destinar-se-ão a implementação desses três planos municipais (BRASIL, 1976, p.22).

Em relação aos Planos Municipais de Educação de acordo com o documento, foram utilizadas técnicas de Planejamento Centrado em Problemas, que eram de controle do pessoal técnico até o momento restrito e em nível internacional.

O documento afirma que os planos menores são consolidados ao nível mais alto e selecionados pelo seu nível hierárquico da organização, para que atingisse a sua unidade produtora e executora.

Por este entendimento, o documento apresenta:

Os objetivos globais no mais alto nível não permitem ser traduzidos operacionalmente nos níveis hierárquicos mais próximos da execução, se os descritores são globais, não claros e, conseqüentemente, as informações insuficientes, prejudicando a consecução. Finalmente os problemas regionais e locais podem ser diferentes daqueles fixados como prioritários no nível mais alto (BRASIL, 1976, p.24).

As atividades programadas para os Planos Municipais de Educação de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, atingem a sua aplicação nas seguintes áreas: Mercado, Tamanho, Tecnologia, Custo e Receita, Financiamento e Investimento, Organização e Execução e Localização (BRASIL, 1976).

Na região Oeste do Paraná, mais próximo de Foz do Iguaçu onde estava acontecendo a construção da Hidrelétrica de Itaipu, foram aplicados todos os recursos sugeridos e eleitos em razão das restrições de custos, tempo e a efetivação, delineando com a estrutura dos anteprojetos.

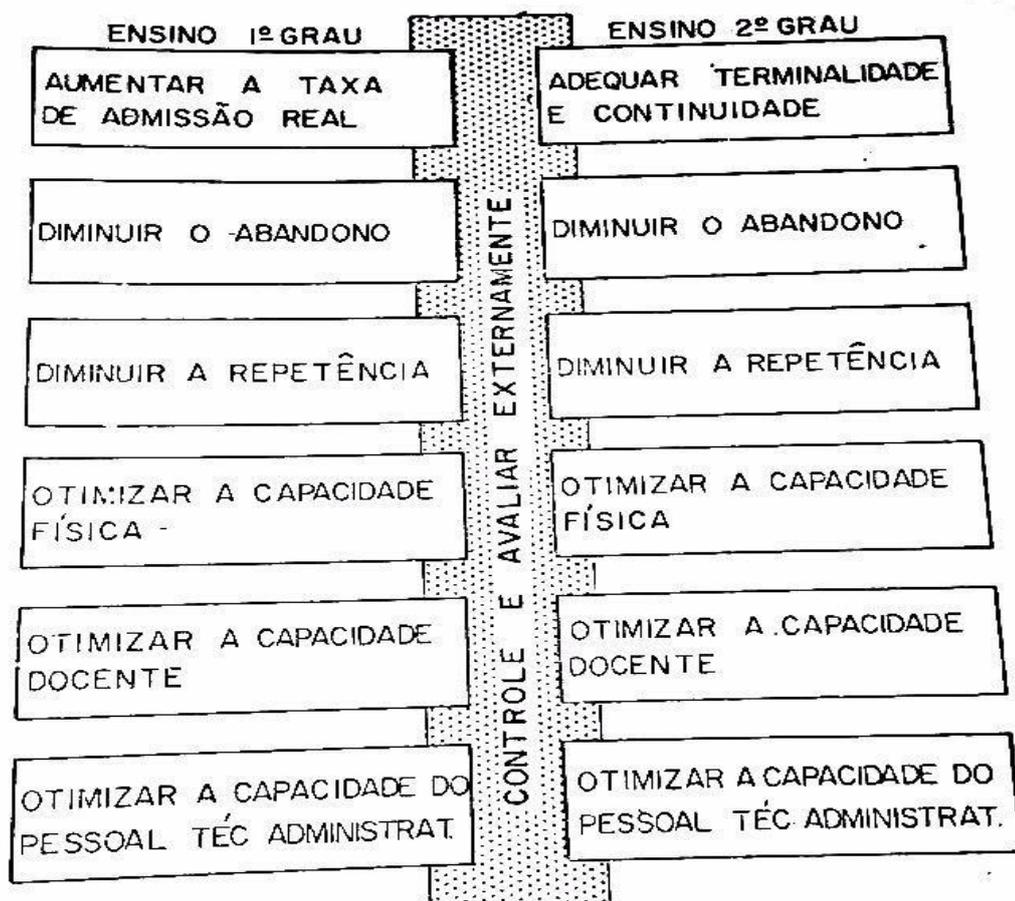
Os recursos propostos eram em razão da necessidade de mudanças vistas necessárias no processo educacional. Em função disto, ao analisarem a estruturação e os problemas que foram alcançados é que se organizavam os

projetos complementares de cada um dos projetos considerados como prioritários, assim reelaborados em novos subprojetos.

Devido aos ajustes e a reorganização para que o projeto fosse implementado de acordo com a realidade econômica, social e política que estava introduzida, é que tinham os objetivos gerais e a adaptação dos mesmos para a atuação em seus municípios.

Segue tabela da organização que estava prevista com as áreas de atuação em dois níveis educacionais, que tinham realizado junto aos planejamentos das atividades e como controlavam e avaliavam em um parâmetro geral externo:

**TABELA 04: A ORGANIZAÇÃO NAS AREAS DE ATUAÇÃO.**



(Fonte: BRASIL, 1976, p.25)

Por esta tabela, percebemos como que, de maneira ampla, estavam organizados o controle e a avaliação das ações em relação à atuação educacional nos ensinos de primeiro e segundo graus. Para o primeiro, havia seis elementos: aumentar a taxa de admissão real, diminuir o abandono, diminuir a repetência, otimizar a capacidade física, otimizar a capacidade docente e otimizar a capacidade do pessoal técnico administrativo.

Como podemos observar para o segundo grau, foram definidas seis metas a serem atingidas, sendo a primeira a única que se diferenciava em relação ao primeiro grau, ou seja, adequar à finalização e a continuidade de estudos. Esta estrutura dá um parâmetro de como eram elaborados os subprojetos com foco no que deveria ser atingido.

Na tabela que segue, apresenta-se a estruturação dos projetos prioritários e complementares:

**TABELA 05: ESTRUTURA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES.**



(Fonte: BRASIL, 1976, p.26-27)

Analisando o quadro, verificamos que as ações prioritárias estavam estruturadas em eixos centrais: aumentar a taxa de admissão real<sup>29</sup>, diminuir o abandono, diminuir a repetência, otimizar a capacidade física, otimizar a capacidade docente e otimizar a capacitação de pessoal técnico administrativo. Por estes desdobramentos, conseguimos visualizar como estavam estabelecidas as metas a serem atingidas.

### **3.2 O documento Guia 1975**

Este documento traz consigo os registros de muitas das atividades do Projeto. O volume do ano de 1975 comporta 15 documentos, entre eles estão alguns cursos de especialização, projetos e missões. Os cursos apresentados são nas áreas de capacitação de profissionais, como também para pessoal de suinocultura e apicultura.

Em seu índice são especificados os cursos e programas: nº 01 Curso-Programa para o Desenvolvimento de Pessoal Pedagógico da Região Oeste do Paraná, nº 02 Seguimento do Curso-Programa para Professores do 1º Grau de Toledo – 3ª fase, nº 05 Projeto do Curso-Programa de Especialização de Professores para o Atendimento de Excepcionais Deficientes Mentais a ser realizado na cidade de Cascavel, nº 06 Curso-Programa sobre Introdução ao Planejamento Educacional, nº 13 Projeto do Seminário Sobre Planejamento da Integração no atendimento aos Excepcionais e o de nº 15 que se refere ao Curso de Atualização em Matemática e de Alfabetização.

Com estes itens, percebemos a forte presença da formação e capacitação de recursos humanos nas atuações do Projeto. Destacamos a seguir a estrutura do documento:

---

<sup>29</sup> A admissão real refere-se ao aumento em quantidade de crianças com sete anos a frequentar a escola.

## DOCUMENTO 01: ÍNDICE DO DOCUMENTO GUIA 1975.

<u>Í N D I C E</u>	
✕ - Documento Guia Nº 01 - Curso-Programa para o Desenvolvimento de Pessoal Pedagógico da Região Oeste do Paraná .....	001
✕ - Documento Guia Nº 02 - Seguimento do Curso-Programa para Professores do 1º Grau de Toledo - 3a. Fase .....	023
- Documento Guia Nº 03 - Missão de Estudos de Ivete Torres Ribeiro .....	027
↳ - Documento Guia Nº 04 - Projeto do Curso-Programa de Aperfeiçoamento de Equipes Multidisciplinares que Integram os Serviços de Atendimento a Excepcionais em Curitiba, Paraná .....	046
↳ - Documento Guia Nº 05 - Projeto do Curso-Programa de Especialização de Professores para o Atendimento de Excepcionais Deficientes Mentais, a ser realizado na cidade de Cascavel .....	063
✕ - Documento Guia Nº 06 - Curso-Programa sobre Introdução ao Planejamento Educacional .....	081
- Documento Guia Nº 07 - Missões de Estudo de Ernesto Knauer e Roberval Eloy Pereira .....	105
- Documento Guia Nº 08 - Missão de Estudos de Arlete Marzanati Bornea .....	136
- Documento Guia Nº 09 - Missão de Estudos de Zeila Ferreira Cortese .....	143
✕ - Documento Guia Nº 10 - Curso de Capacitação de Apicultores ....	150
✕ - Documento Guia Nº 11 - Curso-Estágio para Auxiliares de Bibliotecas Escolares .....	154
✕ - Documento Guia Nº 12 - Curso de Suinocultura .....	162
↳ - Documento Guia Nº 13 - Projeto do Seminário Sobre Planejamento da Integração no Atendimento aos Excepcionais .....	173
✕ - Documento Guia Nº 14 - Curso Intensivo de Aperfeiçoamento de Técnicos em Administração Rural .....	198
↳ - Documento Guia Nº 15 - Curso de Atualização em Matemática e de Alfabetização .....	225

(Fonte: BRASIL, 1975, p.01)

Pelo índice conseguimos ter uma visão geral do que o documento engloba. Destacamos o primeiro documento que se intitula 'Curso-Programa para o Desenvolvimento de Pessoal Pedagógico da Região Oeste do Paraná', que faz parte da meta 05 que era ofertar especialização de pessoal no nível superior para o campo da educação.

Destacamos no índice que, mesmo o Projeto estando focado nas questões educacionais, também nos deparamos com outros setores que o Projeto estava em ação, como podemos observar com os cursos de suinocultura e de administração

rural. Pois, o Projeto além da formação de recursos humanos para a educação, realizava juntamente a formação técnica, é por meio destas questões que percebemos as intencionalidades que o Projeto tinha.

Pelo período que discutimos no capítulo I em relação ao nacionalismo-desenvolvimentista, a região tinha característica de grande desenvolvimento, como os documentos apresentam os estudos de clima, solo e hidrografia da região, apontam que é uma região de grande desenvolvimento na agricultura. Estes fatores mostram que o capitalismo tem a necessidade de investimentos em capital humano e outros setores de produção.

A equipe geral que compreende este curso integra a participação de três entidades: Planejamento, Coordenação e Supervisão: Coordenação Geral do Projeto no Brasil; Cooperação técnica: Centro Educacional de Niterói - CEN da Fundação Brasileira de Educação - FUNBRAE e a Implementação: Fundação Educacional de Toledo – FUNET (BRASIL, 1975).

O curso se estruturou em quatro etapas: preparação, teórico-prática, aplicação e avaliação. Iniciando com a preparação no mês de maio de 1975 e encerrando com a avaliação em dezembro de 1975. Seu objetivo geral estabelecia a capacitação aos administradores escolares e os educadores do município de Toledo na região Oeste do Paraná. Visava à reformulação na metodologia operacional que estava sendo aplicada nas escolas. Seus objetivos específicos eram:

Oferecer condição aos administradores escolares para que, ao final do curso-programa, sejam levados a:

- 01) Identificar os problemas sócio-econômicos da região, mormente no que se refere ao Complexo Itaipu, tendo em vista um planejamento realista, através de programas e projetos adequados às soluções desses problemas;
- 02) Utilizar métodos e técnicas aplicáveis à administração por objetivos e reconhecer a importância da elaboração dos mesmos para o ensino efetivo;
- 03) Elaborar currículos adequados à realidade local, através de diagnósticos estabelecidos criteriosamente;
- 04) Refletir sobre a legislação básica de ensino, a fim de atuarem dentro do espírito da lei nº 5692/71;
- 05) Selecionar e executar programas de avaliação do desempenho escolar

Oferecer condições aos professores para que, ao final do curso-programa, sejam levados a:

- 01) Atuar dentro de um planejamento sistêmico, visando à fixação de objetivos para o ensino efetivo;
- 02) Analisar os fundamentos bio-psico-sociais, e a estratégia da organização de currículos, a fim de adequar sua atuação às reais necessidades do educando e do seu meio ambiente;
- 03) Conhecer uma nova metodologia de ensino, que os levem à consecução dos objetivos fixados, através de uma reformulação de suas atitudes diante da problemática educacional;
- 04) Analisar os princípios básicos da legislação em vigor e aplicar metodologia adequada ao ensino por atividade, áreas de estudo e disciplinas;
- 05) Reformular o processo de avaliação do desempenho escolar. (BRASIL, 1975, p.02).

Em seus objetivos fica claro que estavam concentrados para a parte administrativa na reformulação de um novo currículo, com uma avaliação voltada para a realidade escolar. Em relação aos professores, encontravam-se em geral para a nova metodologia aplicada em sala de aula juntamente com a organização curricular.

Com vistas ao desenvolvimento da região, o curso tinha como meta quantitativa atingir as unidades escolares para estruturar um ensino integrado, harmônico e participativo. Integrando 130 professores e administradores, desde o primeiro ao segundo grau, com a participação integral para a preparação de novas unidades como o Centro Educacional de Toledo – FUNET.

Para este processo de desenvolvimento pedagógico, a sua metodologia estava nas etapas e cada uma delas também estavam organizadas em fases. A primeira etapa tinha seis fases, a segunda, três fases; a terceira, quatro fases e; a quarta, uma.

Destacamos a terceira etapa que competia à aplicação, estava dividida em oito conteúdos programáticos para os administradores escolares: a análise de sistemas e a educação; a abordagem sistêmica na escola; os objetivos para o ensino efetivo; a organização curricular; os currículos de primeiro grau; os currículos de segundo grau; a avaliação do desempenho escolar e a integração escola-empresa-comunidade.

Para os professores de 1<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries do primeiro grau, os conteúdos eram previstos doze conteúdos e, para os professores de 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> séries do primeiro grau, estavam programados onze conteúdos. Os recursos junto à coordenação, contavam

com a colaboração da equipe do Centro Educacional de Niterói e da Fundação Educacional de Toledo<sup>30</sup>.

Ainda sobre a terceira etapa do curso, em relação à missão de estudos na área de treinamento de professores, a justificativa era que se tinha presente problemas nas atividades de magistério e que a capacitação constante exigia mais seriedade na formação de recursos humanos de acordo com o estabelecido com a reforma do ensino em nível nacional:

Além disso, a reforma de ensino proposta pela Lei Federal 5692/71 está a exigir a imediata e rápida atualização de grande número de professores já atuantes em nossas escolas. A busca de variadas se apresentam as situações dos professores das escolas e dos alunos (BRASIL, 1975, p.29).

O documento, alinhado aos acontecimentos nacionais, como discutimos no capítulo II sobre a lei 5692/71, competia à reforma dos ensinos de primeiro e segundo grau. As ações do referido documento apontavam novas estratégias na educação, com a intencionalidade do progresso que foi marcado pelo período nacional-desenvolvimentista vigente.

Para a realização deste curso de formação voltado aos professores, foi escolhida à professora Ivete Torres Ribeiro<sup>31</sup>, pela sua experiência na área. Percebemos por este primeiro item do documento guia, que as propostas do Projeto MEC/OEA, ainda que voltadas às questões locais e regionais, suas ações estavam relacionadas também às intenções e ao atendimento da legislação federal.

### **3.3 Relatório das Atividades no Brasil 1975/1977**

Conforme mencionado, a elaboração de relatórios era uma prática constante em razão do grande alcance do projeto. Entre eles destacamos o 'Relatório das Atividades no Brasil 1975/1977'. Este documento está dividido em duas partes,

---

<sup>30</sup> Contaram com a supervisão da professora Maria Lygia Silva Mascarenhas Costa do CEN, a coordenação dos professores Edilio Ferreira e José Zanchetin da FUNET e a orientação dos professores: Miguel Campos Sepulceida, Maria Antonia Monteiro, Ceila Conzeição Perez, Nelson Zeraik, José Nolasco e José Assumpção.

<sup>31</sup> Na época, era diretora executiva do Centro de Treinamento de Magistério do Paraná.

primeiro traz os antecedentes do projeto, posteriormente o relatório<sup>32</sup> das atividades desenvolvidas. Estas atividades se dividem em seis capítulos: 1- Coordenação administrativa interna e orientação técnica do projeto, 2- Estudo e pesquisas, 3- Assistência técnica a instituições e programas educacionais, 4- Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação, 5- Capacitação e mão de obra e 6- Publicações. Segue estrutura do documento:

## **DOCUMENTO 02: ÍNDICE DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO BRASIL 1975/1977.**

### Q u a d r o   G e r a l

#### Introdução

#### I PARTE - ANTECEDENTES

- Direção Nacional do Projeto
- Áreas de Atuação
- Objetivos
- Estratégias de Operação
- Início de Atividades

#### II PARTE - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

##### 1. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA INTERNA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

- 1.1. Objetivo
- 1.2. Cooperação com o Escritório da OEA
- 1.3. Reuniões de Comissão de Coordenação
- 1.4. Instalação da Coordenação
- 1.5. Pessoal do Projeto
- 1.6. Correspondência
- 1.7. Supervisão e Reuniões de Trabalho

##### 2. ESTUDOS E PESQUISAS

- 2.1. Objetivos
- 2.2. Atividades Desenvolvidas

<sup>32</sup> O Documento compõe as atividades do Projeto MEC/OEA que foram desenvolvidas a partir de 02 de maio de 1975 até a data de 30 de julho de 1977. E juntamente as próximas ações planejadas.

- 2.2.1. Diagnóstico Sôcio-Econômico-Educacional
  - 2.2.2. Levantamento da Situação do Excepcional no Rio Grande do Sul
  - 2.2.3. Estudo da Viabilidade do Programa para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
  - 2.2.4. Plano Definitivo de Educação Especial para a 21a. Microrregião do Paraná
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA A INSTITUIÇÕES E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
- 3.1. Objetivos
  - 3.2. Atividades Desenvolvidas
    - 3.2.1. Reestruturação Administrativa do CETEPAR
    - 3.2.2. Apoio a Bibliotecas
    - 3.3.3. Material Audiovisual e Equipamentos
    - 3.3.4. Educação Especial
    - 3.3.5. Pessoal Especialista de Área do Projeto
    - 3.3.6. Programa para o Desenvolvimento de Recursos Humanos na Região de Fronteira do Brasil com o Uruguai
4. CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA A EDUCAÇÃO
- 4.1. Objetivos
  - 4.2. Atividades Desenvolvidas
    - 4.2.1. Missões de Estudo
    - 4.2.2. Cursos de Especialização de Recursos Humanos para a Educação
5. CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MÃO-DE-OBRA
- 5.1. Objetivos
  - 5.2. Atividades Desenvolvidas
    - 5.2.1. Apoio Técnico a UNICON
    - 5.2.2. Cursos para Administradores Rurais
    - 5.2.3. Capacitação e Treinamento de Mão-de-Obra Rural
6. PUBLICAÇÕES
- 6.1. Objetivos
  - 6.2. Atividades Desenvolvidas
    - 6.2.1. Publicações no Campo da Educação
    - 6.2.2. Publicações de Estudos e Pesquisas
    - 6.2.3. Publicações na Área de Educação Especial
    - 6.2.4. Publicações na Área Técnica - Mão-de-Obra

Brasília, 12 de agosto de 1977

  
Armando Hildebrand  
Representante do DAE

  
Sandoval Machado  
Coordenador Adjunto

Foram concentradas em seis títulos pela intencionalidade em ampliar as ações, na perspectiva de facilitar e esclarecer todo o trabalho feito. Por isso, estes títulos compreendem: o primeiro é a meta 01; o segundo, metas 02 e 03; o terceiro, metas 04, 11 e 12 e o quarto, metas 05 e 06.

A introdução do relatório apresentam dados dos que não nos tínhamos outros documentos que discutimos anteriormente, referente à terceira reunião que aconteceu em outubro de 1976<sup>33</sup>, em Montevideu. O Documento apresenta em seu início, os antecedentes que têm dados desde o começo do Projeto, a direção nacional de cada um dos países, área de atuação, os objetivos principais, as estratégias de operação que tinham previsto e o início das atividades<sup>34</sup>.

Na segunda parte, logo no primeiro item, retoma sobre os objetivos, sede no Brasil, as reuniões que aconteceram com a comissão de coordenação dos três países e a instalação da coordenação no Brasil:

A sede da Coordenação Geral do Projeto foi instalada em maio de 1975, em Brasília. Foi adquirido em equipamento mínimo para seu funcionamento. Os arquivos e registros de documentos e correspondências foram organizados na sede do Projeto e se encontram em regular funcionamento (BRASIL, 1975/1977, p.11).

Destacamos o seminário de 'Política da Formação Profissional Rural', que foi promovido pelo CINTERFOR<sup>35</sup>, ocorrido no Paraguai de 23 a 27 de maio de 1977. No evento, os especialistas em formação profissional rural dos países Latino-americanos fizeram apresentações referentes à situação da formação, os problemas que enfrentavam e a política que realizavam nas áreas de países participantes.

Em relação ao segundo item que se refere aos 'Estudos e Pesquisas', tem no primeiro objetivo a elaboração do 'Diagnóstico Sócio-econômico-educacional' que engloba toda a 21<sup>a</sup> microrregião do Estado do Paraná, com destaque aos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Remete-se no seu último objetivo sobre a

---

<sup>33</sup> Conforme o documento, a reunião aconteceu de 6 a 4 de outubro de 1976, mas acreditamos que foi um erro de digitação e que possa ser de 4 a 6 de outubro de 1976.

<sup>34</sup> Iniciou no dia 02 de maio de 1975, conforme o documento do Relatório de Atividades no Brasil de 1975 a 1977.

<sup>35</sup> É o Centro Interamericano para o Desenvolvimento de Conhecimento para a Formação Profissional: "*Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional (OIT/Cinterfor) es un servicio técnico de la Organización Internacional del Trabajo (OIT)*", localizado em Montevideu, no Uruguai.

elaboração de um plano para a Educação Especial para a 21<sup>a</sup> Microrregião do Estado do Paraná.

Em suas atividades destacamos a questão da elaboração do diagnóstico sócio-econômico-educacional, que prioriza a região do Paraná devido à influência da construção da hidrelétrica de Itaipu:

O modelo utilizado para este diagnóstico, de autoria do Professor Jurandir Santiago, Técnico do Ministério da Educação e Cultura, foi estudado no curso-programa “Introdução ao Planejamento Educacional”, realizado em Curitiba, no período de 27 de outubro a 5 de novembro de 1975, e do qual participaram 36 técnicos paranaenses, que posteriormente formaram equipes de trabalho estadual e municipais, subdivididas em três áreas: educacional, social e econômica (BRASIL, 1975/1977, p.14-15).

Na área educacional, foram estruturados três núcleos que dividem e esclarece como as atividades eram realizadas; o primeiro núcleo foi da função de produção educacional que tinham como pontos centrais o levantamento de dados e de custos. O segundo núcleo é o da capacidade instalada física e docente, que se centrou na coleta de dados referente desde a carga horária semanal, a relação do professor e o aluno, até mesmo, o tipo de dependência de ensino.

O terceiro núcleo da área educacional refere-se à avaliação de base, dividindo-se em duas partes: função de produção e produto educacional e, a função do produto educacional. Neste núcleo, foram especificadas as questões como o fluxo escolar dos primeiros e segundo graus, realizaram-se as análises de estatísticas que determinariam as interferências no processo educacional.

A área social está embasada na comparação dos aspectos sociais que resultaram do censo demográfico realizado em 1970, com os dados do levantamento sócio-econômico-educacional. Em 1976<sup>36</sup>, de agosto até dezembro deram continuidade ao diagnóstico que se preparou de acordo com os municípios que estavam em estudo.

Para a área econômica, tiveram o treinamento de prognóstico, que foi realizado em 40 dias na cidade de Curitiba com a participação do MEC e elaboraram seus estudos conforme os seguintes tópicos: mercado, tamanho, tecnologia, custo e receita, financiamento – investimento, organização e execução e a localização.

---

<sup>36</sup> No período de dezembro de 1976 até junho de 1977 foram concluídas as atividades na área social.

Por estes conceitos percebemos que, para que o Projeto fosse executado e implantado de acordo com o que a OEA tinha como proposta e a elaboração de acordo com a realidade de cada município que recebeu este suporte educacional, antes de tudo demandaram muitos estudos e análises.

Em relação à parte dois, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação, conduziram-se as atividades concentradas em cursos e missões: a especialização de pessoal de nível superior no campo da educação técnica e formação profissional e o aperfeiçoamento e capacitação de diretores, professores e pessoal auxiliar no ensino.

Os objetivos para estes trabalhos eram:

- Promover a eficiência da administração dos serviços educacionais e o melhoramento dos centros de formação e capacitação de pessoal nas áreas de atuação do Projeto, através do aperfeiçoamento de seu pessoal técnico e de direção.
- Elevar o nível profissional dos quadros de diretores, professores e pessoal de apoio técnico e administrativo de organismos centrais dos sistemas educativos dos países participantes e das instituições e programas situados nas áreas de atuação do Projeto (BRASIL, 1975/1977, p.60).

Para que os objetivos fossem alcançados, foram desenvolvidas cinco missões de estudos no exterior e três missões no Brasil. Escolheram os Professores Ernesto Knauer<sup>37</sup> e Roberval Eloy Pereira<sup>38</sup> para realizarem estas atividades das missões no exterior nos países: França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça, Itália e Espanha, mas na Espanha foi somente o professor Roberval Eloy Pereira.

Após estas missões, o documento relata que foram realizadas outras missões por outros professores, no Brasil elas acontecerem no Estado do Paraná, mas se estenderam para o Estado do Pará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As reuniões aconteciam nas capitais de cada Estado, onde concluíram como ponto positivo para o desenvolvimento de programas, a existência de recursos humanos, materiais e financeiros.

É neste sentido, que relacionamos a escola como reprodutora da lógica capitalista. A educação está diretamente ligada à realização de atividades como as

---

<sup>37</sup> Era diretor geral de Educação do Estado do Paraná.

<sup>38</sup> Era chefe do departamento de Planejamento da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR).

competições entre os alunos e os incentivos, como as notas, para enfatizar na questão da produtividade do trabalhador.

Percebemos por estes documentos, que o Projeto MEC/OEA tinha em seus argumentos e planejamentos certa intencionalidade ao comando territorial e de poder.

### **3.4 O Projeto em ação**

Na elaboração de como o Projeto Especial MEC/OEA iria atuar, deparamo-nos com a sua justificativa, conforme o documento da V Reunião da Comissão de Coordenação – Projeto 19, afirmando que o desdobramento total das atividades não seria possível, induzindo à educação ou algum outro elemento que interferisse na formação ao que denomina o “homem econômico”. Esta denominação provém das capacidades da administração, a partir dos pressupostos da teoria clássica da administração formuladas no início do século XX ao estabelecer as relações do homem no ambiente de trabalho.

O documento ainda ressalta que:

As atividades desenvolvidas pelo Projeto Especial 19 tornam possível hoje explicar essa necessidade e determinar novas perspectivas, onde os matizes da justificativa deste Projeto são reabertos e planteiam novos problemas que se irradiam horizontal e verticalmente, permitindo aplicação do Planejamento e do enfoque anterior. Pretende-se proporcionar uma educação mais completa e com maior amplitude de cultura geral que se complemente com a formação e capacitação para o trabalho, onde as respostas incluam uma permanente promoção integral do ser humano (BRASIL, 1978, p. 34).

O Projeto elaborava suas atividades, analisando todas as possibilidades para a sua atuação, procurava adequar o que o documento chamava de benefícios sociais e os custos educacionais. As ações aconteciam por intermédio de um diversificado trabalho de estudos, aperfeiçoamento e formação de pessoal e investigações, que por sua vez eram necessários para atingir o maior potencial e características de cada região. Em função disso eram conduzidos pelas seguintes princípios:

- Incentivar o efeito multiplicador, desenvolvendo nas instituições e nas localidades e núcleos um forte espírito de equipe, a fim de que, irradiem a formação recebida;
- Procurar que as ações atuem como contrapartida aos esforços nacionais e regionais aplicados em recursos humanos, financeiros e de serviços, para otimizar o aproveitamento;
- Desenvolver atividades que possuam um caráter multinacional, buscando para isso a coordenação e a cooperação dos recursos dos outros países da sub-região;
- executar ações de caráter multidisciplinar, com a finalidade de integrar os distintos recursos que incidem na solução dos problemas educativos;
- Utilizar diferentes meios de comunicação para complementar as ações a nível local (BRASIL, 1978, p.36).

Quanto á formação e capacitação para o trabalho, o documento apontava para a necessidade de indivíduos com um nível de instrução educacional específica para realizarem determinadas tarefas. Por estes fatores que o projeto necessitava estabelecer suas metas e planos, no sentido de organizar, controlar e constatar o andamento dos objetivos:

O projeto se propõe dar assistência para a elaboração de planos educacionais e para apoiar sua execução. No Brasil, com a cooperação do Projeto Especial 19 e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, os municípios de Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, elaboraram seus próprios planos municipais, os quais se encontram em fase de implementação. Os demais municípios situados na 21ª Microrregião Homogênea do Estado do Paraná, que será coberta pelo Projeto, desejam também contar com a assistência do mesmo (BRASIL, 1978, p.38).

O documento apresentava com entusiasmo suas atividades ao destacar que os municípios manifestavam interesse em receber os recursos do Projeto, tendo Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel à frente como sedes na região, para as atividades centrais. Ao depararmos com os documentos, de maneira ampla, vemos que o Projeto atuava em diversas áreas da educação, envolvendo o administrativo da escola, as próprias atividades de sala de aula e aspectos sociais do aluno.

O Diagnóstico e Prognóstico para efetuar as atividades e que também tinham a preocupação na formação da parte administrativa das instituições de ensino, o Projeto aponta uma inquietação com a questão da alfabetização. Devido ao índice de repetência e abandono no nível de primeiro grau é que o projeto concluiu que a metodologia que estava sendo aplicada até aquele momento não estava condizente

a realidade. Para tanto, apontava a necessidade de implementar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de professores, com ênfase para o desenvolvimentismo.

O documento reafirma que:

Estas propostas apresentam no seu contexto, com certa ênfase, a preocupação pelo tratamento a ser dispensado ao fator recursos humanos. Ante essa constatação pode-se afirmar que o Projeto basicamente estará enfocado para proporcionar o desenvolvimento do homem, considerando suas aspirações, entre as quais tem de destacar-se a de ser útil a si mesmo e à comunidade. Portanto, no que se relaciona com o homem, o Projeto se propõe oferecer uma cultura geral mais sólida, voltada para a vida, e uma formação para o trabalho (BRASIL, 1978, p.41).

Ao discutirmos as questões do trabalho na sociedade capitalista no primeiro capítulo, percebemos que o projeto, em grande medida, expressava este ideário. Em relação à aplicação de recursos, tinha previsão em dólares, para os anos seguintes de 1979 até 1982:

### **TABELA 06: A PROJEÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS (EM US\$)**

PROJEÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS (EM US\$)

#### BRASIL

HISTÓRICO	1979	1980	1981	1982
Contribuição do Brasil para CMP	287,195	304,400	322,665	342,025
Recursos disponíveis com fator de multiplicação (1.898)	545,058	577,753	612,418	649,160

#### PARAGUAI

HISTÓRICO	1979	1980	1981	1982
Contribuição do Paraguai para CMP	6,028	6,631	7,234	7,837
Recursos disponíveis com fator de multiplicação (8.295)	50,000	55,000	60,000	65,000

#### URUGUAI

HISTÓRICO	1979	1980	1981	1982
Contribuição do Uruguai para CMP	13,301	14,099	14,945	15,841
Recursos disponíveis com fator de multiplicação (6.027)	80,165	84,975	90,074	95,474

(Fonte: BRASIL, 1978, p.43).

Neste período em que estava sendo implementado o Projeto, o Brasil estava em um momento de tensão político-social marcado pela ditadura civil-militar. As atividades do Projeto eram compostas por propostas, aprovadas e financiadas pelo governo dos Estados Unidos em parceria com o Ministério da Educação do Brasil, suas ações eram confiscadas. Em contraposição a este direcionamento político-ideológico, em nível local, forças contra hegemônicas, se colocavam em oposição à concepção economicista de educação, buscando os espaços formais e não formais e nas brechas de sua execução, difundir uma visão crítica em relação ao papel da educação. Conforme José Kuiava<sup>39</sup>, coordenador executivo do Projeto:

Para amenizar a força restritiva daqueles fatores, recorreu-se ao uso do método de dinâmica de grupo, em grande expansão naquela conjuntura, socializado junto aos professores mediante cursos ministrados pelo próprio diretor do ginásio. Os professores ao se perceberem participantes na organização do curso se perceberam também coautores das decisões, conseqüentemente se constituíram responsáveis na execução do curso, inclusive, diante dos capatazes e agentes secretos do regime. Estava se configurando uma consciência política dos professores com identidade institucional (KUIAVA, 2012, p.213).

Diante do dirigismo imposto pelo Estado e não satisfeito com o andamento político ideológico hegemônico, José Kuiava como coordenador reagiu em movimento mediante atividades na formação de professores com a presença da criticidade, que ele denominou “zague”, em contraposição ao movimento oficial denominado “zigue”<sup>40</sup>.

Em relação á atuação do Projeto MEC/OEA na região Oeste do Paraná, Kuiava apresenta:

---

<sup>39</sup> Ao mesmo tempo que Foz do Iguaçu implantava seus primeiros cursos de ensino superior, outras cidades polos de desenvolvimento no contexto regional – no final da década de 1970 – iniciava-se a mobilização local pela criação de cursos superiores. Assim, em janeiro de 1980, no mesmo contexto, embora mais distantes das obras de Itaipu, foi criada e instituída a Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo –FUMEST, que criou, na sequência, a Faculdade de Ciências Humanas “Arnaldo Busato” - FACITOL, iniciando os cursos superiores já em 1980. No mesmo ano, foi criada a Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon – FACIMAR, mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, implantando seus primeiros cursos superiores também em 1980. Ver Kuiava (2012).

<sup>40</sup> Denominação posta pelo José Kuiava, em relação à metodologia de como organizavam-se as prestações de contas ao governo americano e as ações na região Oeste do Paraná.

Certamente, a chegada, presença e ação do Projeto Especial 19 – MEC/OEA – nas regiões de fronteiras dos Estados do Paraná – Paraguai e Rio Grande do Sul – Uruguai não resultaram de uma decisão política aleatória e ocasional. Nem de razões meramente técnicas. A despeito da existência de tempo determinado – o Projeto Especial 19 com duração de quatro anos e o Projeto Especial 39, este em continuidade do primeiro, por mais quatro anos – os projetos gestaram e geraram grandes e significativos resultados com impactos qualitativos pelas rupturas e inovações no campo educacional, científico e cultural nas regiões de sua ação e atuação (KUIAVA, 2012, p.272).

Essa referência da atuação do Projeto Especial Multinacional de Educação na região Oeste do Paraná situa-se na questão dos investimentos educacionais, pretendendo amenizar os impactos sociais da região. Dada à condição de um período de progresso tecnológico em virtude da construção da Itaipu.

Em relação ao convênio MEC/OEA, a tarefa de uma educação pública, gratuita e para todos, podemos fazer a relação de sua atuação no Brasil como um comportamento de certo impacto para uma nova forma de regulação no ensino.

O Projeto MEC/OEA em seu conteúdo mostra a sua importância na história da educação na região Oeste do Paraná, em relação à concepção da escola pública da região. Seus objetivos estavam voltados aos investimentos na formação de profissionais para o crescimento da qualidade de ensino e na melhoria das condições sociais da comunidade, no sentido do aluno estar mais disposto para o seu aprendizado.

Diante de todas estas fontes documentais que apresentamos em torno da escola pública, refletimos sobre a contribuição do Projeto MEC/OEA, que em favorecimento da utilização de tecnologias, como é apresentado nos documentos em um dos objetivos específicos, dimensionou resultados em longo prazo.

Na lógica capitalista, os mecanismos de financiamento do Projeto visavam à questão educacional, mas também envolvia toda a questão territorial de produção agricultora em meio aos documentos. Percebemos que a educação foi a ferramenta essencial para a promoção do avanço na modernização regional.

Os desdobramentos poderiam se mostrar contraditórios nas ações políticas, mas com a intervenção pedagógica intensiva buscavam o que esta para além dos registros, as mudanças de concepção de mundo e de educação. Pois, na produção de recursos humanos se criou a formação de novas metodologias educacionais. Dessa forma, concluímos que a amplitude desse Projeto, que em extenso prazo

ainda percebemos a sua repercussão diante das universidades que temos presente na região Oeste do Paraná.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos as leituras no decorrer desta pesquisa, verificamos a importância dos estudos sobre a história da educação regional e suas relações entre os documentos e seu contexto. Com auxílio do professor Kuiava, atualmente responsável pelo acervo documental do Projeto MEC/OEA na UNIOESTE, tivemos acesso aos documentos que foram necessários para a nossa análise e pesquisa.

Podemos considerar que a história da escola pública na região Oeste do Paraná, foi resultado de interferências políticas e econômicas, que buscou atender ao desenvolvimento da região e às necessidades da sociedade daquele momento, como mecanismo político-ideológico que se colocou para exercer controle na região de fronteira. Buscava inserir a região Oeste no mercado internacional, de acordo com a lógica do capitalista. Contraditoriamente, o Projeto lançou bases de mobilização e de continuidade nas mudanças que ocorreriam no campo educacional no âmbito local e regional.

O referido Projeto na região de fronteira não foi obra do acaso, mas resultou de uma decisão política intencional diante das novas necessidades da ordem econômica e política vigente. Por outro lado, suas ações produziram impactos, rupturas e conflitos, no sentido da inovação no campo educacional, científico e cultural nas regiões de sua ação mobilizando a sociedade local e regional, ao colocar o tema da escola pública na pauta das discussões.

Foi realizado por meio de um acordo entre os três países membros, que em comum tinham interesses em receber recursos que melhorassem e promovessem a educação. Constituiu-se oficialmente no Uruguai, na cidade de Punta del Este, onde chefes dos Estados Americanos fizeram uma reunião. Foi neste momento que houve o reconhecimento e análise dos antecedentes da educação na política de desenvolvimento das Nações Latino-Americanas.

O Projeto na região Oeste do Paraná, como percebemos no decorrer dos três capítulos, passava por um período de tensão em nível nacional, pelo regime civil-militar (1964-1985) e em nível internacional pela Guerra Fria (1945-1989) entre duas potências, com ideologias postas na disputa pelo controle do mundo.

Seu financiamento teve origem na Organização dos Estados Americanos - OEA, e a atuação deveria acontecer de acordo com as propostas estabelecidas. Os

planos educacionais complementavam a regulamentação política, mas isso não assegurava que suas propostas seriam implementadas, segundo o que se demonstra.

A região Oeste do Paraná foi estrategicamente escolhida pelas riquezas naturais e características hegemônicas dos grupos que aqui se consolidaram, tornando-se um cenário ideal para o empreendimento de grandes projetos, inclusive na área educacional. A escola pública se expandiu nessa região atrelada a este projeto de desenvolvimento regional.

Sua importância para a concepção da educação na região Oeste do Paraná foi à promoção de suas ações para o processo de investimentos em recursos humanos para a escola pública. Contribuiu na formação de profissionais, inserindo atendimento em diversas áreas.

Cascavel, Toledo e Foz, se destacaram como polos atrativos para o mercado e as ações realizadas pelo Projeto MEC/OEA, sobretudo em razão da construção da Hidrelétrica de Itaipu, umas das principais justificativas na implementação, investimento e desenvolvimento da educação na região Oeste do Paraná, ao tentarem fixar e preparar recursos humanos. Assim, procurava estabelecer o ensino como aparelho hegemônico do regime em nível nacional, adaptando a educação conforme os interesses para o processo da industrialização como padrão de desenvolvimento nacional.

Em 1970, a região Oeste do Paraná caracterizou-se pela mudança econômica do ciclo madeireiro para a cultura da soja, marcado pelo desenvolvimento nas áreas de transportes e do comércio, que levou ao fluxo migratório e êxodo rural. Esses acontecimentos marcaram a inserção de Cascavel no mundo da política estadual e nacional, tornando-se um centro agrícola e industrial.

A atenção para os investimentos educacionais devia-se às intencionalidades do mercado, que expressava suas ações em favor do desenvolvimento. Ao receber recursos dos organismos multilaterais, estabelecia um modelo educacional, justificando a necessidade de modernizar o sistema educacional regional, destacando sua intencionalidade em desenvolvimento territorial.

Por meio das questões levantadas, percebemos a responsabilidade em termos de preservar os documentos de maneira adequada. Assim, com a formação de alguns conceitos teóricos foi possível dar o andamento na pesquisa, uma vez que a

preservação da memória histórica se amplia, conforme o conhecimento em manter os arquivos e fontes em condições adequadas de conservação.

As análises realizadas junto aos documentos permitiram entender a constituição da escola pública e o processo de atividades desenvolvidas pelo Projeto MEC/OEA que interferiram na formação educacional regional, pressionadas pelas relações capitalistas.

Sua atuação tinha como proposta minimizar os problemas educacionais que foram apresentados na região, utilizando a infraestrutura já existente. Os problemas destacados pelo Projeto considerados como emergenciais eram: a defasagem, evasão escolar, problemas de saúde e alimentação e a falta de recursos humanos adequado para a educação. Atuando com foco maior na especialização de professores, mostrava perfil ao exaltar o mundo do trabalho e para o trabalho. Compreender o perfil de educação pública exige o conhecimento do contexto político e social.

O Projeto MEC/OEA foi um dos importantes acontecimentos educacionais na região Oeste. Seguindo a teoria do capital humano, a educação era apresentada como um “remédio” para a sociedade, no sentido de amenizar os problemas sociais.

É necessário analisarmos que dentro desta concepção de educação, voltada para atender às demandas do mercado e da ideologia vigente de controle social, havia uma negação às reais necessidades dos setores excluídos. Percebemos a concepção de educação que permeava o projeto como uma idealização da interferência internacional e nacional.

Nesta perspectiva educacional com o estabelecimento na redução da pobreza e nas desigualdades sociais, os resultados para a ideologia liberal responsabilizava o indivíduo pelo sucesso ou fracasso.

Vale ressaltar as ações contra hegemônicas do Projeto quando mencionamos a atuação do professor José Kuiava, em contraposição à condição que estava posta, ao tentar encaminhar à formação de professores criticidade, refletindo sobre o que o momento do regime civil-militar estava determinando. Levou ainda a produção de material didático e pedagógico, com uma proposta educacional crítica posta às reformas educacionais que estavam em vigor.

Na questão dos investimentos realizados pelo Projeto, sua intencionalidade apresentada nos documentos era de amenizar os impactos sociais como o êxodo rural e a migração, causados pela hidrelétrica de Itaipu.

Em virtude de uma educação pública, gratuita e para todos; a atuação Projeto Especial Multinacional de Educação no Brasil, em específico no oeste paranaense, teve impacto no ensino.

A concepção de educação pública na região Oeste do Paraná fica evidente no decorrer da conduta do Projeto MEC/OEA, com a realização de estudos e análises dos antecedentes da região, sua atuação foi simultânea às relações políticas, sociais e educacionais. Com a organização e os planejamentos das suas atividades procurou atingir com seus investimentos educacionais em praticamente toda a região.

O Projeto MEC/OEA teve suas atividades de grande impacto, impulsionando outras ações. Havia consenso de que as ações desencadeadas pelo projeto não poderiam ser suspensas. Em agosto de 1980, foi criada a ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná) para dar continuidade ao trabalho do Projeto MEC/OEA, ampliando a organização e aprimorando suas metodologias, como suporte educacional aos municípios da microrregião do Oeste Paranaense.

Temos como exemplo o que antecedeu a UNIOESTE, como: FACISA – Foz do Iguaçu (1979), FACITOL – Toledo (1980), FACIMAR – Marechal Cândido Rondon (1980), FECIVEL – Cascavel (1972), e a FACIBEL – Francisco Beltrão que foi incorporada em 1997.

Por atingir toda a região Oeste do Paraná, vemos como um dos desdobramentos das ações do Projeto foi a origem da UNIOESTE, até então FECIVEL. Justamente devido a estas atividades, com a implantação de cursos de ensino superior foco do Projeto na formação de recursos humanos, a região foi mobilizada pelo seu desenvolvimento.

Acreditamos que este trabalho, ainda que com limitações, possa orientar e subsidiar novas pesquisas, pois os documentos são fontes inesgotáveis. Aqui contemplamos alguns aspectos sociais, econômicos e políticos sobre o Projeto Especial Multinacional de Educação e sua presença na região Oeste do Paraná.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio De Janeiro: Graal, 1998.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande/Campinas: UFMS/Autores Associados, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979 (dissertação de mestrado).
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CASTANHA, André Paulo – **O Uso da Legislação Educacional Como Fonte: orientações a partir do marxismo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, abr: 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/histedbr/article/view/3291/2917>. Acesso em: 20 de ago. 2015.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro – RJ: JZE, 1991.
- DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. In: **Acta Scientiarum Education**. V. 32, n. 2, Maringá, PR: UEM, 2010, p. 209-218.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva: Um (re) Exame das Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista**. São Paulo: Autores Associados, 1984.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOMES, Maria Valdeny Ferreira. **A Expansão da Escola Pública Primária na Região Oeste do Paraná (1970 – 1980)**. Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2012. (Dissertação de Mestrado).

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2007.

KUIAVA, José. **Formação continuada de professores em terras de fronteiras – Oeste do Paraná: 1973-1992**. Campinas, SP: [s.n.], 2012. (Tese de Doutorado).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. A crise em desdobramento e a relevância de Marx. In: **A crise estrutural do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: Socialismo ou barbárie**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares**. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; (orgs). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. – Campinas, SP; Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007 – (Coleção memória da educação).

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **A Ajuda Externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1999.

PITTA, Isabel; DANESI, Marlene Canarim. **Retratando a educação especial em Porto Alegre**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=TUMO10KMv0IC&pg=PP1&lpg=PP4&ots=S2ryfjGQ5S&focus=viewport&dq=retratando+a+educacao+especial+em+porto+alegre&hl=ptBR#v=onepage&q=retratando%20a%20educacao%20especial%20em%20porto%20alegre&f=false>. Acesso em: 27 de ago de 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 19ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves; LARA, Angela Mara de Barros (Orgs.). **Políticas para a educação: análises e apontamentos**. Maringá, PR: EDUEM, 2011, p.15-38.

VERGUTZ, Paulo Renato. **Um pouco da história da ASSOESTE**. Cascavel, PR; 2006. Disponível em: [http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1\\_e\\_2/Monografia\\_Paulo.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1_e_2/Monografia_Paulo.pdf). Acesso em: 27 de ago de 2015.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.** Estado do Paraná – Brasil; volume I, 1978.

BRASIL. **Documento Consulta: Projeto MEC/OEA.** MEC/OEA, Brasília, DF: 1974.

BRASIL. **Documento Guia nº1 1975.** MEC/OEA, Brasília, DF: 1975.

BRASIL. **Plan de Operaciones 1976/1977.** MEC/OEA, Montevideo: 1976/1977.

BRASIL. **Programa Regional de Desenvolvimento Educacional.** Documento de Consulta: Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil – Paraguai – Uruguai 19. Organização dos Estados Americanos. Resolução de Mar del Plata. Criação do Projeto 19, 1973.

BRASIL. **Relatório das Atividades no Brasil 1975/1977.** MEC/OEA, Brasília, DF: 1975/1977.

BRASIL. **V Reunião da Comissão de Coordenação – P.19 de 09 à 12 de outubro de 1978.** Assunção – Paraguai.

BRASIL. **Comunicação da Experiência de Alfabetização do Oeste do Paraná: Modelo ‘Erasmus Pilotto’.** ASSOESTE, Cascavel, PR -Ed. Educativa, 1982.

BRASIL. **Relatório Final.** ASSOESTE, Cascavel, PR -Ed. Educativa, 1983.

## FONTES CONSULTADAS

A Organização Internacional do Trabalho. **CINTERFOR**. Disponível em: <http://www.ilo.org/cinterfor/sobre-cinterfor/lang--es/index.htm>. Acesso em: 09 de mar. 2016.

ARAGÃO, Raymundo Augusto de Castro Moniz de. **Ministro Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros?id=13490>. Acesso em: 26 de jan. 2016.

**Decreto Lei nº477, de fevereiro de 1969**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12149519/decreto-lei-n-477-de-26-de-fevereiro-de-1967>. Acesso em: 11 de fev. 2016.

DUTRA, Tarso de Moraes. **Ministro Tarso de Moraes Dutra**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros?id=13489>. Acesso em: 26 de jan. 2016.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991 (Dissertação de Mestrado).

ITAIPU. **História da Construção da Hidrelétrica Binacional de ITAIPU**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: 25 de jan. 2016.

LACERDA, Flávio Suplicy. **Ministro Flávio Suplicy de Lacerda**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros?id=13492>. Acesso em: 26 de jan. 2016.

**Lei nº5.540/68, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 de jan. 2016.

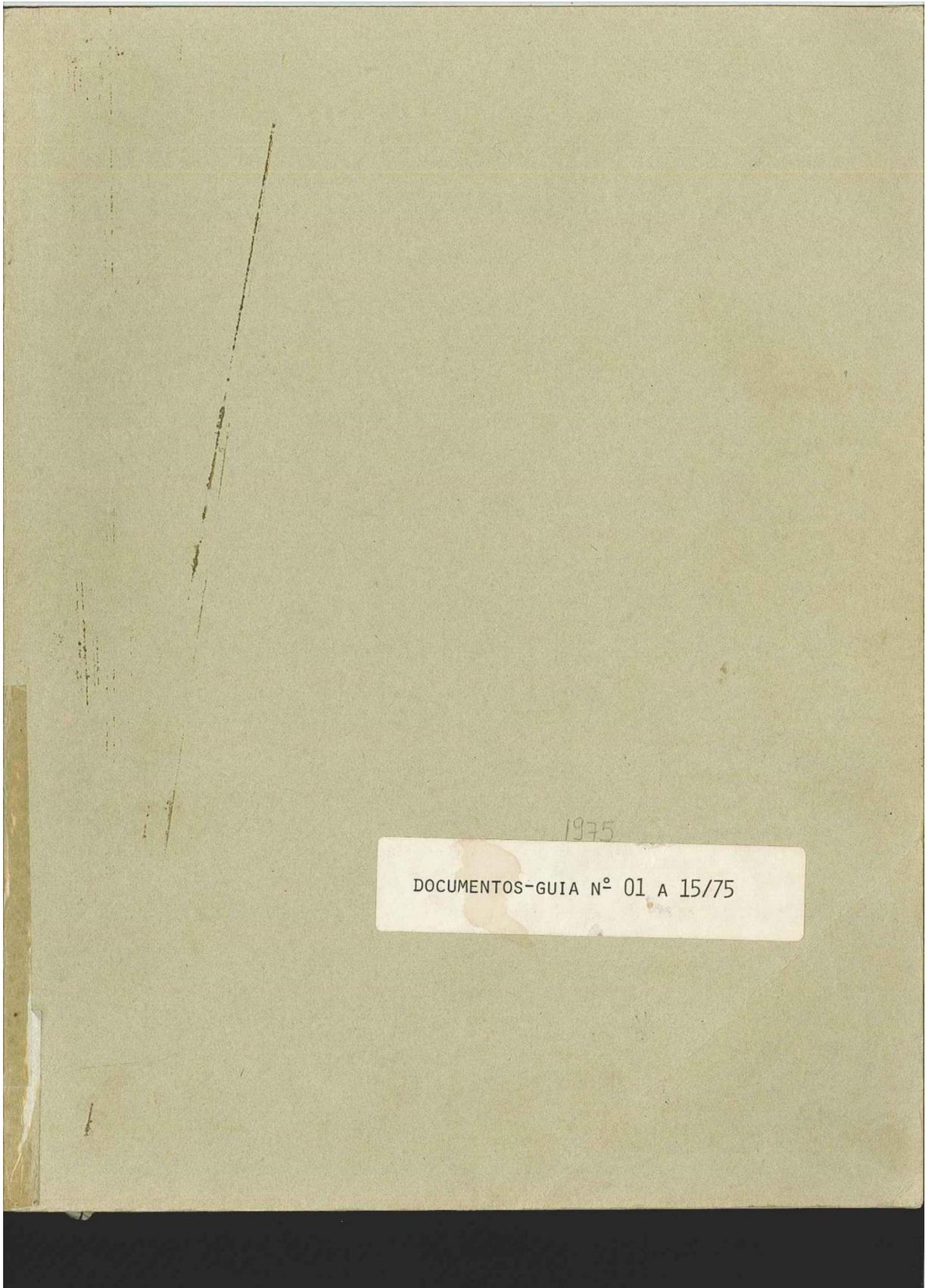
**Lei nº5.692/71, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em 26 de jan. 2016.

MATTOS, Meira. **Coronel Meira Mattos**. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18\\_27.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art18_27.pdf). Acesso em: 26 de jan. 2016.

**Fotos da cidade de Cascavel: anos 1970 e 1980**. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr>. Acesso em: 08 de mar. 2016.

**ANEXOS**

<b>ANEXO 01</b> – DOCUMENTO GUIA 1975 (p.01 á p.09).....	118
<b>ANEXO 02</b> – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO BRASIL 1975/1977 (p.01 á p.10).....	129
<b>ANEXO 03</b> – PLAN DE OPERACIONES 1976/1977 (p.01- p.10).....	140
<b>ANEXO 04</b> – PROJETO ESPECIAL 19 – PLANO DE OPERAÇÕES 2 <sup>o</sup> SEMESTRE DE 1977.....	152
<b>ANEXO 05</b> – PROJETO ESPECIAL 19 – PLANO DE OPERAÇÕES 1978.....	156
<b>ANEXO 06</b> – V REUNIÃO DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO (p.01- p.06).....	160
<b>ANEXO 07</b> –TABELA DE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CATALOGADOS.....	169

**ANEXO 01 – DOCUMENTO GUIA 1975 (p.01 á p.09).**

Í N D I C E

✕ - Documento Guia Nº 01 - Curso-Programa para o Desenvolvimento de Pessoal Pedagógico da Região Oeste do Paraná .....	001
✕ - Documento Guia Nº 02 - Seguimento do Curso-Programa para Professores do 1º Grau de Toledo - 3a. Fase .....	023
- Documento Guia Nº 03 - Missão de Estudos de Ivete Torres Ribeiro .....	027
↳ - Documento Guia Nº 04 - Projeto do Curso-Programa de Aperfeiçoamento de Equipes Multidisciplinares que Integram os Serviços de Atendimento a Excepcionais em Curitiba, Paraná .....	046
↳ - Documento Guia Nº 05 - Projeto do Curso-Programa de Especialização de Professores para o Atendimento de Excepcionais Deficientes Mentais, a ser realizado na cidade de Cascavel .....	063
✕ - Documento Guia Nº 06 - Curso-Programa sobre Introdução ao Planejamento Educacional .....	081
- Documento Guia Nº 07 - Missões de Estudo de Ernesto Knauer e Roberval Eloy Pereira .....	105
- Documento Guia Nº 08 - Missão de Estudos de Arlete Marzanati Bornea .....	136
- Documento Guia Nº 09 - Missão de Estudos de Zeila Ferreira Cortese .....	143
✕ - Documento Guia Nº 10 - Curso de Capacitação de Apicultores ....	150
✕ - Documento Guia Nº 11 - Curso-Estágio para Auxiliares de Bibliotecas Escolares .....	154
✕ - Documento Guia Nº 12 - Curso de Suinocultura .....	162
↳ - Documento Guia Nº 13 - Projeto do Seminário Sobre Planejamento da Integração no Atendimento aos Excepcionais .....	173
✕ - Documento Guia Nº 14 - Curso Intensivo de Aperfeiçoamento de Técnicos em Administração Rural .....	198
↳ - Documento Guia Nº 15 - Curso de Atualização em Matemática e de Alfabetização .....	225



Ministério de Educação  
e Cultura

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI



001  
Organização dos  
Estados Americanos

/ BR-M6/74-75/ Nº 01 /

DOCUMENTO GUIA

CURSO-PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO  
DE PESSOAL-PEDAGÓGICO DA REGIÃO OESTE  
DO PARANÁ

Documento-guia nº 1

META 5

Curso-Programa para o Desenvolvimento de Pessoal-Pedagógico da Região Oeste do Paraná

Entidades participantes

- Planejamento, Coordenação e Supervisão:  
Coordenação Geral do Projeto no Brasil.
- Cooperação técnica: Centro Educacional de Niteroi (CEN) da Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE)
- Implementação: Fundação Educacional de Toledo (FUNET)

Período de implementação

- 1ª etapa (Preparação): maio e junho de 1975
- 2ª etapa (Teórico-prática): 14 de julho a 19 de agosto de 1975
- 3ª etapa (Aplicação): agosto a novembro de 1975.
- 4ª etapa (Avaliação): dezembro de 1975

Objetivos:

Curso Geral: Treinamento de administradores escolares e professores do município de Toledo, Oeste do Paraná, visando a uma reformulação da metodologia operacional aplicada em suas escolas.

Específicos: Oferecer condições aos administradores escolares para que, ao final do curso-programa, sejam levados a.

- 1) identificar os problemas sócio-econômicos da região, mormente no que se refere ao Complexo Itaipu, tendo em vista um planejamento realista, através de programas e projetos adequados às soluções desses problemas;
- 2) utilizar métodos e técnicas aplicáveis à administração por objetivos e reconhecer a importância da elaboração dos mesmos para o ensino efetivo;
- 3) elaborar currículos adequados à realidade local, através de diagnósticos estabelecidos criteriosamente;
- 4) refletir sobre a legislação básica de ensino, a fim de atuarem dentro do espírito da lei nº 5692/71;
- 5) selecionar e executar programas de avaliação do desempenho escolar.

Oferecer condições aos professores para que, ao final do curso-programa, sejam levados a:

- 1) atuar dentro de um planejamento sistêmico, visando à fixação de objetivos para o ensino efetivo;
- 2) analisar os fundamentos bio-psico-sociais, e a estratégia da organização de currículos, a fim de adequar sua atuação às reais necessidades do educando e do seu meio ambiente.
- 3) conhecer uma nova metodologia de ensino, que os leve à consecução dos objetivos fixados, através de uma reformulação de suas atitudes diante da problemática educacional;
- 4) analisar os princípios básicos da legislação em vigor e aplicar metodologia adequada ao ensino por atividade, áreas de estudo e disciplinas;
- 5) reformular o processo de avaliação do desempenho escolar.

#### Metas quantitativas

O curso-programa deve permitir a reformulação da atuação global de unidades escolares e/ou a preparação de novas unidades, como o Centro Educacional de Toledo da FUNET, considerando-se que a participação integral dos professores das escolas selecionadas fará com que a unidade venha a compor um todo integrado, harmônico

e participativo, e a constituir um verdadeiro sistema-escola, atingindo os objetivos previstos e contribuindo para o próprio desenvolvimento da região.

O Curso-programa atenderá uma clientela de 130 professores e administradores do 1º e do 2º grau, que serão selecionados pela supervisão e pela coordenação, dentro dos critérios estabelecidos.

Critérios de seleção adotados:

Prioridade para as escolas cujos professores e especialistas participem do curso a fim de permitir mudança na atuação global de sua equipe e, consequentemente, uma participação harmônica e efetiva dos seus alunos.

Os especialistas e professores pertencentes às unidades escolares ligadas à Fundação Educacional de Toledo, idealizadora do projeto, assim como as unidades escolares, de 1ª a 8ª séries, não estatais que pretendam, em futuro próximo, submeterem-se à orientação da FUNET;

As escolas de 1ª a 4ª série estaduais ou municipais da sede, cujo corpo docente possa participar do curso-programa, em quase sua totalidade, sendo obrigatória a participação do diretor e demais especialistas lotados nas mesmas.

2. Encerramento Serã reservado um determinado número de vagas, a critério da FUNET, para professores que não estão situados nos casos anteriores e que se apresentam como elementos multiplicadores dentro do processo de treinamento no Município.

#### Metodologia

O curso-programa constará de quatro etapas, a saber:

- 1ª) levantamento dos problemas educacionais das escolas-metrôpolita, considerando-se a administração, o corpo docente, os recursos existentes e a integração com a comunidade;
- 2ª) encontro dos professores de Toledo e dos professores-orientadores do Centro Educacional de Niterói, para busca de soluções, tendo em vista os problemas levantados;
- 3ª) treinamento permanente da população-alvo e acompanhamento dos resultados pela supervisão e pela coordenação do curso-programa;
- 4ª) Avaliação dos resultados.

A primeira etapa compreende 6 fases:

1. Encontro dos representantes das diversas entidades participantes do projeto (Coordenador do Projeto Especial, Especialista do DAE, representantes da Prefeitura de Toledo, da FUNET e do FUBRAE)

2. Encontro do Coordenador do Projeto Especial, do Especialista do DAE, da Direção do Centro Educacional de Niterói e de seu Assessor de Cooperação Técnica com a Direção Executiva da FUNET e sua equipe para:
  - discussão dos objetivos do projeto
  - análise crítica deste documento
  - definição de uma linha de ação articulada
  - escolha de uma equipe de apoio para a coordenação e distribuição de tarefas
  - preparação de formulários para pesquisa de campo.
3. Encontro dos professores-orientadores com os coordenadores do Projeto Especial Multinacional de Educação-MEC-OEA no Centro Educacional de Niterói;
4. Pesquisa de campo, junto às escolas-meta, tendo em vista a identificação, medição e interpretação de seus principais problemas e deficiências;
5. Análise da pesquisa de campo e caracterização da clientela do curso, pela equipe da FUNET, pelo coordenador e supervisor do projeto;
6. Preparação do trabalho pelos professores-orientadores, a partir dos resultados da pesquisa de campo;

#### 2ª etapa

Acionamento de atividades pelos professores orientadores do curso-programa com a clientela já selecionada. Esse trabalho desenvolver-se-á em 3 fases, correspondentes a 3 semanas consecutivas:

Primeira semana:

- encontro com os participantes do curso;
- distribuição de documentos elaborados para o curso pelo CEN, de acordo com a temática apresentada;
- orientação quanto a técnicas de estudo, leitura e fichamento;
- proposta de trabalho a ser realizado, através de instrumentos adequados a um estudo dirigido;
- leitura dos documentos produzidos para o Projeto;
- atendimento, individual aos participantes;
- levantamento de situações-problemas, pelo confronto da realidade local e das questões propostas pelos professores-orientadores;
- organização de grupos de trabalho para a 2ª semana, a partir desse levantamento.

Segunda semana:

- realização de atividades em dinâmica de grupo, a partir das situações problemas levantadas;
- sistematização das informações necessárias à análise da problemática diagnosticada;

Considerando-se:

que a partir das táticas definidas para o curso, a relação de conteúdos não se apresenta rígida, mas como uma previsão de assuntos a serem abordados, de acordo com os níveis e graus de ensino e com as conclusões do

trabalho realizado na semana anterior, os objetivos operacionais serão fixados a cada momento, tendo em vista os objetivos específicos do curso.

Terceira semana:

- Reunião dos elementos participantes do curso para apresentação de suas conclusões e proposições, através da montagem de projetos que apresentem soluções para os problemas levantados, em pequenos grupos, e de acordo com os assuntos escolhidos;
- Leituras referentes às propostas feitas e aos projetos elaborados;
- Planejamento das atividades para a etapa de seguimento do curso-programa;
- Avaliação final dos trabalhos, na segunda etapa.

Observação: A avaliação de todo o trabalho será permanente e permitirá durante todo o curso-programa a realimentação do sistema.

3ª etapa

Trabalho sistemático dos participantes do curso-programa que consistirá em:

1. Continuar o estudo dos assuntos desenvolvidos por cada grupo, usando as soluções almejadas, através de reuniões sistemáticas sob o controle;
2. Desenvolver esquema de trabalho pessoal, a fim de suprir deficiências individuais apontadas durante o encontro pedagógico.

**ANEXO 02 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO BRASIL 1975/1977 (p.01 á p.10)**

Ministério da Educação  
e Cultura

**PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI**

Organização dos  
Estados Americanos

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO BRASIL - 1975/1977

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

Q u a d r o   G e r a l

Introdução

I PARTE - ANTECEDENTES

- Direção Nacional do Projeto
- Áreas de Atuação
- Objetivos
- Estratégias de Operação
- Início de Atividades

II PARTE - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA INTERNA E ORIENTAÇÃO  
TÉCNICA DO PROJETO

- 1.1. Objetivo
- 1.2. Cooperação com o Escritório da OEA
- 1.3. Reuniões de Comissão de Coordenação
- 1.4. Instalação da Coordenação
- 1.5. Pessoal do Projeto
- 1.6. Correspondência
- 1.7. Supervisão e Reuniões de Trabalho

2. ESTUDOS E PESQUISAS

- 2.1. Objetivos
- 2.2. Atividades Desenvolvidas

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-2-

- 2.2.1. Diagnóstico Sócio-Econômico-Educacional
- 2.2.2. Levantamento da Situação do Excepcional no Rio Grande do Sul
- 2.2.3. Estudo da Viabilidade do Programa para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
- 2.2.4. Plano Definitivo de Educação Especial para a 21a. Microrregião do Paraná

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA A INSTITUIÇÕES E PROGRAMAS EDUCACIONAIS

- 3.1. Objetivos
- 3.2. Atividades Desenvolvidas
  - 3.2.1. Reestruturação Administrativa do CETE-PAR
  - 3.2.2. Apoio a Bibliotecas
  - 3.3.3. Material Audiovisual e Equipamentos
  - 3.3.4. Educação Especial
  - 3.3.5. Pessoal Especialista de Área do Projeto
  - 3.3.6. Programa para o Desenvolvimento de Recursos Humanos na Região de Fronteira do Brasil com o Uruguai

4. CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA A EDUCAÇÃO

- 4.1. Objetivos
- 4.2. Atividades Desenvolvidas
  - 4.2.1. Missões de Estudo
  - 4.2.2. Cursos de Especialização de Recursos Humanos para a Educação

5. CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MÃO-DE-OBRA

- 5.1. Objetivos

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-3-

5.2. Atividades Desenvolvidas

- 5.2.1. Apoio Técnico a UNICON
- 5.2.2. Cursos para Administradores Rurais
- 5.2.3. Capacitação e Treinamento de Mão-de-Obra Rural

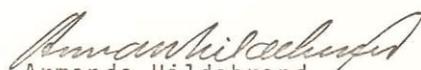
6. PUBLICAÇÕES

6.1. Objetivos

6.2. Atividades Desenvolvidas

- 6.2.1. Publicações no Campo da Educação
- 6.2.2. Publicações de Estudos e Pesquisas
- 6.2.3. Publicações na Área de Educação Especial
- 6.2.4. Publicações na Área Técnica - Mão-de-Obra

Brasília, 12 de agosto de 1977

  
Armando Hildebrand  
Representante do DAE

  
Sandoval Machado  
Coordenador Adjunto

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-4-

I N T R O D U Ç Ã O

O presente relatório compreende as atividades do Projeto Especial Multinacional de Educação, desenvolvidas desde o início de sua ação, de 2 de maio de 1975, até a data de 30 de julho de 1977, bem como ações programadas para a execução no segundo semestre do ano em curso.

Para efeito de elaboração deste relatório foram concentradas todas as atividades do período considerado, em 6 títulos gerais como conjuntos de ação mais amplos, com vistas a facilitar e tornar mais claro o trabalho realizado. A redução de 13 Metas de ação, estabelecidas no primeiro Plano de Operações em 6 títulos gerais, baseia-se na reestruturação aprovada durante a III Reunião da Comissão de Coordenação do Projeto, realizada em Montevideo, de 6 a 4 de outubro de 1976.

Este Relatório compõe-se de duas partes, sendo que a primeira parte compreende os Antecedentes e a segunda, as Atividades Desenvolvidas. Estas dividem-se em seis subtítulos gerais de acordo com o quadro a seguir:

Título 1 - Coordenação Administrativa Interna e Orientação Técnica do Projeto, (antes Meta 1).

Título 2 - Estudos e Pesquisas, (antes Meta 2: Diagnóstico da Situação Sócio-econômica-educacional da Sub-Região, e Meta 3: Planejamento das ações que serão executadas a longo prazo no Projeto).

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-5-

- Título 3 - Assistência Técnica a Instituições e Programas Educativos, (antes Meta 4: Diagnóstico e Planejamento das ações executadas na área da Educação Especial - laboratório aplicado; Meta 11: Assistência Técnica a Instituições e Programas de Educação Especial; Meta 12: Especialização de pessoal para Educação Especial).
- Título 4 - Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal para a Educação, (antes Meta 5: Especialização de Pessoal de Nível Superior no campo da Educação Técnica e Formação Profissional; Meta 6: Aperfeiçoamento e capacitação de Professores, Diretores e pessoal auxiliar de ensino).
- Título 5 - Capacitação e aperfeiçoamento de mão-de-obra, (antes Meta 7: Capacitação de pessoal de nível médio; Meta 8: Capacitação de Mão-de-obra Especializada).
- Título 6 - Publicações, (antes Meta 9: Publicações na área de Educação Técnica e a Formação Profissional; Meta 13: Publicações na área de Educação Especial).

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-6-

I PARTE - ANTECEDENTES

O Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai (Projeto Especial 19) baseia-se na Resolução CIECC-137/72, denominada "Resolução de Mar del Plata", e teve origem em entendimentos iniciados, em 1972, entre os Ministros de Educação e Cultura dos três países participantes. Aprovado pela CEPCIECC, em 1974, este Projeto assumiu a forma atual através de seu primeiro Plano de Operações, aprovado para o período de 1974-1975.

Direção nacional - Este Projeto, que tem a duração de 4 anos, é dirigido, em cada país participante, por um Coordenador Nacional, que, no Brasil, é o Secretário Geral do Ministério de Educação e Cultura; no Paraguai, o Diretor Geral do Ministério de Educação e Cultura e no Uruguai, o Subsecretário do Ministério de Educação e Cultura. Cada Coordenador dispõe, em seu respectivo país, de um Coordenador Adjunto, que é seu substituto e o funcionário local executivo do Projeto. Os Coordenadores Nacionais e mais um Representante do Departamento de Assuntos Educativos da OEA constituem a "Comissão Coordenadora do Projeto". A esta Comissão, que se reúne uma ou duas vezes por ano, incumbe traçar a política do Projeto nos três países, dentro das normas do PREDE e da orientação do CIECC e da CEPCIECC; preparar os Planos anuais de operações para aprovação final do Subsecretário Executivo para a Educação, a Ciência e a Cultura; acompanhar a realização das atividades do Projeto e promover a avaliação dos resultados. A sede do Projeto está localizada em Brasília.

Os Coordenadores Adjuntos (executivos), inicialmente, estão a cargo de:

Brasil - Sandoval de Vasconcelos Machado  
Av. L-2 Sul - Q. 603 - Bl. B - Módulo 18  
Brasília (DF) - Brasil - Fones: 223-8094 e 225-5567

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-7-

Paraguai - José Villalba Boscarino  
Chile, 849 - Assunção - Paraguai  
Fone: 43919

Uruguai - Ruben Alberto Lima Martinez  
Saradi, 444 - Montivideo - Uruguai  
Fone: 986356 - interno 20.

Áreas de Atuação - A atuação do Projeto se circunscreve a duas sub-regiões básicas: a zona de fronteira entre o Paraguai e o Brasil (Zonas de influência da construção da Hidrelétrica de Itaipú) e a de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, especialmente a área abrangida pela Bacia da Lagoa Mirim.

Objetivos

a) Objetivo Geral

O Projeto tem como objetivo geral cooperar com os Governos do Brasil, Paraguai, Uruguai, na adequação da Educação das sub-regiões onde atua, às transformações sócio-econômicas-culturais que as grandes realizações de caráter econômico estão regando nessas sub-regiões. Visa a aplicação da infraestrutura educativa na solução desses problemas, preparando, dessa forma, os habitantes das regiões fronteiriças para enfrentar com seus próprios recursos, a solução de seus problemas.

b) Objetivos Específicos

. Apoiar o desenvolvimento de recursos humanos para o desenvolvimento das sub-regiões, especialmente nos setores de Educação Técnica e da Formação Profissional.

. Promover a Educação Especial com vistas à incorporação de excepcionais na força de trabalho.

. Promover a experimentação e a utilização de novos

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-8-

métodos e novas formas de Educação geral, especial e para o trabalho, fundamentalmente nos níveis de Educação Básica e da Educação de 2º Grau.

. Promover o intercâmbio de experiências entre as autoridades educativas e os educadores dos países participantes.

Esses objetivos têm como principal fundamento a renovação dos sistemas educacionais dos três países participantes, que consideram como prioritária a Educação Especial, treinando as crianças, os jovens e adultos, a fim de prepará-los para o exercício de um ocupação produtiva.

Estratégia de Operação - O Projeto, nos três países, atua de forma descentralizada, através de centros de ensino, universidades e outras instituições educacionais, situadas, principalmente, nas sub-regiões de atuação do Projeto.

As ações previstas incluem pesquisas, planejamento, experimentações, cursos-programas, missões de estudo, assistência técnica, produção de protótipos de material didático, intercâmbio educacional etc.

Início de Atividades - Em virtude de atrasos ocorridos no início das atividades relativas à Conta Especial de Mar del Plata, este Projeto somente pôde efetivamente iniciar suas atividades a 2 de maio de 1975.

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-9-

II PARTE - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Apresentam-se a seguir, por Títulos Gerais, as atividades desenvolvidas pelo Projeto no período de 2 de maio de 1975 a 30 de julho de 1977.

1. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA INTERNA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO.

1.1. Objetivo

Obter um desenvolvimento eficiente e coordenado das atividades do Projeto em seu conjunto e em cada um dos países participantes.

A coordenação administrativa interna e a orientação técnica do Projeto são efetuadas através do Coordenador Nacional do Projeto. O Projeto tem sede em Brasília, à Avenida L-2 Sul 603 - Bloco B - Módulo 18, onde se encontra instalada sua Coordenação Geral.

A característica principal da direção técnica e administrativa do Projeto é a simplicidade e a flexibilidade de seus serviços centrais. Dispõe a coordenação nacional de uma pequena sede, de três funcionários executivos e de um mensageiro. A fim de assegurar execução rápida e eficiente das ações do Projeto, o Senhor Secretário Geral da OEA aprovou normas administrativas experimentais e provisórias para o Projeto Especial 19, as quais muito têm facilitado o desenvolvimento de seus trabalhos. Assim é que, por período de até dois meses, os contratos por resultados estão sendo firmados a nível nacional pelo Representante da OEA junto ao Projeto, ou pelas próprias Coordenações Nacionais; os procedimentos administrativos relacionados com desembolsos e execução orçamentária foram agilizados.

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

-10-

### 1.2. Cooperação com os Escritórios da OEA

O Projeto desenvolveu suas atividades em estreita cooperação com os Escritórios da OEA nos países participantes. O apoio recebido desses Escritórios foi muito importante para o trabalho realizado.

A fim de aprofundar ainda mais os conhecimentos dos Diretores Nacionais da OEA sobre o Projeto e intensificar o relacionamento entre as Coordenações Nacionais e os Escritórios da OEA, resolveu-se na II Reunião da Comissão de Coordenação, convidar os Diretores do Brasil, Paraguai e Uruguai para tomarem parte nas reuniões dessa Comissão. Com esta finalidade foram alocados recursos no Planos de Operações 1975/1976.

### 1.3. Reuniões de Comissão de Coordenação

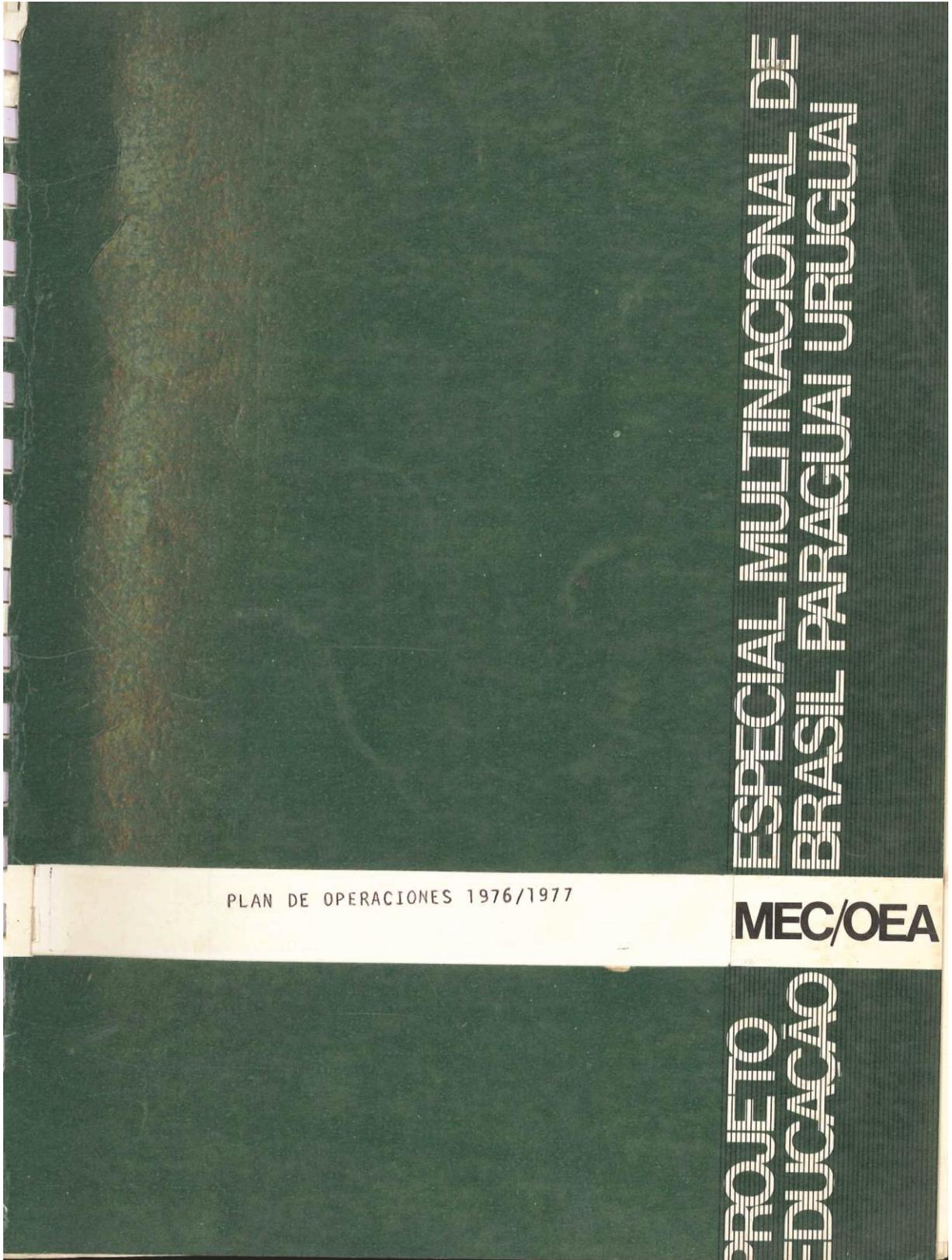
Realizaram-se três reuniões da Comissão de Coordenação do Projeto, uma em junho de 1975, em Brasília, outra em dezembro de 1975, em Assunção, a terceira em outubro de 1976, em Montevideo.

1 ✓  
2 ✓  
3 ✓

Conforme se indicou na parte de Introdução deste Relatório, a Comissão de Coordenação é constituída pelos Coordenadores Nacionais do Projeto, mais o Especialista Representante do DAE da OEA. Nas três reuniões da Comissão foram tratados os seguintes assuntos: Informe sobre atividades no período anterior à Reunião; Aprovação de normas internas de trabalho; Assuntos vários. Cada reunião da Comissão foi precedida de reunião do Comitê Executivo do Projeto constituído pelos Coordenadores Adjuntos dos três países e mais o Representante do DAE da OEA no Projeto. Em cada reunião foi aprovada uma Ata, que foi enviada ao Departamento de Assuntos Educativos, em Washington.

Registram-se, a seguir, os temas tratados na Reunião de Washington.

ANEXO 03 – PLAN DE OPERACIONES 1976/1977 (p.01 á p.10)





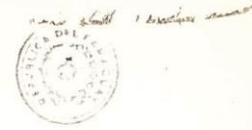
Ministério de Educação e Cultura



Ministerio de Educación y Cultura



Organización de Estados Americanos



Ministerio de Educación y Culto

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O.E.A.

PROYECTO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCACION  
BRASIL - PARAGUAY - URUGUAY  
O.E.A.

# PLAN DE OPERACIONES

1976 - 1977

ELABORADO EN LA  
III REUNION DE LA COMISION DE COORDINACION  
DEL PROYECTO

MONTEVIDEO, 3 OCTUBRE DE 1976

BRASIL — PARAGUAY — URUGUAY  
O E A

PLAN DE OPERACIONES 1976/77 DEL PROYECTO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCACION, BRASIL, URUGUAY, PARAGUAY

Montevideo, 6 al 14 de octubre de 1976 (Código P 19)

INTRODUCCION

Antecedentes

El proyecto P 19, tiene por objetivos generales, apoyar y promover el desarrollo de la educación técnica, la formación profesional y la educación especial, al igual que estudiar los objetivos y la utilización de nuevos métodos y formas de educación general, especial y para el trabajo, básicamente en los niveles de educación fundamental y media. Igualmente es el medio adecuado para promover el intercambio de ideas y experiencias entre autoridades nacionales y educadores de los tres países.

Sus objetivos específicos son:

- a) Para la educación técnica: realizar estudios e investigaciones destinados a perfeccionar y actualizar los métodos, materiales didácticos y las formas de educación técnica, especializar al personal en el nivel de postgrado y brindar asistencia.
- b) Para la innovación tecnológica: promover la realización de estudios y facilitar la especialización de alto nivel en este campo.
- c) Para la educación especial, brindar apoyo, asistencia, cooperación a la investigación y la especialización del personal.

Todas estas actividades tienen como principal fundamento la renovación de los sistemas educacionales de los tres países intervinientes, que consideran como prioritaria la educación para el trabajo en la enseñanza media y en la educación especial entrenando a los niños, jóvenes y adultos a fin de prepararlos para el ejercicio de una ocupación productiva.

La motivación directa de las acciones de este proyecto tienen su origen en la ejecución de actividades y obras en las zonas limítrofes de los países intervinientes (programa de desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín, represas binacionales de Itaipú, Paso Centurión y Talavera que provocarán -

- 2 -

cambios sociales y económicos en las áreas colindantes.

El Proyecto nació merced al entendimiento entre el Ministerio de Educación y Cultura de la República Oriental del Uruguay y el Ministerio de Educación y Culto de la República del Paraguay, con el propósito de organizar un proyecto multinacional dentro de las posibilidades que brinda la resolución del CIECC suscrita en Mar del Plata (1).

El Departamento de Asuntos Educativos de la Organización de los Estados Americanos ofreció su cooperación y designó un representante permanente para que actuara en forma permanente en el mismo.

El Proyecto fue elaborado mediante varias consultas y reuniones en las cuales se fijaron los objetivos específicos y se determinaron las normas administrativas y financieras a aplicar.

Posteriormente se reunieron los Coordinadores Nacionales y Adjuntos para establecer los denominados Planes de Operación anuales, que son los instrumentos prácticos de ejecución del programa general.

Es interesante destacar que el proyecto ha madurado en la praxis, tanto en lo relativo al interés despertado en los países intervinientes, como por el ajuste de los objetivos y actividades iniciales, que en cada una de estas reuniones han sido revisados y jerarquizados de acuerdo a las necesidades de cada país.

Mecanismos de operación - El proyecto tiene una envergadura considerable a causa de la amplitud del campo que abarca: ello ocasionó que, desde un primer momento, se subdividiera en metas o áreas que en la práctica han funcionado como auténticos subproyectos dentro del plan general. Igualmente los recursos involucrados en estas operaciones condujeron a la adopción de medidas de control administrativo y de descentralización, que se reflejan en propuestas de reajustes en cada reunión de coordinación. En términos generales se percibe una tendencia a reducir el número de metas y concentrar las actividades específicas en conjuntos más amplios y más operativos.

(1) Resolución Ciecc 137/72, Régimen de Contribuciones especiales para el fortalecimiento del Femiecc "Resolución de Mar del Plata".

ORGANIZACIÓN DE EDUCACIÓN  
BRASIL — PARAGUAY — URUGUAY  
O E A

- 3 -

Paralelamente se ha logrado ajustar la presentación de los planes de operaciones que se complementan con documentos guía para cada acción concreta, mecanismo que ha solucionado la dificultad que significa - presentar en el Plan de Operaciones un detalle acabado de las complejas actividades que dan origen a la puesta en marcha de las metas generales. Por esta vía se ha convenido la liberación de los recursos correspondientes que se controlan mediante un sistema de asignación de fondos por meta y por rubro específico.

Dirección nacional. Este Proyecto, que tiene una duración de cuatro años, es dirigido en cada país participante por un Coordinador Nacional, que, en Brasil, es el Secretario General del Ministerio de Educación y Cultura; en Paraguay, el Director General de Educación del Ministerio de Educación y Culto, y, en Uruguay, el Sub-Secretario del Ministerio de Educación y Cultura. Cada Coordinador dispone en su respectivo país, de un Coordinador Adjunto, que es su sustituto y el funcionario local ejecutivo del Proyecto. Los Coordinadores Nacionales y un Representante del Departamento de Asuntos Educativos de la O.E.A. constituyen una "Comisión Coordinadora del Proyecto". A esta Comisión, que se reúne una o dos veces por año, le compete trazar la política del Proyecto en los tres países, dentro de las normas del PREDE y de la orientación del CIECC y de la CEPCIECC; preparar los planes anuales de operaciones para la aprobación final del Sub-Secretario Ejecutivo para la Educación, las Ciencias y la Cultura, acompañar la realización de las actividades del Proyecto y promover la evaluación de los resultados. La sede del Proyecto está localizada en Brasilia.

Para atender los problemas de coordinación y administración, y con la finalidad de planificar las actividades globales tal como estaba establecido en el proyecto - cada país instaló una Oficina para el Proyecto, dirigida por un Coordinador Nacional Adjunto, los cuales, en relación directa con sus respectivos Ministerios, ejercen las actividades ejecutivas.

Estas Oficinas están actualmente a cargo de:

COMISIÓN INTERGUBERNAMENTAL DE COORDINACIÓN  
BRASIL — PARAGUAY — URUGUAY  
O E A

- 4 -

BRASIL: SANDOVAL DE VASCONCELOS MACHADO  
Avenida L2 Sul 603 - Módulo 18 - Brasilia - D.F. Brasil  
Teléfonos: 238094 - 255567

PARAGUAY: JOSE VILLALBA BOSCARINO  
Chile 849 - Asunción - Paraguay  
Teléfono: 43919

URUGUAY: RUBEN ALBERTO LIMA MARTINEZ  
Sarandí 444 - Montevideo-Uruguay  
Teléfono: 986356 - interno 20

RESERVA DE LAS ACTIVIDADES CUMPLIDAS POR EL PROYECTO DESDE SU INICIO

Período de ejecución:

El Proyecto fue propuesto para iniciar sus actividades en el año fiscal 1974/1975.

Las primeras acciones concretas en los países comenzaron efectivamente a partir del mes de mayo de 1975 y se cumplieron en forma lenta. A la fecha de la presente reunión puede afirmarse que el proyecto se encuentra en actividad en los tres países y demuestra una vitalidad que augura un promisorio futuro para sus acciones.

Brasil y Paraguay tienen en ejecución las etapas finales de las metas previstas en el plan de 1974 y Uruguay está cumpliendo las acciones programadas en este período.

Igualmente Paraguay y Brasil han iniciado la ejecución de las metas del segundo Plan de Operaciones.

Se estima en forma general, que las actividades del plan 1974/75 serán terminadas en los tres países antes del mes de diciembre de 1976.

Actividades de planificación y coordinación general

Se realizaron dos reuniones de la Comisión de Coordinación. La primera tuvo lugar en Brasilia el 12 y 13 de junio de 1975. Días después se realizó una reunión complementaria en el Uruguay con la finalidad de

ajustar el primer plan de operaciones. En esta primera reunión se definió más concretamente las acciones y se efectuaron ajustes financieros.

La segunda se cumplió en Asunción, el 18 y 19 de diciembre de 1975. La experiencia acumulada en los primeros meses de ejecución favoreció el diálogo entre los Delegados y culminó con una propuesta de modificaciones operacionales que facilitaron la ejecución del Proyecto. Es importante destacar que en aquella ocasión los tres países reafirmaron su voluntad de continuar con el proyecto e incrementaron el aporte y la participación de cada uno. En definitiva se propusieron modificaciones al plan general de metas y se reafirmó el carácter multinacional de las acciones.

En la presente reunión de Coordinadores, tal como será detallado más adelante, se ha verificado el cumplimiento en los hechos de aquellas voluntades. Paralelamente, las experiencias vividas permitieron proponer nuevos ajustes administrativos y reagrupar las metas.

#### Actividades específicas desarrolladas por los países.

En los anexos de este informe se agregan los documentos presentados por cada país a la III Reunión de la Comisión de Coordinación en los que se detallan las actividades cumplidas. Como ya se ha expresado el Proyecto se está cumpliendo según lo previsto en los planes de operaciones respectivos.

En el caso de Uruguay, el desarrollo del Plan se ha visto afectado por el cambio de orientación y la sustitución del Coordinador Nacional Ad-junto. Sin embargo, la institucionalización de la Oficina del Proyecto y la forma en que han sido planificadas las operaciones correspondientes a los planes ya aprobados, permiten ser optimistas en el cumplimiento total de las metas programadas dentro de un plazo razonable.

Estos hechos explican la escasa información volcada en este informe, con respecto al primer período de ejecución del proyecto en el Uruguay.

Las acciones emprendidas y los resultados logrados por cada país podrán ser consultados en los respectivos informes nacionales. A continuación y como breve síntesis se enuncian las principales acciones cumplidas.

BRASIL — PARAGUAY — PROYECTO  
O E A

- 6 -

REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

Actividades cumplidas en el período 2/IV/75 a 30/IX/76

Metas operadas: 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13.

Lista de actividades por meta

Meta 1 - Coordinación administrativa interna y orientación técnica del Proyecto

Organización y realización de las reuniones de Coordinación - de Brasilia

Participación en las reuniones de Asunción y de Montevideo

Instalación de la Oficina del Proyecto

Organización de archivos

Contratación de personal

Corresponsalía

Reuniones de trabajo (43 reuniones)

Supervisión técnica de las actividades del Proyecto.

Meta 2 - Diagnóstico de la situación Socio-Educacional de la Sub-región

Meta 3 - Planeamiento de las acciones que serán ejecutadas a largo plazo en el Proyecto.

Selección y entrenamiento de 42 técnicos encargados de elaborar el Diagnóstico.

Realización del Censo en las áreas urbana y rural de los Municipios de Foz de Iguazú, Toledo y Cascavel.

Meta 4 - Asistencia a instituciones y programas educativos

Reestructuración administrativa del CETEPAR

Asistencia técnica a 18 instituciones y programas educativos

Apoyo a bibliotecas escolares (6 bibliotecas municipales y 11 escolares: mejoras espaciales, orientación, adquisición de bibliografía, asistencia y orientación técnica. 3100 libros) adquiridos

SECRETARÍA INSTITUCIONAL DE EDUCACIÓN  
BRASIL — PARAGUAY — URUGUAY  
O E A

- 7 -

Curso pasantía (60 hs) para preparación de 22 bibliotecarios.

Adquisición de equipamiento audiovisual para el CETEPAR y Casa de la Cultura de Toledo

Meta 5 - Especialización de personal de nivel superior en el campo de educación

Misiones de estudio en el Brasil (realizadas 2, programadas 2)

Misiones especiales al extranjero (realizadas 4, programadas 1)

Meta 6 - Perfeccionamiento y capacitación de directores, profesores y personal auxiliar de la enseñanza

Cursos-programa para profesores y directores de escuelas de 1er grado del Municipio de Toledo (FUNET) (120 participantes)

Curso Programa para profesores de alfabetización y de iniciación en la enseñanza de la matemática (91 participantes)

Curso de actualización para docentes de formación especial de enseñanza de 2º grado. (115 participantes)

Curso de actualización en conservación de suelos para docentes de 2º grado (100 participantes)

Cursos en realización: administración y supervisión escolar  
metodología de la alfabetización e iniciación en la enseñanza de la matemática.

Total de personas entrenadas 546

Meta 7 - Capacitación de personal de nivel medio

Apoyo a UNICON para el entrenamiento de personal para la represa de Itaipú (contratación de 2 especialistas en entrenamiento, para realizar estudios, determinar los perfiles profesionales, elaborar un proyecto de entrenamiento, asistir técnicamente, experimentar nuevos métodos, preparar material didáctico y publicaciones)

Curso intensivo de perfeccionamiento de técnicos de administración rural (200 horas, 15 participantes)

Cursos en realización: formación de técnicos clasificadores de lana (450 hs. 40 técnicos)  
Capatacía rural ( 70 participantes)

Meta 8 - Capacitación de mano de obra especializada

Programación, innovación tecnológica, preparación de material de enseñanza (coordinado con meta 7)

Curso de conservación de suelos (23 participantes)

Curso de apicultura (30 participantes)

Curso de suinicultura (17 participantes)

Cursos en realización: Tractoristas y personal de manutención de maquinarias agrícolas (100 participantes)  
Inseminación artificial (20 participantes)

Meta 9 - Publicaciones en el campo de la educación técnica

Publicación en elaboración: Diagnóstico socio-económico educacional de la 21 Microregión homogénea de Paraná.

Meta 10 - Diagnóstico y planeamiento de acciones que serán ejecutadas en el área de educación especial

Relevamiento de información de la microregión

Preparación de documento técnicos (7 documentos)

Reuniones: técnicas en Curitiba y Río de Janeiro

Seminario sobre planeamiento de la integración en Foz de Iguazú a los excepcionales (91 participantes)

Meta 11 - Asistencia técnica a instituciones y programas de educación especial

Apoyo técnico al Centro Nacional de Educación Especial (CENESP) y al Departamento de Educación Especial del Estado de Paraná, y Fundación para la Atención al Excepcional del Estado de Río Grande del Sur, a través de especialistas contratados, adquisición de equipo especializado y libros técnicos.

Adquisición de material didáctico para montaje de 11 clases espe-

PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE EDUCACION  
BRASIL — PARAGUAY — URUGUAY  
O E A

- 9 -

ciales en la área de actuación del Proyecto.

Meta 13 - Publicaciones en el campo de la educación especial  
Publicaciones de dos títulos, a saber:  
El Excepcional en la Fuerza del Trabajo  
La Participación de la Comunidad en la Integración Social  
del Excepcional.

COMISIONE DE EDUCACION  
BRASIL — PARAGUAY — URUGUAY  
O E A

- 10 -

REPUBLICA DEL PARAGUAY

Actividades cumplidas en el período comprendido del 2 de Mayo de 1975  
al 30 de setiembre de 1976. Plan de Operaciones 1974-1975

Metas ejecutadas : 1,2,4,5,7,8,10,11,12.-

Meta 1.- Coordinación administrativa interna y orientación técnica del proyec-  
to.-

- Instalación de la Planta física del Proyecto.
- Participación en la I Reunión de la Comisión de Coordinación en Bra-  
silia.
- Participación en la II Reunión de la Comisión de Coordinación en --  
Asunción.
- Orientación para la ejecución de las acciones previstas en el Pro--  
yecto.
- Archivos de notas recibidas y remitidas así como de los cables.

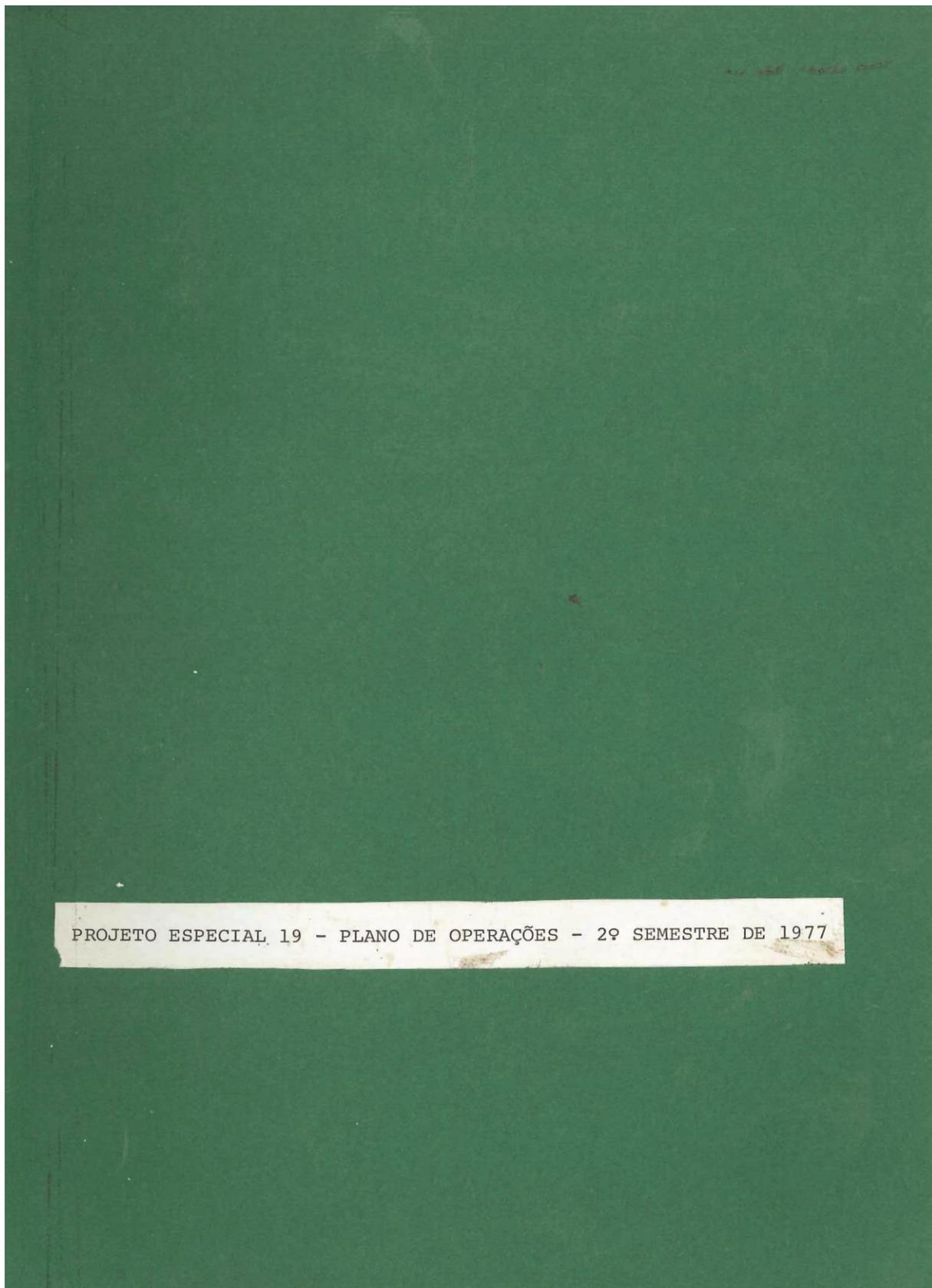
Meta 2.- Diagnostico de la situación socio educativo de la subregión

- Participación en los seminarios técnicos Paraguay-Brasil para la --  
elaboración del diagnostico. (Considerando que ya se ha hecho un --  
diagnostico de la subregion merced a un convenio MEC-Oficina Nacio-  
nal Itaipu, se consideró conveniente para evitar duplicación de acti-  
vidadaes dejar esa acción e iniciar acciones tendientes a consolidar  
los planes de desarrollo de comunidad en la area de influencia de --  
Itaipú).

Meta 4.- Asistencia técnica a instituciones y programas educacionales

- Departamento de Enseñanza Técnica y Formación Profesional (adquisi-  
ción de material bibliográfico, y la contratación de 3 técnicos pa-  
ra la elaboración y publicación del documento denominado "Especificac-  
iones técnico-educativos. Lista de equipos y mobiliarios en las ---  
areas de construcciones civiles, electricidad y mecanica general pa-  
ra los Colegios multilaterales y el Colegio técnico nacional").
- Servicio de Orientación Educacional y Vocacional (contratación de --

**ANEXO 04 – PROJETO ESPECIAL 19 – PLANO DE OPERAÇÕES 2º SEMESTRE DE 1977**



PROJETO ESPECIAL 19 - PLANO DE OPERAÇÕES - 2º SEMESTRE DE 1977



Ministério da Educação  
e Cultura

**PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI**



Organização dos  
Estados Americanos

PEME/BR- 478 /77

Brasília, 23 de dezembro de 1977

Prezado Senhor,

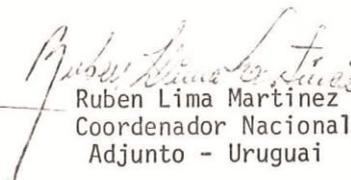
Temos a grata satisfação de passar às mãos de Vossa Senhoria os Planos de Operações relativos ao 2º semestre de 1977 e ao ano de 1978.

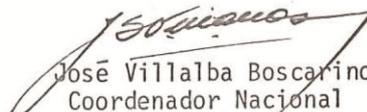
Estes Planos foram elaborados na IVª Reunião de Coordenação do Projeto Especial nº 19, realizada no período de 12 a 16 de dezembro, na sede do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil/Paraguai/Uruguai, nesta cidade.

Ao submetermos estes Planos de Operações a Vossa Senhoria, desejamos manifestar a nossa intenção de dar continuidade ao Projeto 19, de vez que é do interesse de nossos países. Estamos diligenciando no sentido de elaborar novo Projeto, com novas características e agora com base na experiência colhida durante a execução do presente.

Na oportunidade desejamos expressar a Vossa Senhoria nossas cordiais saudações.

  
Dalton Melo de Andrade  
Coordenador Nacional  
Adjunto - Brasil

  
Ruben Lima Martinez  
Coordenador Nacional  
Adjunto - Uruguai

  
José Villalba Boscarino  
Coordenador Nacional  
Adjunto - Paraguai

Ilustríssimo Senhor  
Dr. Eduardo Gonzalez Reyes  
Secretário Executivo para a Educação  
a Ciência e a Cultura  
Organização dos Estados Americanos  
Washington - DC -



Ministério da Educação  
e Cultura

# PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI



Organização dos  
Estados Americanos

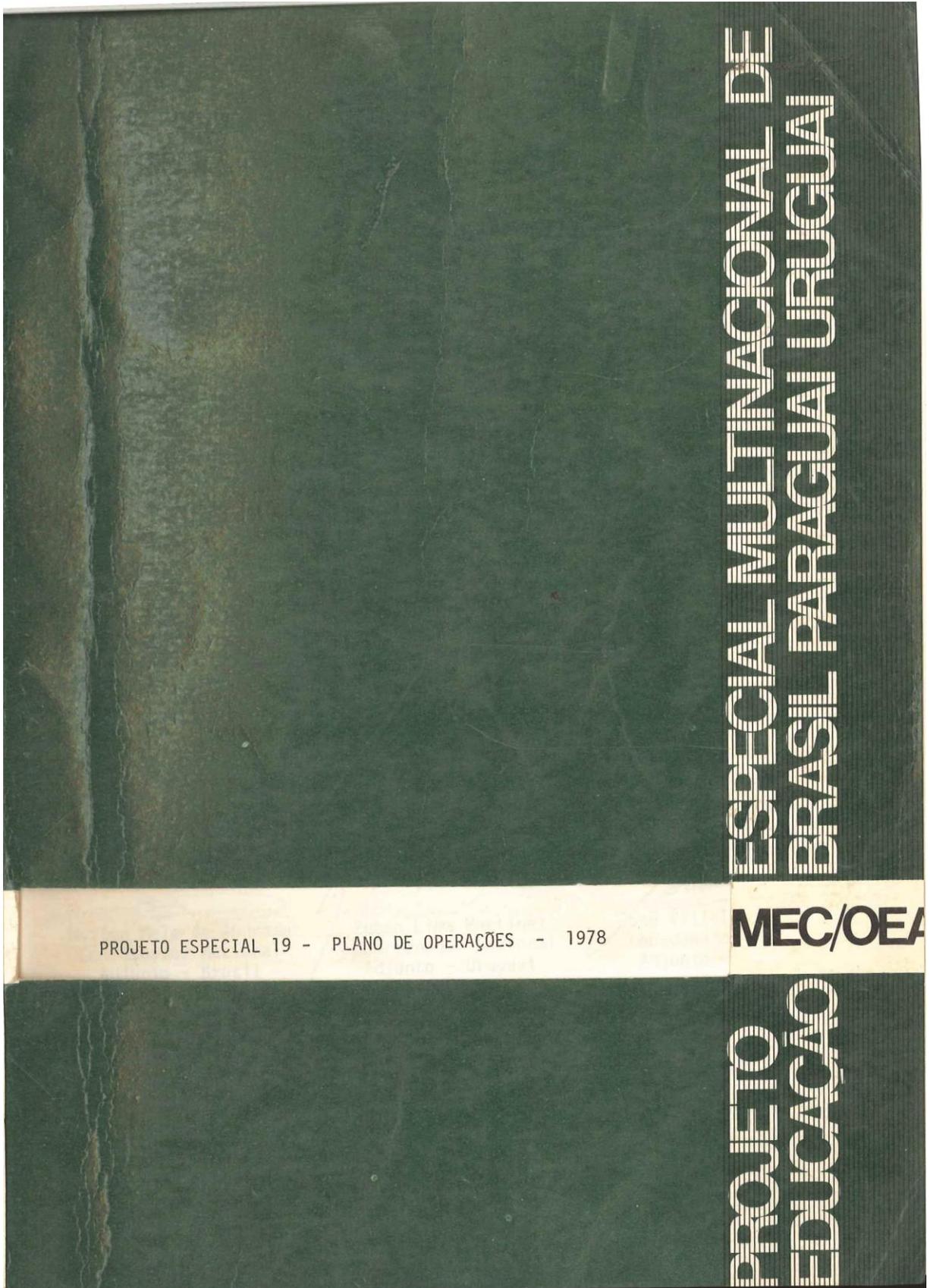
- 1. Introdução
- 2. Detalhes
- Subprojetos
- Subproj. 1
- Subproj. 2
- Subproj. 3
- Subproj. 4
- Subproj. 5
- Subproj. 6
- Subproj. 7
- Subproj. 8
- Subproj. 9
- Subproj. 10
- 3. Quadro
- 4. Anexos

PLANO DE OPERAÇÕES  
2º Semestre de 1977

Elaborado na  
IV Reunião da Comissão de Coordenação  
do Projeto 19



**ANEXO 05 – PROJETO ESPECIAL 19 – PLANO DE OPERAÇÕES 1978**





Ministério da Educação  
e Cultura

**PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI**



Organização dos  
Estados Americanos

PEME/BR- 478 /77

Brasília, 23 de dezembro de 1977

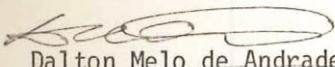
Prezado Senhor,

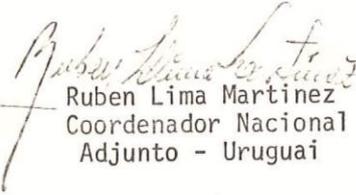
Temos a grata satisfação de passar às mãos de Vossa Senhoria os Planos de Operações relativos ao 2º semestre de 1977 e ao ano de 1978.

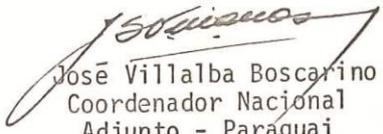
Estes Planos foram elaborados na IVª Reunião de Coordenação do Projeto Especial nº 19, realizada no período de 12 a 16 de dezembro, na sede do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil/Paraguai/Uruguai, nesta cidade.

Ao submetermos estes Planos de Operações a Vossa Senhoria, desejamos manifestar a nossa intenção de dar continuidade ao Projeto 19, de vez que é do interesse de nossos países. Estamos diligenciando no sentido de elaborar novo Projeto, com novas características e agora com base na experiência colhida durante a execução do presente.

Na oportunidade desejamos expressar a Vossa Senhoria nossas cordiais saudações.

  
Dalton Melo de Andrade  
Coordenador Nacional  
Adjunto - Brasil

  
Ruben Lima Martinez  
Coordenador Nacional  
Adjunto - Uruguai

  
José Villalba Boscarino  
Coordenador Nacional  
Adjunto - Paraguai

Ilustríssimo Senhor  
Dr. Eduardo Gonzalez Reyes  
Secretário Executivo para a Educação  
a Ciência e a Cultura  
Organização dos Estados Americanos  
Washington - DC -



Ministério da Educação  
e Cultura

**PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI**



Organização dos  
Estados Americanos

PLANO DE OPERAÇÕES  
1978

Elaborado na  
IV Reunião da Comissão de Coordenação  
do Projeto 19



## ANEXO 06 – V REUNIÃO DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO (p.01 á p.06)



Ministério da Educação  
e Cultura

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI



Organização dos  
Estados Americanos

V REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO - P.19  
de 09 a 12 de outubro de 1978  
Assunção, Paraguai

Original: espanhol.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS  
PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL-PARAGUAI-URUGUAI



Ministério da Educação  
e Cultura

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI



Organização dos  
Estados Americanos

Assunção, 12 de outubro de 1978

De nossa maior consideração,

Temos o prazer de remeter a Vossa Senhoria o novo Projeto Especial, elaborado em forma conjunta pela República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai, o qual será denominado "Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil/Paraguai/Uruguai".

Juntam-se à presente um exemplar desse Projeto Especial e do Plano de Operações correspondente ao ano de 1979 para seu estudo e aprovação por parte dessa Organização Internacional.

Apresentamos a oportunidade para enviar a Vossa Senhoria nossas cordiais saudações.

a) DALTON MELO ANDRADE  
Coordenador de Assun-  
tos Multinacionais  
MEC/Brasil

a) RAÚL PECARD  
Diretor do Escritório  
da Coordenação com Or-  
ganismos Internacio-  
nais MEC/Uruguai

a) FÁBIO RIVAS  
Diretor Geral de Educação  
MEC/Paraguai

Ao Senhor  
Dr. Eduardo González Reyes  
Secretário Executivo para a  
Educação, a Ciência e a Cul-  
tura - OEA  
WASHINGTON - DC - 20006-USA

PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO  
BRASIL - PARAGUAI - URUGUAI  
O E A

Índice	página
1. ANTECEDENTES.....	1
2. FUNDAMENTOS .....	2
3. O PROBLEMA .....	3
4. OBJETIVOS .....	3
5. ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO DO PROJETO.....	5
6. JUSTIFICATIVA .....	34
7. INCIDÊNCIA DA AÇÃO.....	34
8. ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DE TRABALHO.....	35
9. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO.....	36
10. PROPOSIÇÃO .....	38
11. DURAÇÃO E AVALIAÇÃO .....	42
12. FINANCIAMENTO .....	42

ANEXO: PLANO DE OPERAÇÕES 1979

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. FUNDAMENTOS.....	1
3. OBJETIVOS DO PROJETO .....	2
4. ESTRATÉGIA .....	3
5. SUBPROJETOS .....	4
6. SUBPROJETO 1: Coordenação administrativa interna e orientação técnica ao Projeto	5
7. SUBPROJETO 2: Estudos e Pesquisas.....	8
8. SUBPROJETO 3: Habilitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação.....	14
9. SUBPROJETO 4: Capacitação e aperfeiçoamento profis- sional .....	25
10. SUBPROJETO 5: Assistência a instituições e progra- mas educacionais .....	33
11. SUBPROJETO 6: Publicações .....	40
12. RESUMO FINANCEIRO .....	42

## 1. ANTECEDENTES

O Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai tem suas origens nas aspirações contidas na "Declaração dos Chefes de Estado Americanos", expressada em Punta del Este -Uruguai- em abril de 1967, reconhecendo a alta prioridade da educação na política de desenvolvimento integral das Nações Latinoamericanas.

A idéia e intenção desse pronunciamento proporcionaram as bases para a criação do "Programa Regional de Desenvolvimento Educativo" -PREDE- institucionalizado em fevereiro de 1968 durante a Quinta Reunião do Conselho Interamericano Cultural (CIC), celebrada em Maracay, Venezuela.

Nessa oportunidade foi definido o campo de ação do PREDE, ao serem estabelecidos seus objetivos: "estimular os esforços nacionais para elevar a qualidade da educação e a expansão dos sistemas educativos; promover pesquisas e incorporar novos métodos na Educação e campos afins, e promover a integração latinoamericana por meio da Educação."

Esses objetivos foram revigorados pelas novas perspectivas propiciadas ao PREDE na Quarta Reunião do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC), realizada em Mar del Plata -Argentina- em dezembro de 1972, quando foram criados os "Projetos Especiais", que propõem "a aplicação da infraestrutura educativa, científica e tecnológica aos problemas provenientes do processo de desenvolvimento global dos países, atendendo a prioridades que possam ser consideradas comuns a uma determinada região ou sub-região."

A resolução CIECC/137/72, tomada nessa reunião e denominada "Resolução Mar del Plata" estabeleceu as condições para a concepção desse Projeto Especial, a ser desenvolvido conjuntamente pela República Federativa do Brasil e as Repúblicas do Paraguai e do Uruguai, com o patrocínio da Organização dos Estados Americanos (OEA).

## 2. FUNDAMENTOS

Dentro dos marcos estabelecidos pela "Resolução de Mar del Plata" -CIECC 137/72, Brasil, Paraguai e Uruguai formularam o presente Projeto Especial, que traduz o empenho de ditos países em desenvolver esforços conjuntos para resolver problemas de interesse comum.

Muitas das ações cumpridas no âmbito do Projeto 19 têm gerado novas situações para as quais este Projeto pretende oferecer as correspondentes respostas.

Essas situações, encaradas como problemas, constituem-se junto com seu delineamento e a indicação de propostas de solução no objetivo deste Projeto.

Cabe destacar que o Projeto será executado aproveitando o clima de integração multinacional produzido pelo efeito catalizador do Projeto anterior ao interrelacionar para a consecução dos seus objetivos as mais variadas instituições, educadores, especialistas e técnicos dos respectivos países.

Os países participantes com a maturidade proporcionada pela experiência anteriormente realizada esperam, dentro do processo dinâmico e multiplicador já iniciado, marcar uma nova etapa de realizações conjuntas, dirigidas ao desenvolvimento sócio-educacional das regiões de atuação deste Projeto.

### 3. O PROBLEMA

Os logros sócio-econômicos-culturais provenientes das grandes iniciativas de caráter econômico que se estão realizando nos três países, provocadas pelo impulso do desenvolvimento do qual é um exemplo o que acontece com as obras de infraestrutura das zonas limítrofes de Brasil/Paraguai e Brasil/Uruguai, geram problemas, para cuja solução é necessário utilizar a infraestrutura educativa das regiões afetadas pelas suas repercussões.

A situação educacional, tal como se apresenta, impõe a necessidade de realizações que explorem o potencial educativo das comunidades representativas das citadas regiões, para a adequada atenção das expectativas de seu processo de desenvolvimento econômico-social.

### 4. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Fortalecer a educação para o desenvolvimento nas regiões determinadas pelo Projeto, através de atividades nacionais e multinacionais nos campos dos recursos humanos e institucionais para produzir efeitos multiplicadores da ação educativa e melhorar a qualidade de vida.

-4-

Objetivos específicos:

- a) Desenvolver recursos institucionais e materiais mediante assistência técnica e financeira e de outras ações de apoio para a:
- Elaboração e implantação de planos educacionais;
  - Realização de pesquisas educativas para a busca de inovações metodológicas que melhorem o processo ensino-aprendizagem;
  - Desenvolvimento de novas metodologias educativas que permitam a renovação bibliográfica, a produção de protótipos didáticos e de outros materiais auxiliares do ensino;
  - Racionalização da administração para o incremento da produtividade dos serviços educativos;
  - Implantação de novas instalações e equipamentos para melhorar as condições ambientais das unidades escolares;
- b) Desenvolver recursos humanos mediante cursos, seminários, missões de estudo e outras ações dirigidas à:
- Atualização e aperfeiçoamento de docentes e técnicos para o melhoramento do ensino em todos os níveis e áreas;
  - Atualização e aperfeiçoamento de pessoal técnico e de gestão para a racionalização do processo administrativo;
  - Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais para melhorar as condições de emprego e aumentar a produção e produtividade da região.

5. ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO DO PROJETO

Especificação da área de atuação.

O espaço físico, onde se desenvolverá o Projeto, será:

NO BRASIL: Região de fronteira com o Uruguai no Estado do Rio Grande do Sul; 21a. Microrregião Homogênea no Estado do Paraná; Distrito Federal e área de contraste a ser definida no Nordeste do país.

NO PARAGUAI: Regiões Este e Nordeste do País (Departamentos de Canendiyú, Alto Paraná, Caaguazú) y Região Centro-Oeste (Departamentos de Cordillera e Central).

NO URUGUAI: O território nacional.

Algumas características da área de atuação:

a) REGIÃO BRASIL FRONTEIRA COM PARAGUAI

Do lado brasileiro o Projeto incidirá suas ações sobre os municípios da 21a. Microrregião Homogênea do Estado do Paraná, compreendendo uma área de 2.312.800 ha. composta de 19 municípios. Ali estão localizados os Parques Nacionais do Iguazu e de Guaíra. A área da 21a. Microrregião corresponde a 11,6% da área total do Estado, e 0,27% da área do país. Seus municípios são os seguintes: Assis Chateaubriand, Capitão Leonidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu azul, Corbélia, Formosa do Oeste, Foz do Iguazu, Guaíra, Guaraniaçu, Mal. Cândido Rondon, Matelandia, Medianeira, Nova Aurora, Palotina

-6-

Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa e Toledo.

Clima - Pela classificação de W. Coopen se encontram para a área de aplicação, no Paraná, os tipos climáticos Cfb, Cfa e Cwa.

Cfa - Clima chuvoso, sem estação seca, verão quente com temperatura superior aos 22°C e o mês mais frio com temperatura inferior aos 18°C.

Cfb - Clima chuvoso sem estação seca, verão brando e com temperaturas para o mês mais quente e mais frio, respectivamente, inferiores aos 22°C e 18°C.

Cwa - Clima pluvial temperado, com as temperaturas do mês mais frio entre 18°C e -3°C, e as do mês mais quente superior a 22°C com inverno seco, sendo as precipitações do mês mais chuvoso do verão dez vezes a do mês mais seco do inverno.

As precipitações médias anuais em Toledo e Cascavel variam de 1400 a 2000mm. Ocorrem, com alguma frequência, geadas nessa região (duas a cinco anuais). A temperatura máxima é de 27°C; e a mínima de 16°C. A média anual é de 21,5°C.

## ANEXO 07 – TABELA DE RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CATALOGADOS

<b>Relação de Documentos Arquivados - Arquivo Central</b>
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Tabela tipo A</u></b>
1979 – Cascavel – março a dezembro
1979 – Cascavel – março a dezembro
1979 – Foz do Iguaçu – março a dezembro
1979 – Foz do Iguaçu – março a dezembro
1979 – Toledo – março – agosto – novembro
1979 – Toledo – março – agosto – novembro
1979 – Toledo – março – agosto – dezembro
1981 – Cascavel – março a dezembro
1982 – Cascavel – março a dezembro
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Tabela tipo B</u></b>
1979 – Cascavel – março a dezembro
1979 – Cascavel – março a dezembro
1979 – Foz do Iguaçu – março a dezembro
1979 – Foz do Iguaçu – março a dezembro
1979 – Toledo – março a dezembro
1979 – Toledo – março a dezembro
1981 – Cascavel – março a dezembro
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Tabela Tipo B e Tipo C</u></b>
1982 – Tipo B – Cascavel – março a dezembro
1982 – Tipo B – Cascavel – zona urbana
1982 – Tipo B – Cascavel – Fundevel
1978/81 – Tipo C – Municípios
1978 – Tipo C - Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – 4 vol.
1979 – Tipo C – Cascavel
1982 – Tipo C – Medianeira
1981 – Tipo C – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1982 – Tipo C – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Controle dos Alunos</u></b>
1980 – Abril – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1980 – Maio – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1980 – Junho – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1980 – Julho – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1980 – Agosto – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1980 – Outubro – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo

1980 – Controle Mensal
1981 – Março – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1981 – Abril – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1981 – Junho – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Controle dos Alunos</u></b>
1981 – Julho – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1981 – Agosto – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1981 – Setembro – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1981 – Novembro – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1981 – Controle Mensal
1982 – Março – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1982 – Abril – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1982 – Junho – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1982 – Agosto – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1982 – Setembro – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1982 – Outubro – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Documentos Diversos</u></b>
1980 – Documentos, Boletins, Formulários, Projetos e Relatórios
1981/82 – Relatórios – Cursos do tempo do Projeto MEC/OEA
1981 – Evadidos
1981 – Atividades de Alfabetização – 2 <sup>o</sup> via
1982 – Evadidos
1982 – Levantamento Estatístico
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Documentos Diversos</u></b>
1981 – Exames – Serviço Médico / Dentário
1982 – Previsão de Treinamento
1982 – E. P. C. – Reforço
1982 – Atividades Reforço
1982 – Exames – Médicos e Dentários
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Bibliotecas</u></b>
1977/80 – Biblioteca Municipal de Cascavel
1977 – Bibliotecas de Cascavel
1983 – Biblioteca Pública Municipal de Cascavel
1977 – Funefi – Bibliotecas públicas Foz e região
1977/80 – Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu
1983 – Biblioteca - Facisa de Foz do Iguaçu
1983 – Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu
1979 – Projeto Casa da Cultura de Toledo

1983 – Biblioteca – Facitol de Toledo
1983 – Biblioteca Pública Municipal de Toledo
1977/80 – Bibliotecas de Medianeira e Toledo
1977 – Biblioteca Pública de Assis Chateaubriand
1983 – Biblioteca Pública Municipal de Céu Azul
1977 – Biblioteca Municipal de Palotina
1977 – Biblioteca Municipal de Marechal C. Rondon
1983 – Biblioteca Facimar – Marechal C. Rondon
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Bibliotecas</u></b>
1977 – Relatório de Bibliotecas Públicas e Escolares: Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Toledo – Estado do Paraná
1981 – Relatório – Assitência a bibliotecas públicas municipais e escolares.
Relação das Bibliotecas de: Toledo, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Palotina e Cascavel
Relação das Bibliotecas de: Matelândia, Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Céu Azul, Medianeira
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Cursos e Projetos</u></b>
1975 – Curso: Programa para pessoal da escola de 2º grau
1975 – Curso: Programa de treinamento de Professores e Administradores escolares
1981 – Curso: Especialização em Língua Portuguesa 01
1981 – Curso: Especialização em Língua Portuguesa 02
1983/4 – Aperfeiçoamento de Docentes
- Curso de Especialização – Planejamento e Administração da Educação
1984/8 – Projeto de Alfabetização
1988 – Projetos Diversos II
1988 – Projeto MEC – Melhoria da Qualidade de Ensino
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Curso de Especialização</u></b>
1976 – Seminário: Planejamento da Integração no atendimento aos excepcionais – Foz do Iguaçu
1979 – Curso de Especialização – Língua Portuguesa
1980 – Curso de Educação Especial – Oeste e microrregião
1982 – Curso de Especialização – Planejamento e administração da educação
1982- Relatório final – Curso de Especialização – Língua Portuguesa
1982 – Relatório final – Curso de Especialização – Planejamento e administração da educação
1982 – Relatório: Curso de Especialização de Professores p/ área profissionalizante de excepcional
1982/83 – Apostila de cursos de Especialização
1989 – Palestra – João W. Geraldi
1986 – Curso de Especialização e Mestrado. F.G.V.
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Planos</u></b>

<b>* Plano de Educação de Cascavel, Foz e Toledo</b>
1974 – Plano de Desenvolvimento urbano – Foz do Iguaçu
1976/77 – Plan de Operaciones – III Reunião
1978 – * – Treinamento de Professores em princípios e técnicas de alfabetização
1978 – * – Avaliação de Base
1978 – Controle Avaliação
1978 – * – Matrícula, acompanhamento e chamada escolar
1978 – * – Serviço médico e dentário
1978 – * – Entrosamento escola família
1978/9 – Plano Municipal de Educação – Toledo
1979 – * – Assistência ao educando
1979 – * – Organização e Supervisão Escolar
1979 – * – Metodologia de Aprendizagem
1980 – Plano de Operações Complementar – Fundo 37
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Diagnóstico - 1971/78</u></b>
1971 – Documentos Preparatórios
1975 – Relatório Técnico Programa Regional de Desenvolvimento Educativo MEC/FUB
1975 – Metodologia de Apropriação de Custos Explícitos e Implícitos
1975 – Modelo de análise do sistema Educacional Convênio MEC/FUB
1976 – Relatório do Levantamento Estatístico sócio-econômico-educacional de Foz do Iguaçu
1978 – Relatório Levantamento Estatístico Educacional de Foz do Iguaçu
1978 – Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo - Estado do Paraná Brasil - Vol. I
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Diagnóstico 1971/86</u></b>
1978 – Diagnóstico e Prognóstico Educacional dos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
1980 – Diagnóstico de alguns aspectos educacionais dos departamentos de Alto Paraná e Canendiyu
1981 – Diagnóstico – Projeto Memória
1981 – Diagnóstico Universidade, Governo e Empresas regionais – Argentina
1985/86 – Projeto Intermunicipal
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Projeto Memória</u></b>
1982 – Textos Registro 01 – história do povoamento e da localidade – Cascavel
1982 – Textos Registro 02 – história do povoamento e da localidade – Cascavel
1982 – Textos Registro – Maneiras de Sobreviver – Cascavel
1983 – Relatório do encontro de Memória Regional Foz do Iguaçu – 15 e 16 de julho de 1983
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Projeto Memória</u></b>
1982 – Textos Registro 01 – Lazer, festas religiosas, festas populares e outras formas de divertimento – Cascavel

1982 – Textos Registro 02 – Maneiras de Trabalhar – Cascavel
1982 – Textos Didáticos 01 – Cascavel
1982 – Textos Didáticos 02 – Cascavel
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Projeto Memória</u></b>
1982 – Textos Didáticos 01 – Foz do Iguaçu
1982 – Textos Didáticos 02 – Foz do Iguaçu
1982 – Textos Registro – Maneiras de Sobreviver e de Trabalhar – Foz do Iguaçu
1982 – Textos Registro – história do povoamento e da localidade – Foz do Iguaçu
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Projeto Memória</u></b>
1982 – Textos Registro: Maneiras de Trabalhar e de Sobreviver – Textos Didáticos Anexos – Medianeira
1982 – Textos Didáticos – Medianeira
1982 – Monografia de Medianeira – Versão Preliminar
1982 – Relatórios Projeto Memória
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Projeto Memória</u></b>
1982 – Textos Didáticos 01 – Marechal Candido Rondon
1982 – Textos Didáticos 02 – Marechal Candido Rondon
1982 – Textos Registro - história do povoamento e da localidade de Marechal Candido Rondon
1982 – Textos Registro – história do povoamento e da localidade de Palotina
1986 – Seminário de Alfabetização – Paulo Freire – Integração Social
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Projeto Memória</u></b>
1982 – Textos Registro: lazer e festas religiosas... maneiras de sobreviver – Textos Didáticos – Toledo
1982 – Textos Didáticos – Toledo
1982 – Textos Registro – Maneiras de trabalhar e história do povoamento e da localidade
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Relatórios Regiões</u></b>
1977 – Relatório: reunião de programação – Foz do Iguaçu
1978 – Relatório – Foz do Iguaçu
1978 – Relatório do levantamento estatístico escolar de Cascavel
1978 – Relatório do levantamento estatístico escolar de Cascavel (2 exemplares)
1978 – Relatório de operação dos dados do levantamento estatístico educacional - Toledo
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Relatórios Regiões</u></b>
1978 – Relatório de atividades de Toledo – Henrique Brod
1979 – Relatório de atividades de Toledo – Henrique Brod
1979 – Relatório anual de atividades – Cascavel
1979 – Relatório mensal de atividades – Março a Julho / Agosto a Dezembro – Foz do Iguaçu

1980 – Relatório de atividades – Marechal C. Rondon
1980 – Relatório de atividades – Foz do Iguaçu
1982 – Relatório de atividades – Cascavel
1982 – Relatório de atividades – Foz do Iguaçu
1982 – Relatório de atividades – Toledo
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Cursos e Seminários</u></b>
1978 – Relatório do curso de treinamento de professores em princípios e técnicas de alfabetização
1979 – Relatório: Seminário avaliativo: “Modelo Erasmo Pilotto”
1979 – Relatório do curso de treinamento de professores em princípios e técnicas de alfabetização
1979 – Relatório: Seminário de abertura da faculdade de ciências sociais aplicadas de Foz do Iguaçu
1979 – Relatório do curso de treinamento em metodologia e técnicas de supervisão
1982 – Relatório técnico: Seminário de desenvolvimento regional
1982 – Relatório técnico: Seminário de educação cooperativa
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Relatórios Atividades e Seminários</u></b>
1975/77 – Relatório das atividades do Brasil
1979 – Relatório de atividades de Julho a Dezembro
1981 – Relatório de atividades de Novembro a Dezembro
1982 – Relatório de atividades de Janeiro / Fevereiro
1982 – Relatório de atividades de Março / Abril
1982 – Relatório de atividades de Maio / Junho
1982 – Relatório Técnico – Seminário de desenvolvimento regional – 06 exemplares
1982 – Relatório – Documento Preliminar – desenvolvimento regional
1983 – Relatório Final – 03 exemplares
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Relatórios Gerais</u></b>
1975 – Relatório Técnico – nº13 Manual de estudos e custo e da qualidade de educação
1975 – Relatório Técnico – Programa Regional de desenvolvimento educativo
1975 – Relato do Projeto “Novas Metodologias”
1976 – Relatório da apuração dos dados do levantamento D.E.C.
1978 – 1º Relatório do controle e avaliação da região oeste do Paraná – 02 exemplares
1978 – Relatório de atividades de Terezinha A. Andrade
1979 – Relatório – José Kuiava
1979 – Relatório de Reunião
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Relatórios Gerais</u></b>
1978/79 – Relatório - Terezinha A. Andrade
1979 – Proyecto Especial Multinacional de Educacion – Modelo de Evaluacion
1980 – Documento de Referência para a I Reunião Técnica de avaliação – 02 exemplares

1981 – Relatório geral do MEC
1981 – Relatório Diversos – Atividades Regiões
1982 – Relatórios das Reuniões de orientação preparatória ao seminário de desenvolvimento regional
1982 – Relatório Geral de 1982
1983 – Relatórios Gerais
1983 – Repensando o Oeste – Textos
Atividades do Projeto
Manual de Instrução – Levantamento sócio-econômico-educacional
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Documentos Guia</u></b>
Documento Guia – nº 01 a 15 – 1975
Documento Guia – nº 18 a 88 – 1976/77
Documento Guia – nº 116 a 152 – 1978/79
Documento Guia – nº 02 a 48 – 1980/81
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Documentos Guia</u></b>
Documento Guia – nº 133/79 a 139/79
Documento Guia – nº 143/79
Documento Guia – nº 150/79 a 04/80
Documento Guia – nº 16/80 a 27/80
Documento Guia – nº 33/81 a 62/81
Documento Guia – nº 38/81
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Documentos Guia</u></b>
Documento Guia – nº 39/81 a 41/81
Documento Guia – nº 42/81
Documento Guia – nº 43/81
Documento Guia – nº 44/81 a 48/81
Documento Guia – nº 52/81 a 63/81
Documento Guia – nº 67/81 a 70/81
Documento Guia – nº 71/81 a 72/81
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Documentos Guia</u></b>
Documento Guia – 1981
Documento Guia – nº 74/82 a 90/82
Documento Guia – nº 97/82 a 109/82
Documento Guia – nº 117/82 a 119/82
Documento Guia – nº 120/82 a 129/82
Documento Guia – nº 131/82 a 133/82
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Material Didático</u></b>

1979 – Seminário Avaliativo “Modelo Erasmo Pilotto”
1982 – Manual do Professor: A Porta Mágica
1982 – A Porta Mágica – Original
1982 – A Porta Mágica – Exemplar com correções
1982 – Processo de elaboração da cartilha: A Porta Mágica
1982 – Parecer sobre: A Porta Mágica
1982 – Período preparatório – Classes multisseriadas
1982 – Período preparatório – Cartilha
1982 – Projeto classes multisseriadas – Alfabetização IV
1982 – Projeto classes multisseriadas – Manual
1982 – Livros diversos – Didáticos
1982 – Projeto completando Erasmo Pilotto
1987 – Processo de Alfabetização “Modelo Erasmo Pilotto”
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Financeiro</u></b>
1980 – Pagamentos
1981 – Prestação de contas – treinamento de professores e supervisores de 1º a 4º série
1982 – Prestação de contas – treinamento de professores e supervisores de 1º a 4º série
1982 – Prestação de contas – treinamento de professores e supervisores de 1º a 4º série
1982 – Prestação de contas – treinamento de professores e supervisores de 1º a 4º série
1982 – Despesas – Declaração de prestação de serviço
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Financeiro</u></b>
1981 – Recibos – Comprovantes de pagamentos por cheque
1981 – Recibos – Comprovantes de pagamentos por cheque
1981 – Recibos – Comprovantes de pagamentos por cheque
1982 – Recibos – Comprovantes de pagamentos por cheque
1982 – Recibos – Comprovantes de pagamentos por cheque
1982 – Recibos – Comprovantes de pagamentos por cheque
<b><u>PROJETO MEC/OEA</u></b>
<b><u>Fundação G. V.</u></b>
1981 – 2º relatório de atividades – Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação Vol. I (2 unid.)
1980 – 2º relatório de atividades – Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação Vol. II (3 unid.)
1977 – Análise de uma experiência educacional com projetos – José Fagundes Bozano
1978 – Sudesul – 10 anos de atividades 1967/1977
1980 – Trab. rural e prof.–análise das prat. e rep. dos trab. da prod. canavieira de campos RJ–rel. final
1980 – A pesquisa no instituto de estudos avançados em educação F.G. V.
1980 - ProyectoUniversidadGobierno y Empresa Regional (Colombia)
1981 – Questões de Educação do povo na região nordeste do brasil – Maria Julieta Costa Calazans
1981 – Educacion no formal para adultos
1981 – ProyectoUniversidadGobierno y Empresa Regionales (Colombia)
1981- Universidad y Corporacion Regional de Desarrollo: Analises de uma experiência em Bolivia (Bolivia)

**PROJETO MEC/OEA****F.G.V.**

1975 – O ambiente sócio-econômico como fator produtivo nas chances de classificação no vestibular e no êxito acadêmico na universidade – Elza Lucia Denipoti

1977/78 – Custo, Eficiência e financ. da Educação: Determinantes dos níveis de escolaridade e do rendimento escolar nas escolas de 1º e 2º grau no Rio de Janeiro

1979 – Marco Lógico – Procópio Gomes de Oliveira Belchior – Professor da F.G.V/EIAP

1980 – O professor unidocente na área rural (um estudo de caso)

1981 – F.G.V. – Listagem - princípios e métodos do planejamento educacional